

I SEMINÁRIO
DO GRUPO

**TORTURA
NUNCA MAIS**

DEPOIMENTOS
E
DEBATE DE:

MARILENA CHAUI
CHICO BUARQUE
HÉLIO PELLEGRINO
NILO BATISTA
FREI BETTO
OUTROS

BRANCA ELOYSA (ORG.)



Em 26 de setembro de 1985 foi criado o Grupo TORTURA NUNCA MAIS, entidade civil cujas finalidades primeiras são *a denúncia e o esclarecimento de todo e qualquer crime contra a pessoa humana — ontem, hoje e sempre — e a postura firme e consciente contra a IMPUNIDADE.*

O Grupo TORTURA NUNCA MAIS está ciente de quanto o medo se tornou uma instituição nacional e a *tortura* o instrumento eficaz na manutenção dessa instituição, mas também pode afirmar que, apesar de todas as dificuldades, a trajetória do *Grupo* em pouco mais de um ano de existência apresentou um saldo altamente positivo.

Foram 21 anos de um regime ditatorial. Foi o império dos organismos de repressão política. Nesta época, durante longo período, predominou a violência aberta, comandada pelos DOI-CODIs espalhados por todo o território nacional. Então, a tortura foi uma norma. Milhares de opositores do regime passaram por suplícios abomináveis, sendo que muitos deles morreram.

Foi um período terrível de nossa história!

Condenar a tortura no Brasil e no mundo, principalmente nos dias de hoje, na América Latina e na África, não é apenas necessário mas um dever de cada cidadão amante da justiça e dos direitos humanos. Ser contra a tortura não envolve apenas uma posição política. É mais do que isso: trata-se de uma questão ética, de princípio, que precisa ser trabalhada para conscientizar o conjunto da sociedade.

Branca Eloysa
(Org.)

I Seminário do Grupo **Tortura Nunca Mais**

Depoimentos e debates



Petrópolis
1987

© 1987, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Diagramação
Valderes Barboza

Este livro foi composto e impresso nas oficinas gráficas
da Editora Vozes Ltda., em julho de 1987

Aos conferencistas do I Seminário do grupo tortura nunca mais, cuja generosidade possibilitou a existência deste livro.

Ao professor Rubim Aquino, solícito e incansável na pesquisa de dados, os mais precisos possíveis sobre as vítimas do golpe militar de 1964.

A Anita Heloísa Pedreira Ferreira, a Cássia Maria Baptista de Oliveira e a Clarisse Baptista de Carvalho, auxiliares na transcrição das fitas.

Sumário

PREFACIO, 9

APRESENTAÇÃO, 17

1ª MESA — 28/10/85 — *Um regime que tortura*, 21

1. Abertura — Flora Abreu — presidente do Grupo TORTURA NUNCA MAIS
2. Maria de Fátima Oliveira Setúbal — ex-presa política, torturada
3. Dr. Herman Assis Baeta — presidente OAB Federal
4. Rev. Jaime Wright — representante de D. Paulo Evaristo Arns
5. Marilena Chauí — professora de filosofia

2ª MESA — 29/10/85 — *Um regime que cala*, 38

1. Cícero Sandroni — representante do Dr. Barbosa Lima Sobrinho-ABI
2. Tárik de Sousa — jornalista
3. Taiguara — compositor e cantor
4. «Magro» (MPB-4) — compositor e cantor
5. Achilles (MPB-4) — compositor e cantor

6. Chico Buarque de Holanda — compositor e cantor
7. José Américo Pessanha — prof. de filosofia da antiga Fac. Nac. de Filos. da Univ. Brasil

3ª MESA — 30/10/85 — *Um regime que destrói*, 74

1. Dr. Laércio Laurelli — Assoc. Nac. de Advog. Crim.
2. D. Cyrene Moroni Barroso — mãe de Jana Moroni Barroso, desaparecida política do Araguaia
3. Dr. Nilo Batista — presidente da OAB/RJ
4. Dr. Pedro Henrique de Paiva — médico
5. Dr. Hélio Pellegrino — psicanalista
6. Carlos Comitini — repres. Anistia Internacional
7. Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh — ex-presidente do CBA/São Paulo

4ª MESA — 31/10/85 — *Leitura da peça A pandorga e a lei, de João das Neves*
Exibição do vídeo Sônia morta e viva, de Sérgio Waismann — debate, 121

1. Prof. João Luiz de Moraes — tesoureiro-geral do Grupo tortura nunca mais
2. Frei Betto — dominicano, escritor
3. Carlos Vereza — ator
4. João das Neves — teatrólogo
5. Sérgio Waismann — cineasta
6. Cléa Moraes — mãe de Sônia Angel, desaparecida política

5ª MESA — 01/11/85 — *Plenária de encerramento*
Exibição do filme Em nome da Lei de Segurança Nacional, de Renato Tapajós, 140

1. Margarida Genevois — Comissão Justiça e Paz, Cúria Metrop. de S. Paulo
2. Rosalina Santa Cruz — prof. PUC, irmã de Fernando Santa Cruz, desaparecido político

VÍTIMAS DO GOLPE MILITAR DE 1964 (mortos e desaparecidos), 148

Prefácio

«Desta geração será pedida conta do sangue dos torturados...»

A sociedade brasileira, desde as suas origens, vem marcada pela exclusão: dos índios, dos negros e dos pobres. A falta de um acordo de base, dentro do qual todos pudessem sentir-se participantes, minimamente que fosse, ensejou a presença da violência como elemento estrutural da sociedade.

O indígena não queria as «descidas». Violentemente teve que entrar no esquema do aldeamento que o desenraizava de sua cosmovisão e o convertia para o *éthos* do colonizador. Ninguém é escravo porque quer. De forma extremamente violenta ele era reduzido a peça e colocado no mercado escravagista. Ninguém é pobre por eleição. É feito pobre por um processo coercitivo de extração da plusvalia do trabalho. No Brasil somos herdeiros de uma atmosfera cultural que se habituou a tratar os negros como seres inferiores porque o senhor de escravos detinha poder de vida e de morte sobre suas vidas e destino. Há uma criminoso falta de solidariedade para com os pobres, pois o sistema imperante se acostumou a tratá-los como combustível barato do processo produtivo.

1. Por que surge a tortura política

Os pobres e os negros sempre conheceram a violência contra eles vinda das classes dominantes: foram torturados fisicamente, discriminados racialmente, marginalizados socialmente e desvalorizados religiosamente. A esta situação generalizada podemos chamar de tortura social.

Mas no Brasil tivemos também a tortura política. Ela supõe a tortura social. Mas densifica-se no terror do Estado de Segurança Nacional. Ela começou a se abater sobre segmentos da sociedade a partir do golpe de classe pela mão militar em 1964 e de forma sistemática a partir de 1968. O que houve foi a ruptura com o acordo mínimo que sustenta um Estado de Direito. Este pressupõe um consenso acerca de certa ordem social (apesar das exclusões que incluía) e uma adesão a referências básicas de direitos e de deveres do Estado e do cidadão. Um Estado de Direito não se sustenta sem o consenso mínimo. O que ocorre quando o nível de contradições sociais dilacera este consenso? Cria-se um outro. Troca-se a ordem social e, conseqüentemente, sua representação que é o Estado. Mas este processo, doloroso e demorado, foi bruscamente interrompido. Em lugar do antigo consenso e do novo a surgir entrou a violência como forma de relação do Estado para com o resto da sociedade. E com a violência, a tortura como expressão da força de submetimento de todos os que resistem, divergem, se opõem ao Estado ditatorial.

O Estado ditatorial, de cunho militar, opera dentro de um profundo dualismo e maniqueísmo. De um lado estão os que apóiam e aderem à situação. Do outro lado estão os que a ele se opõem. Estes são logo tidos como suspeitos, como subversivos e como inimigos, a quem cabe controlar, reprimir e, eventualmente, eliminar.

A Ideologia da Segurança Nacional, elaborada pelo nazismo e, no após guerra, pelos organismos de segurança das potências ocidentais, inspirou práticas de violência. Ela é a ideologia adequada a um Estado ditatorial com tendência ao totalitarismo que tem a violência como prática permanente. Nesta situação política, todo o povo é vítima, pois deve ser mantido afastado de qualquer participação social, no silêncio e no imobilismo. A única linguagem que o Estado possui

para o povo é a da violência: verbal pelo mandonismo dos decretos-leis; ideológica pela versão oficial dos principais fatos nacionais e pela sistemática sonegação da informação; política pela utilização da repressão policial para impor uma ordem social autoritária e vinda das cúpulas militares com seus políticos faraônicos. Em vez de política há a polícia.

O Terror de Estado conhece uma lógica feroz: primeiramente liquida com os líderes de qualquer segmento da sociedade, capazes de articular resistência, elaborar alguma alternativa ou manter viva a chama da liberdade. Simultaneamente cria um sistema de controle sobre todas as manifestações da vida e uma rede de delação secreta, levando a tortura psicológica a toda a sociedade.

Este quadro nos faz entender o porquê da tortura política. Ela é uma peça fundamental da manutenção de uma Ordem sem o consenso social. Se tivermos consciência crítica de que, numa sociedade de classes com grande antagonismo como na nossa, o Estado se constitui como o grande instrumento de realização dos interesses da classe dominante, então entenderemos também o conluio que houve entre a repressão e grandes empresários, entre o Estado militar e o capital multinacional. Com sindicatos tolhidos, com a censura na imprensa, com a destituição das liberdades públicas, com a cassação da autonomia do Legislativo, com o controle sobre o saber crítico das Universidades se criou um ambiente altamente favorável para a acumulação desenfreada sem qualquer sentido de equidade social.

Com acerto afirmou Hélio Pellegrino que a tortura política no Brasil «não foi um fato aleatório, não representou um excesso ou uma exceção episódicos, nem se deveu aos traços psicopáticos ou sádicos dos torturadores. A tortura política é um sintoma terrível e eloqüente da crueldade da luta de classes em nosso país». Nesta luta vergonhosamente desigual, a classe que sempre foi dominante se utilizou do braço armado dos militares para ocupar o aparelho de Estado e fazê-lo uma máquina de guerra contra qualquer opositor. Ao regime da liberdade segue o regime do medo, em vez do consenso surge a imposição e a impostura oficial.

2. O que acontece na tortura

Houve pessoas que não temeram. Organizaram-se na resistência e num processo de libertação. Podemos discutir a estratégia armada e as táticas de luta, muitas vezes desvinculadas das lutas populares. Mas não podemos negar aos opositores do regime militar ditatorial coragem, sentido de grandeza ética, generosidade em arriscar o destino e a vida para resgatar o espaço da liberdade sem a qual a vida social é massificadora e o espírito estiola no pântano da indignidade. Eles escolheram o caminho mais difícil. Sofreram em seu corpo e em seu espírito as torturas, os exílios, a terrível solidão da clandestinidade, os desaparecimentos e, muitos, o assassinato público.

O que acontece na tortura? Em primeiro lugar a aplicação da tortura assume o espectro de um teatro sinistro. É uma dança de paixão, de gritos, de dor, de sangue e até de morte. É uma anticomunidade, na qual os que estão presentes nunca poderão estar juntos; há uma dissociação não apenas exterior, mas que atravessa as almas e dilacera os corpos.

Em segundo lugar se verifica um horroroso processo de desumanização. O torturador precisa reprimir todas as dimensões de ternura, de cuidado, de solidariedade que vigem dentro da interioridade humana. Ele precisa liberar os demônios que rugem reprimidos dentro de si, o instinto de agressão, a libido sádica e a vontade de dominação. O opressor, na verdade, é um reprimido e um repressor contra o melhor de si mesmo. É a condição para sua tentativa funesta de desumanizar o torturado. Esta auto-agressão que o torturador precisa perpetrar contra si mesmo para poder torturar pode ir tão longe que, em muitos casos, se torna insuportável; o torturador acaba se suicidando. Será que não é a própria vida que, para resguardar sua dignidade mínima, liquida o portador indigno de sua sacralidade e de seu mistério?

Por fim há o drama do torturado. Ele conhece o que significa descer ao inferno, não o dantesco que já é terrível, mas aquele de Jesus Cristo, conservado no Credo cristão: é a descida à terrível solidão humana, aquela solidão produzida pelo ódio. São os gritos dos torturados, são os uivos animais dos torturadores, é a perda do sentido do tempo e do

espaço, é a macabra encenação do ritual da tortura, são os choques elétricos desmontando todos os controles mecânicos da natureza, é o pau-de-arara desconjuntando os membros, é o afogamento como agonia que nunca parece acabar, são os fuzilamentos fictícios e os interrogatórios sem fim, para tudo recomeçar de novo, talvez, nus diante dos companheiros, assistindo à tortura do marido ou a violentação da esposa ou a maldade contra o filho inocente. A solidão e o sentimento de total impotência e de passividade imposta podem destruir aquela autoconfiança mínima, necessária para afirmar a vontade da vida contra o instinto da morte. A vida humana emerge como um mistério abissal, tenebroso, capaz da absoluta entrega na doação mas também da radical rejeição pelo ódio. É neste limite entre o animal e o anjo que se colocam, inapelavelmente, as questões: Quem é o ser humano? De que ele é capaz?

O mais terrível da tortura política é o fato de que ela obriga o torturado a lutar contra si mesmo. A tortura cinde a pessoa ao meio; coloca a mente contra o corpo, como o mostraram, num quadro de imensa iracúndia sagrada, a Professora Marilena Chauí e o Dr. Hélio Pellegrino. A mente quer ser fiel à causa e aos companheiros; não quer, de forma alguma, entregá-los. O corpo, submetido a toda sorte de intimidação e aviltamento, para ver-se livre da tortura, tende a falar e assim fazer a vontade do torturador. A pessoa torturada, quando submetida ao pânico (que é a quintessência do medo), pode ser vítima do mecanismo inconsciente da «identificação com o agressor». Identificando-se com ele, consegue, psicologicamente exorcizar, por um momento, o pânico e assim sobreviver. O torturado que sucumbiu a esta urgência desesperada de autodefesa incorpora sinistramente a figura do torturador. O torturador consegue abrir uma brecha na alma do torturado, alcança penetrar naquela última intimidade, lá onde moram os segredos mais sagrados e onde a pessoa alimenta seu mistério, ultrapassa, portanto, os umbrais derradeiros da profundidade, para possuir o outro e fazê-lo um outro sujeito que confessa e reconhece ser de fato subversivo, inimigo da humanidade, traidor da pátria e, se for religioso, ser pecador, amaldiçoado de Deus e um excomungado da Igreja. Esta cisão da mente e do corpo, opondo os dois eus, deixa seqüelas profundas e, em alguns casos, trágicas, como foi com Frei Tito e tantos outros.

A tortura política é especialmente cruel porque nasce de uma estratégia bem pensada, definindo suas vítimas, planejando o tipo de estrago que quer alcançar. É a tortura científica, calculada, implicando médicos e psicólogos. Houve cursos de tortura na Vila Militar do Rio com cobaias humanas. Houve especialistas formados no exterior. O desumano se tornou eixo de um projeto político. A perversão social se tornou acabada e supina. Se a categoria Anticristo ainda significa alguma coisa ela deve ser pensada e configurada dentro deste quadro. É a completa subversão do humano e das referências sagradas dele. Isso ocorreu com o Estado brasileiro, como nunca antes em sua história. Tais perversões não caem sob anistia nenhuma. Teologicamente falando, elas são expressões do pecado contra o Espírito Santo, para o qual, como diz o Senhor, não há perdão porque as pessoas implicadas na máquina da tortura sistemática destruíram as condições de qualquer conversão. Elas carregam em sua alma e em sua testa (mente) o estigma de Caim. Por onde andarem, a Vida as acusará porque lhe violaram o segredo. Como poderão herdar a vida aqueles que assim sujeitaram e rejeitaram a vida nos outros?

3. Um clamor que sobe ao céu

E há ainda uma tortura que continua, a tortura dos desaparecidos, crucificando seus entes queridos. Houve uma guerra no Araguaia. Até hoje os militares e o Estado não a reconheceram. Não lhes convém esse reconhecimento, pois a consciência nacional os condenaria. É que lá cometeram todo tipo de excessos: cortaram as cabeças e os dedos dos «guerrilheiros» e os enviavam a Brasília para reconhecimento. Sumiram com os cadáveres. Fizeram desaparecer as vidas e querem apagar as mortes. E as famílias carregam o pesadelo. «Por que não comecei as buscas antes?» Cada campanha que toca em casa, funciona como um vento que sopra sobre as cinzas e deixa reanimar a brasa da esperança, seguida da decepção: «Será que não é ele que está chegando?» Outros dizem desolados mas com leve laivo de espera ainda não desesperada: «Não mudemos de casa, porque ele pode ainda chegar... E se ele voltar e nós não estivermos aqui para o abraço, o beijo e as lágrimas? Que vai ser?»

Os torturadores e seus mandantes estão aí na sociedade, alguns ocupando cargos públicos. A estes queremos gritar ao ouvido o clamor de Jesus Cristo: «Desta geração seja pedida conta do sangue de todos os profetas, derramado desde o princípio do mundo... Sim, eu vos asseguro que será pedida conta desta geração» (Evangelho de Lucas 11,50-51). Poderá haver a anistia interesseira dos homens. Não há anistia perante a consciência e perante Aquele que se apresentou na figura de um torturado, o Juiz supremo, o Servo sofredor Jesus Cristo.

E chegará o dia, supremo dia, em que todos os desaparecidos aparecerão. Como diz o Apocalipse (7,14) eles virão da grande tribulação. Sim, eles voltarão vivos junto com o Vivente. Aí não haverá mais palpitação do coração. Ele encurtará todas as distâncias, enxugará todas as lágrimas e haverá o abraço infinito da Paz. Então será definitivamente verdade: «Tortura nunca mais»!

Frei Leonardo Boff

Apresentação

EM abril de 1985, foi veiculada pela imprensa a notícia da nomeação do coronel Walter Jacarandá para cargo de relevo no Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. A fotografia do coronel, que acompanhava a notícia, permitiu que ele fosse identificado como torturador nos anos do regime militar. O então secretário estadual de transportes do Rio de Janeiro sr. Brandão Monteiro, ex-presos político, reconhece no cel. Jacarandá um de seus algozes e enfatiza, em entrevista à imprensa, o «perfeccionismo e o entusiasmo» do cel. na execução de seu «ofício».

Outras vezes se levantam e vêm endossar aquelas declarações, entre elas as de Alcir Henrique da Costa, Álvaro Caldas e Otacílio Frutuoso Roque, vítimas também de sevícias nas mãos do cel. Jacarandá.

A reação do comandante do Corpo de Bombeiros não se fez esperar, veio imediata, inocentando seu comando e negando ter havido tortura a presos políticos.

Mais notícias. Mais fotos. E eis que os jornais acusam também o cel. José Halfed Filho de ter sido agente do aparelho repressor da ditadura, encarregado da carceragem no DOPS

do Rio de Janeiro e do encaminhamento de prisioneiros políticos para o DOI-CODI da rua Barão de Mesquita.

Ora, o cargo do cel. Halfed correspondia ao de secretário de Estado e, como tal, membro do Conselho Estadual de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos (CEJSPDH), ou seja, um ex-agente da repressão possuía direito de voto em questões referentes à defesa da dignidade e integridade da pessoa humana*.

Nessa ocasião, ex-torturados, familiares de mortos e desaparecidos e cidadãos ligados à Defesa dos Direitos Humanos fizeram um abaixo-assinado** exigindo o afastamento do cel. José Halfed Filho do CEJSPDH.

Incentivados pela repercussão do documento, esse grupo de pessoas volta a se reunir para analisar e avaliar a postura dos órgãos oficiais frente às denúncias feitas sobre o assunto e chega às seguintes conclusões:

1. A tentativa de quebra do silêncio que envolve a *tortura, morte* ou *desaparecimento* de prisioneiros políticos nos anos de regime militar tem sempre deparado com obstáculos quase intransponíveis. Alguns setores que compõem o *Pacto das Elites* a que foi dado o pomposo nome de *Nova República* recusam-se a aceitar que se traga à tona o vergonhoso passado tão próximo;

2. Critérios supostamente éticos foram criados para que qualquer medida tomada para esclarecer os fatos referentes à violação dos Direitos Humanos praticados durante o regime militar seja tachada de «revanchismo»;

3. A Lei da Reciprocidade (Lei da Anistia) é usada juridicamente pelas Forças de Segurança. Reciprocidade esta inexis-

* O cel. Jacarandá não permaneceu no posto e seria posteriormente reformado, mas o cel. José Halfed Filho continua no cargo até o momento em que este texto está sendo redigido, embora não compareça mais às reuniões do Conselho Estadual de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.

** AO CONSELHO DE JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS
Nós, diretamente atingidos pela repressão política e pela tortura, na década de 70, e demais pessoas e entidades que lutam pela defesa dos Direitos Humanos, vimos protestar contra a presença do coronel José Halfed Filho, do Corpo de Bombeiros, neste Conselho, até que esteja devidamente esclarecida a sua participação, ou não, no esquema repressivo. Consideramos indispensável a abertura de processo que esclareça os fatos.

Expressamos ainda nossa solidariedade ao advogado Modesto da Silveira — membro do Conselho e incansável defensor dos Direitos Humanos — que exige a não participação do coronel José Halfed Filho nas reuniões do CJSPDH até que as denúncias sejam apuradas.

Solicitamos que o Conselho rediscuta o assunto em pauta e tome as decisões acima mencionadas.

(seguem-se as assinaturas)

tente, pois não há reciprocidade possível entre uma luta revolucionária e a institucionalização de um *crime comum e covarde* como o da *tortura*;

4. A avaliação funcional de militares e policiais não tem sido afetada pelo fato comprovado de terem participado da *tortura*, morte ou desaparecimento de prisioneiros políticos, e, em muitos casos, recebem honrarias, cargos de confiança e até representações diplomáticas;

5. A aparelhagem altamente sofisticada dos órgãos de repressão não foi desativada, permanecendo como ameaça permanente;

6. Só um trabalho persistente, obstinado e consciente permitirá que se chegue à elucidação dos fatos ocorridos durante o regime militar, tornando-se, portanto, necessária e indispensável a criação de um instrumento que possa lutar para manter viva a memória nacional, e assim alcançar o objetivo principal: *justiça*.

Por isso, foi criado em 26 de setembro de 1985 o *Grupo tortura nunca mais*, entidade civil cujas finalidades primeiras são a *denúncia e o esclarecimento* de todo e qualquer crime contra a pessoa humana — ontem, hoje e sempre — e a *postura firme e consciente contra a impunidade*.

O *Grupo tortura nunca mais* está ciente de quanto o medo se tornou uma instituição nacional e a *tortura* o instrumento eficaz na manutenção dessa instituição, mas também pode afirmar que, apesar de todas as dificuldades, a trajetória do *Grupo* em pouco mais de um ano de existência apresentou um saldo altamente positivo.

O êxito do *I Seminário do grupo tortura nunca mais* foi de grande importância para a nossa caminhada. Por isso a publicação das conferências, debates e conclusões do seminário é muito mais que o registro de momentos de grande emoção. É a transcrição da verdade histórica. É a obtenção, pela permanência da palavra escrita, do testemunho sobre uma época sombria. Acreditamos que um livro como este permaneça e com ele a esperança. Esperança de que, em época não muito

longínqua, o capítulo *tortura* seja banido das páginas da história do Brasil e — como sonhar sempre é permitido — também da história da humanidade.

Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1986.

Grupo tortura nunca mais

Diretoria

presidente: Flora Abreu Henrique da Costa
vice-presidente: Yedda Botelho Salles
2º vice-presidente: Rubin Aquino
secretária-geral: Cecília Maria Coimbra
2ª secretária: Maria Dolores Perez Gonzales
tesoureiro-geral: João Luiz de Moraes
2º tesoureiro: Sérgio Murilo Nascimento Pereira

1ª Mesa

(28/10/85)

Um regime que tortura

FLORA ABREU

COMPANHEIROS, condenar a tortura no Brasil e no mundo, principalmente nos dias de hoje, na América Latina e na África, não é apenas necessário mas um dever de cada cidadão amante da justiça e dos direitos humanos. Ser contra a tortura não envolve apenas uma posição política. É mais do que isso: trata-se de uma questão ética, de princípio, que precisa ser trabalhada para conscientizar o conjunto da sociedade.

A tortura é um crime que lesa a humanidade, e cada vez que uma pessoa é torturada, degradada e aviltada na sua condição de ser humano, a sociedade como um todo é igualmente atingida. Tais crimes não prescrevem nunca.

Nas décadas de 60 e 70, o regime político vigente adotou a tortura como norma de conduta para impedir que seus opositores políticos se manifestassem. Para tanto teve que criar leis brutais que silenciassem a todos — a imprensa, os sindicatos, o congresso Nacional, enfim, toda a sociedade. Muitas dessas leis, conhecidas como «entulho autoritário», continuam vigentes. É o caso da Lei de Segurança Nacional.

O fim de todas elas é uma exigência básica para falarmos em democracia.

Em 1979, ainda sob a ditadura militar, por pressão da sociedade, foi concedida uma *anistia*, que não foi ampla, geral nem irrestrita, como se exigia, mas sim o instrumento que as classes dominantes usaram para deixar na impunidade os torturadores. A eles a anistia também deveria ser aplicada. Acontece que a anistia é esquecimento, destina-se aos vencidos, logo não se aplica nem se refere aos que a estão concedendo. Mesmo que assim fosse, a anistia se refere aos crimes políticos, e tortura não é crime político. É crime comum. Assim, exigimos do atual regime uma posição clara em relação à tortura e aos torturadores. Exigimos, no mínimo, o afastamento de todos os torturadores de funções públicas, exigimos o esclarecimento das mortes e desaparecimentos dos presos políticos, exigimos que os responsáveis por estes crimes não fiquem impunes.

Para alcançarmos isto, não podemos alimentar ilusões quanto à magnanimidade dos poderes públicos. Tudo depende da consciência que o povo tenha desta questão e da sua disposição de se organizar para pressionar as autoridades. Será nesta luta que caminharemos para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana, onde a tortura estará banida definitivamente.

* * *

MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SETÚBAL

Sucintamente, quero registrar aqui algumas das muitas atrocidades cometidas pelo regime militar instaurado em nosso país a partir de 64. Considero-me sobrevivente da ditadura, tendo sido presa duas vezes e torturada no DOI-CODI com 18 anos de idade, em plena adolescência, e, além disso, sofrendo a tortura de ter perdido dois irmãos: Antônio Marcos Pinto de Oliveira, assassinado aos 22 anos de idade, em 1972 (governo Médici) pelo DOI-CODI (Polícia do Exército, RJ), e Januário José Pinto de Almeida Oliveira (também ex-presos político), vítima de crime, cometido há dois anos, ainda sem nenhum esclarecimento.

Não somente eu fui atingida pela repressão política, mas toda a minha família, assim como inúmeras outras famílias brasileiras que sofreram e vêm sofrendo a recessão econômica, a injustiça social e a violência institucionalizada nesse país a partir do golpe militar.

A partir da década de 60, eu e meus irmãos (ainda bem jovens), fazíamos oposição ao regime estabelecido pela força; éramos, como tantos outros, inconformados com uma conjuntura social, política e econômica degradante. A falta de saídas para a luta na legalidade fez-nos optar pela alternativa armada para a derrubada da ditadura.

A repressão se acirrava e recrudesceu cada vez mais a partir do Movimento Estudantil de 68. Em 1969, meu irmão Januário, então com 21 anos, foi preso na PE da Barão de Mesquita, Tijuca, RJ, torturado barbaramente e saiu alguns meses depois, respondendo a um inquérito em liberdade.

Em 71 Januário e Marcos passaram a atuar na clandestinidade, na organização VAR-Palmares, e eu fui presa pela 1ª vez no DOPS, por estar participando de um movimento comunitário numa igreja em Osvaldo Cruz, subúrbio carioca, onde dava aula para pessoas da comunidade que se preparavam para exame supletivo (art. 99), e fazia também teatro popular.

Antônio Marcos, que tinha na época 22 anos de idade, foi assassinado em 29 de março de 1972, juntamente com duas moças, Maria Regina e Lígia Maria, numa casa em Quintino Bocaiúva, por agentes do DOI-CODI.

Eu fui presa novamente em 72, com 18 para 19 anos de idade e torturadíssima, a ponto de ir para o Hospital Central do Exército (HCE) em estado de semicoma. Como meu tio era padre (monsieur) influente na Igreja, o caso foi parar no Vaticano para investigação.

Januário foi preso pela 2ª vez em 73, sendo também bastante torturado e quase morto. Janu — seu apelido — saiu dessa prisão em 75, muito desestruturado, sentindo-se culpado pela morte do irmão e companheiro mais novo (Marcos) e culpado também pelas prisões e torturas que eu estava sofrendo. De seus companheiros, quem não estava morto, estava preso ou exilado.

De família classe média, Janu, por mais que recebesse estímulo para cursar faculdade e se estabilizar num emprego, sentia enormes dificuldades, demonstrando falta de perspectivas e, por vezes, até desespero.

Ao sair de sua segunda prisão, Janu casou-se com Joselina, e desse casamento nasceram duas filhas, sendo que a última ele não chegou a conhecer, pois foi morto quando sua mulher estava grávida de sete meses.

Em sua terceira e última prisão, em 81 — como preso comum —, ele foi parar numa delegacia de roubos e furtos, pois estava em companhia de um amigo, presidiário foragido que conhecera na prisão, em um carro roubado. Numa carta escrita da prisão ele diz: «não roubei o tal carro, mas as engrenagens são feitas para massacrar, e acabei sendo engolido e triturado por elas».

Sua morte, em 11 de fevereiro de 83 (quando tinha 34 para 35 anos), saído recentemente da prisão, se deu depois de ter ele participado de um tiroteio com a polícia. Segundo populares, ele teria fugido vivo do local (um bar de Alcântara, em Niterói). Foi enforcado, com sinais de esgorjamento, e «desovado» nos matagais de São Gonçalo, tendo sido enterrado como indigente no cemitério de Pacheco, em Niterói.

A família conseguiu que Janu fosse desenterrado e enterado em cova própria. Sua morte teve requintes de violência e de sadismo. Trata-se de um crime típico do Esquadrão da Morte. Esquadrão da Morte e DOI-CODI: sinônimos. A mesma máquina continua montada, sob disfarce.

Mais um crime sem esclarecimento, como estão, até hoje, torturas e assassinatos políticos, o caso dos desaparecidos políticos, tortura a presos comuns, o atentado do Rio Centro, o caso Baumgarten e tantos outros.

Que este meu depoimento não seja apenas uma denúncia a mais, nem tampouco o enaltecimento de virtudes heróicas, mas sim uma contribuição para a transformação de uma realidade violenta e massacrante que se reflete até hoje sobre nós, reflexo de um sistema que continua assassinando outros Januários e nos coagindo a calar. «Quem cala sobre teu corpo/ consente na tua morte/ Quem grita vive contigo/». Assim cantou Milton Nascimento. A luta continua!

* * *

DR. HERMAN ASSIS BAETA

A tortura no Brasil é secular, integra de forma constante a história real de nosso país. E não tem sido aplicada somente aos adversários políticos daqueles que estão no poder, mas também aos chamados presos comuns.

Se na escravidão a prática desse ato desumano era institucionalizada, posteriormente passou a ocorrer pela conivência e cumplicidade da elite dominante, como forma de manutenção de seus privilégios.

Ao revermos os anos do autoritarismo em nosso país, iniciados em 1964, percebemos, de imediato, que nos afronta um passado ainda obscuro, não clarificado por falta de medidas concretas e que mantém a sociedade brasileira em dúvida permanente, dificultando sua pacificação.

Não devemos ter medo de esclarecer a verdade, especialmente no que diz respeito aos crimes, seqüestro e tortura.

A tortura não é um crime político. É crime comum qualificado. Por esta razão é que a própria Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) não cria nenhum obstáculo à apuração dos crimes de seqüestro e tortura: em primeiro lugar, porque tais delitos estão excluídos de seus benefícios, nos termos do art. 1º § 2º da referida Lei; e, em segundo lugar, porque, quando se fala em «anistia recíproca», não se afasta a necessidade de apuração processual do instituto da conexão.

É a autoridade judiciária — e só ela — que poderá decidir, entre outras coisas, se houve conexão e se a tortura ou o «desaparecimento» são crimes conexos aos crimes políticos. Além disso, é preciso que se leve em conta, também, a existência de responsabilidades administrativa e civil decorrentes do delito praticado pelo torturador.

De forma alguma, a apuração desses delitos constitui o que se convencionou chamar de revanchismo. Revanchismo é torturar o torturador. E não é isso que se quer.

Vivemos um momento de transição pacífica do sistema autoritário para o sistema democrático. Mas isso não pode servir de argumento para ocultar o passado.

Pelo contrário, este momento deve servir para, definitivamente, extirpar da nossa sociedade esta chaga que é a tortura. Seja aquela praticada aos presos políticos, ou aos cidadãos acusados dos ditos crimes comuns.

Pois não há na história nenhum exemplo de uma sociedade democrática que tenha construído o seu futuro sem o restabelecimento da verdade histórica. A democracia não pode nunca ser construída em bases frágeis.

* * *

REV. JAIME WRIGHT

Brasil: nunca mais

Era 1979. Estávamos saindo de um dos períodos mais vergonhosos da nossa história, quando a tortura institucionalizara-se como instrumento do estado brasileiro. De 1964 a 1979 a Igreja em São Paulo havia se preocupado em denunciar as contínuas violações dos Direitos Humanos, ou seja: os *efeitos* da repressão (seqüestros, torturas, desaparecimentos, mortes etc.).

A censura da imprensa estava acabando. Os exilados estavam voltando. Na arquidiocese de São Paulo nos perguntávamos uns aos outros: «Como poderíamos denunciar as *causas* da repressão, a fim de cortar o mal pela raiz? Para que esses horrores não pudessem se repetir jamais em nossa sociedade?!»

Chegamos à conclusão de que tínhamos que fazer duas coisas: 1) tentar preservar a memória do que ocorrera durante o período repressivo; e 2) utilizar essa memória para uma denúncia tão irrefutável e contundente que servisse de instrumento de trabalho/luta para que a presente e as futuras gerações não permitissem a repetição dessas barbaridades em nossa sociedade.

Sabíamos, pela experiência dos nossos advogados, que os processos da Justiça Militar brasileira nesse período continham denúncias de torturas que prisioneiros políticos tiveram a coragem de fazer perante juizes militares, cujas denúncias os próprios juizes militares fizeram constar nos autos dos pro-

cessos. Se conseguíssemos copiar uma amostragem mínima desses processos teríamos, então, matéria-prima oficial suficiente para um estudo sério e objetivo. A verdade é que conseguimos copiar a quase totalidade dos processos existentes.

Esse projeto — que durou 6 anos e envolveu não mais de 35 pessoas em suas várias fases, inclusive as de computação — produziu 4 resultados concretos:

1. *Um acervo dos processos políticos da Justiça Militar brasileira*, na sua quase totalidade (707 processos), com mais de 1 milhão de páginas.
2. *Uma «biblioteca» de publicações da esquerda brasileira*. Para fundamentar suas acusações, a Justiça Militar anexava aos respectivos processos todas as publicações dos vários grupos que estavam sendo processados. O recolhimento e ordenação dessas publicações produziram uma «biblioteca» com 10.170 publicações diferentes. Os computadores nos ajudaram a produzir 5 índices diferentes desse material, num total de 1.750 páginas — um instrumental precioso para futuros pesquisadores.
3. *O «projeto A», uma verdadeira «enciclopédia» sobre a tortura nesse período*. São 6.946 páginas que incluem, por exemplo: as transcrições *ipsissima verba* de todas as denúncias de tortura (2.707 páginas); a relação dos 1.843 denunciantes; as variedades de torturas utilizadas (283!); as 242 localidades diferentes onde as torturas foram realizadas no território nacional; os nomes dos 444 torturadores com suas respectivas patentes ou posições — tudo isto extraído dos processos que passaram pelas Auditorias Militares das várias CJMs (Circunscrição Judiciária Militar).
4. *O «projeto B», o resumo da «enciclopédia» para o grande público*, na forma do livro *Brasil: Nunca Mais*. O livro, na linguagem mais simples possível, busca não somente retratar com fidelidade o que foi a tortura institucionalizada; ele quer também oferecer pistas para a eliminação total desse flagelo em nossa sociedade. O povo brasileiro deve exigir que se faça constar na nossa nova *Constituição* a

proibição da tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes, bem como as sanções a que estarão sujeitas as pessoas que desobedecerem essa proibição.

* * *

MARILENA CHAUI

I — A tortura como impossibilidade da política

Os clássicos definiam a política como vida e espaço comum dos cidadãos para as decisões fundamentais da coletividade: guerra, paz, forma da propriedade, gestão dos fundos públicos, regulamentação das fronteiras entre o privado e o público, definição dos crimes contra a cidade e das penas cabíveis, arbitragem dos conflitos entre particulares. Essa concepção da política vinha freqüentemente acompanhada da defesa de dois princípios: o do regime aristocrático (isto é, do governo dos grandes e poderosos, definidos como aristos ou optimates) e o da definição do conjunto de virtudes que deveria possuir o governante. A defesa do regime aristocrático visava a garantir a exclusão política da plebe e dos «dependentes» (escravos, mulheres e crianças). A definição das virtudes visava a impedir a tirania.

Com o advento do Estado moderno e da sociedade burguesa, desaparece a idéia de comunidade, cedendo lugar à de sociedade (isto é, de indivíduos isolados e independentes que se relacionam por contratos e em espaço público originariamente cindido pela presença e luta de classes sociais («os grandes que desejam oprimir e comandar e o povo que não deseja ser oprimido nem comandado»). Ao mesmo tempo, elabora-se o conceito de sociedade civil (isto é, o espaço dos contratos, do mercado, das relações de trabalho, da administração da justiça e da criação da opinião pública), surgindo a idéia de que a liberdade, a paz e a segurança políticas não podem depender das virtudes dos governantes, mas da qualidade das instituições, ou seja, do Estado propriamente dito. Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade burguesa mantém o ideal da política aristocrática, desloca o problema da tirania: a defesa contra ela dependerá da força das instituições para impedir que um particular ou um grupo de particulares tome

o poder, identifique-se com ele e o exerça em defesa de interesses privados. Eis por que Hegel definirá o Estado como racionalidade objetiva universalizadora dos interesses cindidos na sociedade civil, e Weber definirá o Estado como direito ao monopólio legal da coerção e da violência.

Dessa maneira, a sociedade burguesa introduz para si mesma uma contradição, qual seja, a necessidade de criar e defender um espaço público e coletivo de poder, juridicamente definido como Estado de Direito, e, por outro lado, garantir que o exercício desse mesmo poder público esteja a serviço de interesses de uma classe determinada que detém o «monopólio legal da coerção e da violência», privatizando o que era público e, numa inversão ideológica, universalizando o que é particular. Essa contradição, longe de ser «formal», «abstrata» ou uma «ilusão», como se costuma dizer à esquerda, é um dos mais importantes elementos para o advento da democracia moderna (em tudo diferente da antiga). Com efeito, essa contradição, como toda contradição, é dinâmica e abre condições para que os indivíduos, definidos pela cidadania jurídica, exijam o direito de exercê-la e os indivíduos excluídos da cidadania (por razões econômicas, culturais e políticas) exijam o direito de possuí-la. As lutas populares dos séculos XVI e XVII e as lutas proletárias do século XIX são a melhor ilustração dessa contradição, na medida em que permitem distinguir o Estado de Direito (que preserva direitos) da política democrática como criação de novos direitos.

É também através do exemplo das revoluções populares que poderemos nos aproximar melhor do tema da tortura como impossibilidade da política.

Um dos elementos essenciais das revoluções, aquilo que as torna possíveis quer vençam quer fracassem, é que nelas a sociedade se polariza na visibilidade de dois pólos: um *alto* opressor e um *baixo* oprimido, anulando todos os matizes que, em situação normal, constituem o tecido das relações sócio-políticas. Além disso, e sobretudo, o alto, isto é, o poder, é percebido como despótico e isto significa algo essencial. Com efeito, o poder não é algo que se localiza num setor particular da sociedade, mas é aquilo que define para ela o justo e o injusto, o legal e o ilegal, o possível e o impossível, o legítimo e o iníquo, o passado e o futuro. Ora, na situação revolucio-

nária, a sociedade deixa de encarar o poder dessa maneira e, sobretudo, como natural. Essa perda de «naturalidade» é o que permite vê-lo como despótico, autoritário e como devendo ser derrubado. Assim, o que cria o impulso revolucionário não é algo de natureza econômica, jurídica nem intelectual, mas política: é a relação com o poder que sofre brutal alteração e por isso o ideal de toda revolução é iniciar a política a partir do grau zero e, definindo o legal, o legítimo, o possível, o necessário, o justo, o futuro. É isto que a distingue das rebeliões, das revoltas, das sedições. Ora, é aqui que nova contradição se abre. Os que desejam e fazem a revolução pretendem fundar a sociedade e a política. Sua ação é, no sentido forte da palavra, instituinte, *constituente*. Isto significa que a luta contra o passado e a instituição do futuro se realiza num tempo e num espaço *sui generis*: o do vazio institucional. A situação revolucionária é aquela na qual a ordem passada não vige mais e a ordem futura não vige ainda e é aqui que o destino da revolução se joga, pois dela podem tanto vir a liberdade e a civilização quanto a barbárie. É da barbárie que desejamos falar. Isto é, do *terror*.

Tomemos, inicialmente, o caso da Revolução Francesa e, a seguir, os golpes de Estado brasileiros, o de 64 e o de 68. Nos dois casos, instala-se o terror e, em ambos, a lógica é a mesma. Deixaremos de lado o caso dos regimes totalitários — fascismo, nazismo e stalinismo — porque sua lógica é diversa daquela que desejamos analisar aqui.

É célebre a análise do terror feita por Hegel na *Fenomenologia do Espírito*. A Revolução Burguesa em fase de consolidação, após 1791, funda-se numa contradição insolúvel: por um lado, seus sujeitos são definidos como indivíduos que são cidadãos e patriotas, por outro, ela pretende realizar a vontade geral da sociedade. Ora, por que seus sujeitos são os cidadãos como indivíduos, nada impede que tenham, individualmente ou em grupo, idéia do que seja a vontade geral e pretendam fazê-la vigorar para todos os membros da sociedade. Entretanto, porque essa vontade geral não possui mediação social, ela se atomiza nas vontades particulares de indivíduos e grupos, e o resultado é o surgimento do agrupamento típico da situação revolucionária baseada na falta de mediação entre as vontades singulares e a vontade geral: a facção. Não há classes em

luta, não há partidos políticos em confronto, há apenas facções. Ora, a característica fundamental da facção é que para ela só há uma forma de relação com as demais facções: a eliminação física. Hegel dirá que a facção vitoriosa se chama governo e que para o governo todas as outras facções são suspeitas. A marca fundamental do terror é a capacidade para transformar o suspeito em culpado e, assim fazendo, eliminá-lo. O terror é a guerra, não é a política. Sua ação é a guilhotina na praça pública. Sua retórica é a da divisão da sociedade em dois grandes grupos: os amigos do povo (isto é, os governantes) e os inimigos do povo (isto é, as facções adversárias). Fazendo intervir uma entidade metafísica e abstrata — o povo — o terror se apresenta como poder tutelar, salvador, protetor desse ente ideal (que nunca fala, nunca diz o que pensa ou o que deseja, nunca age, existindo apenas na cabeça e na retórica dos dirigentes) e, na qualidade de amigo do povo, arroga-se o direito de aniquilar física, psíquica e politicamente aqueles que sua retórica designa com o título de inimigos do povo. Legítima sua ação sem carecer de qualquer legalidade, pois a lei é sua vontade facciosa posta como vontade geral.

Em 64 e em 68, no Brasil, a linguagem dos dominantes não possuía a beleza da retórica francesa, mas sua ação possuía a mesma lógica. Evidentemente, havia uma diferença fundamental entre a Revolução Francesa e o golpe de 1º de Abril: a primeira era uma revolução; o segundo era a preservação da ordem vigente através da violência. Mas as personagens metafísicas invocadas eram semelhantes: o povo, a nação, a liberdade, a propriedade, a pátria. (No caso francês, tradição e família não entravam na retórica porque, sendo revolução, a ação pretendia destruir a tradição e tudo que a ela se relacionava). A suspensão de direitos e garantias civis e políticas, a quebra da institucionalidade deram ao golpe de Abril a possibilidade de denominar-se a si mesmo «revolução», sem que o fosse. Usou os elementos que caracterizam uma revolução real, para nomear-se a si mesmo, sem que tivesse o direito de fazê-lo. Mas, essencialmente, usou os procedimentos do terror porque se ancorou na retórica revolucionária. E, uma vez que pôde usar os procedimentos do terror, operou como o século XVIII: a facção vitoriosa chamou-se governo, as demais forças políticas tornaram-se suspeitas e, portanto, culpadas *a priori*, e em nome da vontade geral (batizada com o nome de Segu-

rança Nacional), impossibilitou-se o exercício da política, fazendo da tortura sua prática preferencial.

Do terror e do nazi-fascismo usou dois recursos: a destituição pública de lideranças e grupos políticos conhecidos da população, e a delação secreta para a intimidação da sociedade em seu todo. Instaurou a *polícia* como substituto da *política*.

Do terror, do nazi-fascismo e da monarquia medieval adotou uma idéia peculiar do conceito e da prática da representação. Estamos acostumados, pela tradição liberal, a considerar que alguém exerce mandato político porque representa interesses, vontades e direitos de seus representados. No caso do regime de 64, à moda do terror, do nazi-fascismo e da monarquia medieval, a representação sofreu uma inversão profunda: é por que se governa que se é representante. Este aspecto é fundamental para que compreendamos por que a tortura foi institucionalizada. Em outras palavras: governar transforma alguns em representantes que é preciso saber o que representam. Representam o governo o qual, representando-se a si mesmo, identifica-se com a vontade geral, isto é, com a nação sob o signo da Segurança Nacional. Uma vez que representam a Segurança Nacional, os membros do governo consideram-se providos do direito e do dever de defendê-la e, nessa defesa, institucionalizam a tortura. Em outros termos, recuperam do terror e da monarquia absoluta o direito de vida e morte sobre toda a sociedade. É essa inversão fantástica que designei como impossibilidade da política.

II — A experiência da tortura

Quando vamos ao dicionário da língua latina, fazemos uma importante descoberta, qual seja, o parentesco semântico de um grupo de palavras: *tortura* é «ação de torcer»; *tortum* é «corda ou azorrague para tratar ou torturar»; *tortuosus* é «torcido, enroscado, voltas e rodeios»; *tortuose* é «maneira intrincada e dissimulada». Estas palavras se vinculam a dois verbos: *tortare*, isto é, «entortar, retorcer, atormentar» e o verbo *torquere*: «dobrar, torcer, entortar, reger, governar, angustiar, atormentar, destruir». Assim, o verbo *torquere* se refere à ação de governar e dirigir, o verbo *tortare* à ação

de torcer e atormentar, e o substantivo *tortor*, que é o algoz e o torturador era um dos títulos do governante dos deuses, isto é, Júpiter. Curiosamente, portanto, o dicionário parece negar a afirmação que fizemos no início, isto é, que política e tortura são incompatíveis, pois o governo supremo dos deuses e dos homens recebia o nome de *torturador*. Na verdade, pelo contrário, os termos reforçam o que dissemos antes, pois o governo dos deuses não sendo o governo dos homens, não é política. Dessa maneira, a tortura introduz um elemento essencial nas relações humanas e que é revelado em todos os depoimentos e em todas as memórias de torturados: a tortura instaura entre dois humanos uma relação não-humana, na medida em que o torturador se coloca na posição de um deus e o torturado na de criatura indefesa, culpada e não-humana. Noutros termos, depoimentos e memórias de torturados revelam que a marca fundamental da situação de tortura é a desumanização dos participantes: o torturador se coloca *acima* da condição humana e força o torturado a se colocar na situação *abaixo* da condição humana. O suplício não é apenas a dor, é a humilhação cuja função primordial é a desumanização.

Lendo e ouvindo depoimentos e memórias de torturados, três aspectos sempre me impressionaram a ponto de deixar-me sufocada pelo horror e pelo pavor:

— em primeiro lugar, o relato do que chamo a travessia do inferno: o suplício físico, o suplício psíquico, o desamparo, a solidão, o medo-pânico, o sentimento de abandono, a perda da percepção e da memória, a destituição do humano e a infantilização. Nesse primeiro aspecto, o que me impressiona é a realização cabal da violência: atribuindo ao torturado a violação da ordem, o torturador pratica a violência, isto é, reduz um sujeito à condição de coisa. A violência não é violação nem transgressão do instituído (essa é a ideologia dominante que permite designar o torturado como violento). A violência é a destruição da essência de alguém, no caso, a destruição da humanidade (que define um sujeito) para conseguir a desumanidade de uma coisa. Violência paradoxal, pois o que o torturador deseja da «coisa» é que ela atue como «gente»: uma coisa é inerte, passiva e silenciosa, mas o que o torturador deseja da «coisa» é que ela sofra, grite, confesse, fale.

A loucura da situação de tortura é esta: deseja-se que, através da dor e da degradação, um ser humano vire «coisa» e ao mesmo tempo permaneça gente para que reconheça no torturador um outro ser humano, pois se tal reconhecimento não existir, não pode haver confissão, não pode haver capitulação e sobretudo não pode haver admissão do poder do torturador. Assim, o que a tortura cria é a situação-limite e impossível na qual se destrói a humanidade de alguém para que esse mesmo alguém atue como humano, isto é, estabeleça com o algoz uma relação intersubjetiva, sem a qual o torturador perde a função e perde o sentido;

— em segundo lugar, o que me impressiona nos relatos, é justamente a conseqüência dessa experiência-limite criada pela tortura, isto é, que o torturador queira destruir um sujeito para manter com ele uma relação intersubjetiva. Nos relatos que li e que ouvi, os torturados têm plena consciência dessa situação e as expressões mais freqüentes que li e escutei foram: «eu fazia força para não parar de pensar», «eu fazia de tudo para não dormir», «eu fazia um esforço imenso para não me deixar seduzir», «eu fazia de tudo para discriminar», «eu procurava jeitos para ter certeza de que não estava enlouquecendo». Em outras palavras, a resistência é encarada como esforço gigantesco para não perder a *lucidez*, isto é, para não permitir que o torturador penetre na alma, no espírito, na inteligência do torturado. Isso sempre traz à lembrança a diferença que Espinosa estabelece entre o escravizado e o que aceita a servidão: tem poder sobre o corpo de outrem aquele que o acorrenta, tortura e tira-lhe todos os meios de fuga; *tem poder absoluto sobre outrem aquele que, por meio do medo ou da sedução, se apossa de seu espírito*. O que me impressiona nos relatos é o esforço, às vezes bem-sucedido às vezes fracassado, de não permitir que o torturador se apossa do espírito do torturado isto é, de sua subjetividade, de sua humanidade. O caso de Frei Tito é a manifestação trágica do limite desse esforço desesperado;

— em terceiro lugar, o que me impressiona é o papel do teatro e da farsa na situação de tortura. Não só o jogo de gato e de rato entre torturador e torturado, não só a produção de falsos por parte do torturador, mas a situação de tortura como teatral. Muitos relatos se referem ao sentimento dos torturados de

«estar num palco», não só porque havia a platéia de torturadores e de companheiros, mas pelo sentimento de irrealidade criado pelo aparato técnico-científico da tortura que só poderia intimidar quando *exibido* (seja pela descrição prévia feita ao torturado, seja pela visão de companheiros torturados). Esse aspecto me parece essencial porque combina com um outro que o nega, criando uma contradição insolúvel: essa exibição, essa teatralização é *clandestina*. Não apenas porque tudo se passa nos porões e nas noites sem começo e sem fim, nem só porque disso não se fala pela imprensa nem na sociedade ao ar livre. É clandestina porque torturadores e torturados não possuem nomes nem lugar. O teatro clandestino, essa situação de absurdo completo, em que se exhibe escondendo e se esconde exibindo, opera sob o sigilo de nomes e funções, donde o sentimento dos torturados de estar na situação de protagonistas de um espetáculo insano, onde ninguém é o que é, e onde tudo é o que nada é. Essa dimensão do espetáculo clandestino, no qual o poder se apresenta como absoluto porque sem nome, sem lugar e sem rosto, revela um dos aspectos mais impressionantes da tortura: os torturados sentem-se sem direitos, mas os torturadores confessam-se sem poderes. Onde a alucinação? O torturado sabe, como sujeito humano e como sujeito político, que tem direitos, mas descobre uma situação-limite na qual não os possui e, no entanto, está sendo despossuído desses direitos para poder ser culpado de ter tais direitos. O torturador sabe e o diz, incessantemente, que tem todo o poder sobre o outro, mas ao mesmo tempo afirma que está cumprindo ordens, que não tem poder para deixar de fazer o que está fazendo. Esse paradoxo cria, na situação de tortura, o maior risco, segundo os torturados: o risco de gradualmente aquele que foi destituído de direitos se identificar com aquele que está destituído de poderes. E aqui, só uma analogia me vem ao espírito: a descrição que La Boétie faz da sociedade na qual a tirania é engendrada pelo desejo de servidão voluntária. Aqui, a servidão voluntária significa que cada um e todos, na sociedade, estão efetivamente destituídos de direitos e de poderes, ao mesmo tempo em que têm a ilusão de que os possuem, desde que, do mais inferior ao mais superior, todos imaginarem que podem ser tiranos, isto é, dotados de poder de vida e morte sobre os outros. O que há de sinistro na tortura, e é para isso que as tiranias a empregam, é essa

teatralização dos destituídos para que imitem o tirano. Donde o esforço gigantesco dos torturados para não fazer o jogo do espetáculo clandestino. Nesse jogo, percebe-se por onde passa a conquista da diferença entre o torturado e o torturador: o torturado deve ser reduzido à insanidade, donde sua luta pela lucidez; o torturador deseja ser portador da ordem e da lei, donde seu medo contínuo da própria insanidade. O que os identifica, porém, é a instância que os domina e que deles escapa, a máquina do próprio poder.

Gostaria de finalizar, lembrando um ensaio escrito por Antônio Cândido a respeito do significado da polícia na sociedade contemporânea. Em *A verdade da repressão*, Antônio Cândido começa analisando a perspicácia de Balzac, quando este descobre o significado da polícia na sociedade moderna.

«A polícia de um soberano absoluto é ostensiva e brutal, porque o soberano absoluto não se preocupa em justificar demais os seus atos. Mas a de um Estado constitucional tem de ser mais hermética e requintada. Por isso vai-se misturando organicamente com o resto da sociedade, pondo em prática um modelo que se poderia chamar 'veneziano', ou seja, o que estabelece uma rede sutil de espionagem e delação irresponsável (cobertas pelo anonimato) como alicerce do Estado... A polícia se disfarça e assume uma organização dupla, bifurcando-se numa parte visível (com seus distintivos e suas siglas) e numa parte secreta, com seu exército impressentido de espões e alcagüetes, que em geral aparecem como exercendo ostensivamente uma outra atividade. Este funcionamento duplo permite também satisfazer a um requisito intransigente da burguesia e dispensado só em casos de salvação de classe. A tarefa policial deve ser executada implacavelmente, mas sem ferir demais a sensibilidade dos bem-postos na vida. Para isso é preciso esconder tanto quanto possível os aspectos mais desagradáveis da investigação e da repressão» (Antônio Cândido, op. cit., p. 113-4).

Mas, como assinala Antônio Cândido, é com Kafka que melhor se avalia essa instituição:

«A polícia aparece então como agente que viola a personalidade, roubando ao homem os precários recursos de

equilíbrio de que usualmente dispõe: pudor, controle emocional, lealdade, discricção, dissolvidos com perícia ou brutalidade profissionais... De fato, a polícia tem necessidade de construir a verdade do outro para poder manipular o eu do seu paciente. A sua força consiste em opor o outro ao eu, até que este seja absorvido por aquele e, deste modo, esteja pronto para o que se espera dele: colaboração, submissão, omissão, silêncio» (Antônio Cândido, op. cit., p. 115-6).

Esse procedimento de fabricação de uma outra personalidade — que os torturados descrevem através do sentimento de participarem de um teatro, da ficção de verem suas vidas, seu passado, sua personalidade, seus amigos, suas famílias, suas ações transformados num outro, na história de alguém que já não se sabe quem é, — foi o que descrevemos como o paradoxo fundamental da tortura: destituir alguém de humanidade e de subjetividade, produzir um outro sujeito no lugar do sujeito real, pois dessa «subjetividade» criada depende a ação e a sanidade do próprio torturador que só persiste se a «coisa» puder ser convertida em «sujeito» para reconhecê-lo. Pois o reconhecimento, marca essencial da intersubjetividade, é a condição e o fim da humanidade de cada um e de todos. O reconhecimento intersubjetivo, obra da política como ação comum dos humanos (na bela expressão de Hanna Arendt), é o que a tortura destrói para em seu lugar colocar a farsa cruel da ditadura com vestes de república.

2ª Mesa

(29/10/85)

Um regime que cala

CÍCERO SANDRONI

CÍCERO SANDRONI: Posso dar o testemunho de ter sofrido na carne a ação da censura, quando era jornalista do *Correio da Manhã*, um jornal que o regime militar instaurado em 1964 conseguiu destruir. O *Correio da Manhã*, como muitos devem saber, foi um jornal que se colocou em forte oposição ao regime de 64, a partir do primeiro dia de sua instalação.

Em 1968 o jornal foi invadido por oficiais do Exército que lá se instalaram para exercerem o regime de censura. Nós, jornalistas que lá trabalhávamos, tivemos a presença constante desses militares, constrangedora para nossa profissão.

Mas essa foi apenas a primeira fase do sistema de repressão que mais tarde se tornaria, não só violento mas também repressor e sanguinário.

Muitos dos nossos companheiros foram presos, torturados e alguns mortos.

O *Correio da Manhã* sucumbiu como empresa. Não resistiu à força que se moveu contra ele. Não obstante, outras forças

se movimentaram na sociedade, e, dentre elas, se destacou o trabalho da *Associação Brasileira de Imprensa* que no seu prédio à rua Araújo Porto Alegre recebeu todos os movimentos de resistência que começaram a atuar nesses instantes. Foram momentos duros, mas a ABI em nenhuma situação se deixou abater, através de seus presidentes desses últimos vinte anos. Dentre eles se destacaram as figuras de Prudente de Moraes Neto e do Dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Prudente de Moraes Neto foi um grande jornalista. Dirigindo a ABI nos momentos mais difíceis da repressão e do AI-5, conseguiu a defesa da consciência moral, a defesa da consciência da liberdade que reside em cada um dos seres que se consideram livres, desejando de alguma maneira externar sua opinião e poder dizer *não(!)* aos que apenas possuíam as armas da opressão. O Dr. Prudente infelizmente faleceu quando estava na presidência da ABI e havia colocado bem alto esta luta, e mais do que tudo esse ideal. Foi substituído no cargo pelo Dr. Barbosa Lima Sobrinho, que, aos 87 anos de idade, se encontra agora trabalhando ao lado de Hélio Silva, José Honório Rodrigues, Mário Martins e de várias outras pessoas que neste momento discutem a posição da ABI em relação à Constituinte, isto é, a posição da ABI em relação ao futuro do Brasil. E é exatamente um pouco essa mensagem que, acho, deve ser transmitida a todos. De que todos devem trabalhar unidos, porque o trabalho de cada um, o trabalho de cada pessoa, de cada brasileiro, conta. Porque se estamos aqui unidos, tentando discutir esses problemas, estamos fazendo alguma coisa para evitar que isso se repita.

Tudo isto aconteceu quando a censura se abateu sobre a literatura brasileira, quando escritores brasileiros foram banidos e impedidos de trabalhar, quando a polícia queimava livros nos porões do Ministério da Justiça. Mais de quatrocentos títulos de livros foram apreendidos nesses vinte anos e lançados numa fogueira parecida com as fogueiras que os nazistas faziam na Alemanha antes e depois de assumirem o poder.

A verdade, meus amigos, é que toda essa força de pensamento foi de alguma forma constrangida, e ao se sentir constrangida, ela se rebelou. E houve então um movimento de intelectuais, de artistas, que foi consubstanciado num manifesto, um manifesto à Nação, que a imprensa toda publicou.

A partir desse manifesto, nenhum livro mais foi censurado no Brasil. E isso aconteceu quando ainda estava em plena vigência o AI-5. E isto é um exemplo, eu gosto de repetir, um exemplo da força da resistência. A força da resistência acaba vencendo a força das armas. E eu acho que é com seminários como esse, com reuniões como essa, com as consciências livres reunidas como estão aqui, atentas para o futuro, que pode não ser um futuro sombrio, mas também não é um futuro promissor, mas que poderá se transformar em promissor na medida em que cada consciência e todas as consciências se unirem para se opor à força da repressão. Então, é só a partir daí que se vai conseguir um futuro melhor. Acho que o exemplo desse manifesto, o exemplo da resistência da imprensa, e mais que tudo o exemplo da resistência dos jornalistas e da ABI, é um exemplo a ser lembrado e estou aqui para isso.

* * *

Pergunta: Há ainda o risco de um retrocesso no país?

Cícero: Eu pergunto se alguém duvida de que os últimos acontecimentos em Brasília foram um retrocesso. A não-aprovação da anistia ampla e irrestrita que se queria. Não foi um retrocesso? Não tenho a menor dúvida de que foi um retrocesso. A Constituinte, o projeto da Constituinte que foi aprovado em 1ª votação e que vai agora à 2ª votação, não foi um retrocesso? Não tenho dúvida que foi um retrocesso.

Pergunta: O que, na sua opinião, poderá ser feito para que o povo não deixe de lutar para conquistar uma verdadeira democracia?

Cícero: Eu acho que é exatamente isso que estamos fazendo aqui. É um pouco o que eu falei. Quando o ministro Fernando Lyra anunciou na Casa Grande: «Censura nunca mais», nós sabíamos que a supressão da censura, pelo menos no que se referia a livros, já havia sido conquistada por nós sete anos antes. Nós conquistamos o direito de publicar livros. Quero dizer, isso foi feito através de um trabalho da sociedade civil que se organizou. Então eu acho que não é só convencer o povo, mas sim, como disse o José Américo, nos convencer

de que essa luta não termina nunca e que a busca do novo é uma busca interna e permanente. Quer dizer, temos que continuar esta luta sempre. E eu pergunto até mais: alguém neste auditório duvida que muitas pessoas, neste momento, estão sendo torturadas no Brasil? Na verdade a tortura está dentro de nós. Existe neste processo nefando de maltratar, de torturar e até de matar pessoas, agora, nesse momento que estamos aqui reunidos.

Então eu acho que em relação a essa pergunta, tudo depende muito do esforço de cada um e do esforço de todos, enfim da organização da sociedade civil.

Pergunta: Qual a posição da ABI em relação à Constituinte?

Cícero: Eu disse no começo, que hoje, na parte da tarde, o Conselho de Administração da ABI se reuniu para discutir o problema da Constituinte, e a opinião geral dos conselheiros era a de que a Constituinte Congressional não será uma Constituinte legítima. A base da discussão que se faz hoje na ABI é de que a Constituinte deve ser independente, eleita pelo povo, e que seja representativa de todo o eleitorado brasileiro. São duas idéias que realmente não batem: a idéia de uma Constituinte livre e a idéia de uma Constituinte Congressional. Logo, essa deverá ser a posição da ABI em relação à Constituinte.

Pergunta: Pergunto aos integrantes da ABI: que tipo de censura a imprensa sofria e qual a semelhança com a censura musical?

Cícero: Em relação à censura que a imprensa sofreu desde o AI-5, ou a partir do AI-5, foi aí que ela foi mais flagrante, porque entre 64 e 68 havia o que eu chamo de censura permanente à imprensa, porque, na verdade, o que existe é liberdade de empresa, quer dizer, são as empresas que editam jornais e que através de pessoas que, me parece, são sete no Brasil, e que controlam a chamada liberdade de imprensa, que nada mais é, repito, que liberdade de empresa. São empresas que controlam esse mito que se chama liberdade de imprensa no Brasil. Bem, então, entre 64 e 68, esse tipo de liberdade subsistiu de alguma forma. A partir do AI-5 as redações foram invadidas, como já contei aqui, por oficiais do Exército, da

Marinha e da Aeronáutica que impunham a censura, digamos assim: *manu militari*. Porque reviam textos, cortavam textos e intimidavam com sua presença os jornalistas que ali estavam desempenhando sua função profissional. Na realidade acontecia também um fenômeno interessante: os comandantes desses oficiais eram obrigados a substituí-los uma semana depois, porque em uma semana de convivência com os jornalistas, eles iam amolecendo, quer dizer, os jornalistas iam convencendo esses agentes da repressão, da necessidade de informar o público, de publicar a notícia. Isso aconteceu de dezembro de 68 até 1º de março de 69. A partir de então essa força de ocupação foi retirada das redações dos grandes jornais e passou-se a fazer censura através da direção do próprio jornal que, em muitos casos, se entregaram inteiramente ao arbítrio, à força. Passaram então a vir ordens telefônicas, por telex, por cartas e até bilhetinhos, sobre matérias que deviam ou que não deviam ser publicadas. Por exemplo, havia uma ordem absoluta de recusar qualquer notícia sobre D. Hélder Câmara. D. Hélder Câmara era uma figura sobre quem não se podia noticiar qualquer coisa. Mesmo se o jornal quisesse atacar D. Hélder, não podia. Para, até certo ponto, vergonha nossa, alguns grandes jornais, a grande imprensa, se entregaram a esse tipo de coisa. Mas é evidente que houve também a imprensa da resistência, como — e eu não posso deixar de citar aqui — o *Opinião*, o *Pasquim*, o *Jornal dos Debates* e o *Movimento*, jornais que resistiram e que continuaram ocupados durante muito tempo. O *Opinião*, até o último número, que eu tive a honra de editar, tinha um agente da censura lá dentro e nós tínhamos que fazer três, quatro números do jornal para conseguir publicar alguma coisa.

* * *

TÁRIK DE SOUSA

Bem, vamos falar agora da área da Música Popular Brasileira. Vamos lembrar também que na área de jornalismo da Música Popular a censura esteve muito violenta durante esses vinte e um anos, a ponto de não se poder escrever, durante certa época, o nome de determinados artistas como Taiguara, Chico, Geraldo Vandré. Muitas vezes a matéria era censurada

pela simples menção desses nomes, a tal ponto eles se transformaram em terríveis inimigos do regime, o que demonstra de forma inequívoca que a Música Popular Brasileira sempre esteve a serviço da liberdade. Vamos dar agora a palavra ao Taiguara, uma das pessoas que sofreu na carne esse problema. Sofreu na carne a censura, sofreu na carne o exílio em seu mister de músico popular. E eu queria que o Taiguara começasse relembando como é que surgiu o problema da censura dentro do seu repertório.

Taiguara: É uma honra para mim, e este é um momento histórico que, tenho certeza, nossos filhos e nossos netos não de se lembrar, porque nem tudo o que se incorpora como ser humano é o que a memória racional guarda. Vou começar meu relato por aqueles que nos acrescentam e nos fazem melhores seres humanos. São os que têm a coragem de morrer por nós, de abrir mão de seus projetos pessoais e assumir que o ser humano é coletivo e depende do próximo para a sobrevivência e que por suas idéias são capazes de enfrentar torturas, como o camponês citado aqui ontem, que, depois de se identificar, disse para o torturador: «Agora o senhor pode começar».

O companheiro que me apresenta o Tárík é o jornalista — e sou obrigado a dizer isto, com todo o respeito pelos demais jornalistas — que fez a primeira reportagem em jornal, no momento em que eu tentava uma volta à vida artística.

Outro companheiro, Wilson Prudente, que é professor e sociólogo, fez, junto comigo, uma espécie de resumo porque quando começo a falar costumo ser muito prolixo e, como tenho consciência disso, achei necessária essa espécie de auxílio.

Bem, o período Médici foi o pior, mas eu não sabia dos horrores que se abatiam sobre nós. Parei de estudar Direito no segundo ano para cantar na noite. No Rio e em São Paulo, onde morei cinco anos, eu estudava canto. De 68 a 71 alguma coisa de muito forte me confirmava que era isso o que eu devia fazer como indivíduo para contribuir para a sociedade em que vivia. Era a arte, a cultura. Em 68 o Festival da Modinha confirmava a questão do meu talento para o canto. Lembro-me bem de um encontro com um compositor amigo que havia feito uma música de parceria comigo em São Paulo, em que eu disse que não estava tendo tempo para compor. Estava cantando

muito, fazendo muitos shows, ensaiando com grupos, escrevendo cifras, e isso me impedia de sentar para sentir e empreender o ato de criação musical e poética. Ele me respondeu que não entendia por que continuava compondo nesse período. Hoje sei o quanto me fez mal cantar nesse período. Fiquei sabendo do mal que tinha feito em não ter participado das lutas do meu povo entre 68 e 71, mais ou menos.

Universo no teu corpo tirara o 7º lugar no Festival. 30 mil pessoas gritaram no Maracanãzinho pela colocação dessa música em 1º lugar, e eu próprio, junto aos seis colocados vaiados, ajudava aos meu colegas músicos a tentar fazer com que o povo parasse com aquilo.

Ontem a professora Marilena Chauí, na sua brilhante exposição, disse que estamos num momento — é um parêntese que creio necessário — em que, na verdade, o Estado a ninguém representa. Eu, como trabalhador da área da música, não concordo. Acho que o Estado representa, sim. Principalmente no nosso caso, porque estamos no Terceiro Mundo. Representa outros Estados e outras forças militares de além-mar.

Bem, a ambição que tenho na vida é fazer da minha voz, do meu poema, um instrumento na luta de libertação do meu povo. A minha primeira música visada foi a *Ilha* em 1971. Ela foi visada porque a grande preocupação da ditadura era não deixar que a nossa juventude tomasse conhecimento dos movimentos de libertação fora de nossas fronteiras.

Nessa época a bossa-nova já se casava com o grupo Opinião e com o Teatro de Arena. Era o morro que descia para o asfalto, e o asfalto que subia para o morro. A cultura proletária e a cultura burguesa que viviam um entendimento necessário — apesar da luta de classes ser uma realidade — porque o nosso samba vivia fechado naquela formulação e rodava em quatro acordes e precisava aprender com a bossa-nova, e esta vivia em casamento crescente com o morro e precisava dele, porque a bossa-nova, fechada nos apartamentos da zona sul, se elitizava e já não tinha muito sobre o que falar, repetindo as mesmas palavras. Os poemas às vezes chegavam a ser chatos, apesar de perfeitos na forma.

A classe operária já sabia da importância do Brasil para o Terceiro Mundo, já sabia da extensão de nossas riquezas

naturais e da ambição que o imperialismo norte-americano tinha com respeito a isso, assim como da necessidade do Brasil como guardião do Continente.

Anos depois eu iria ler o livro do Paulo Freire — companheiro do exílio que não se contentou em ficar no campo da pedagogia, da ciência e da lingüística, mas foi além e nos propôs uma *História da classe operária no Brasil* — e nesse livro li uma relação das indústrias multinacionais, que depois do ato do marechal Castelo Branco acabando com a *Lei de controle da remessa de lucros para o estrangeiro*, passaram a fazer o nosso «desenvolvimento» e a manipular os militares para que nos torturassem e controlassem ideologicamente nosso pensamento. Nós sabíamos o que era o «gringo», o que era o «trust», porque as multinacionais já se chamaram «trust» e nossos pais e avós conheceram este problema.

Mas voltemos à *Ilha*. Essa música que foi feita para passar adiante a possibilidade de um jovem sair daqui para ir para Cuba era um sonho impossível. A letra dizia:

Meu pai
já não posso mais
viver nesse mundo em chamas
meu bem eu te quero bem
mas vou onde o amor me chama
livre, só e em paz
vou viver na Ilha
onde meus iguais
serão minha família
tentei ser como vocês
viver nesse mundo errado
adeus, vou deixar vocês
chega de viver guardado
hoje o meu adeus corta o meu destino
que o amor faz meu
e volto a ser menino.

A direção da *Odeon*, a gravadora com a qual eu tinha contrato, disse que a edição da música colocava em risco a empresa, que havia sido ameaçada de perder seu número de licença e que eu não podia fazer uma molecagem como essa. «Seu» Zé Ribamar, reunido comigo na presença do mestre Gaya,

de Newton Miranda e de outras pessoas me tratou assim. Eu sei que isso acontecia porque eu não fazia parte da gama, da classe social que pode fazer política, seja ela de esquerda ou de direita. Porque se, por acaso, eu tivesse um sobrenome para me defender, se eu tivesse algum dinheiro no banco, ou se tivesse alguma tradição, sei lá, paterna, materna, no campo do que é chamado literatura no Terceiro Mundo, eu não teria sido chamado de moleque. A intimidação foi muito grande e lembro-me que passei pelo menos algum tempo sem tentar uma nova «molecagem». Passaram-se alguns meses e mandei mais duas letras para a censura. Eram para o disco *Piano e viola* que iria ser editado em 1972. Eram as letras de *Sim* e de *Medo*.

Fui chamado à Polícia Federal e ao Palácio Guanabara que, em companhia de Dona Marina e de Seu Sá — os censores — a letra pudesse ser rearranjada. A letra de *Medo* dizia:

O que seria de mim
se eu não tivesse o meu mundo
largado nu nesse aqui
que só me deu esse medo
o que seria de mim
se eu não tivesse o meu sonho
que germinou esse medo
salto, solto em sonhos livres
quero brincar
sinto o sangue ser mais vivo
que ao enxergar
sobre a festa dos vampiros
seus morcegos de metal
cospem fogo nos seus filhos
me dão medo do real.

Não havia nessa letra, mesmo durante o período Médici, nada que ofendesse as instituições. Era uma fotografia psicológica do medo. A letra de *Sim* foi vetada por um verso que dizia que «viver é derrubar paredes». O refrão dizia «viver é coragem». Parece que interpretaram que «derrubar paredes» poderia ser de algum quartel, sei lá!...

Em 72 eu tive 11 músicas proibidas num LP de 12!

Resolvi, então, aceitar uma proposta para ir a Londres fazer um disco, e a única música permitida foi *Que as crianças cantem livres*, e se dirigia unicamente às crianças e às possibilidades das crianças, já que os adultos estavam irremediavelmente subjugados pela ditadura Médici. Gravada em Londres, a música ganhou outro título: *Deixem as crianças ouvirem a música* e contava a história de um brasileiro que, enfrentando o silêncio armado no seu país, aprendia a liberdade fora de casa e voltava trazendo-a na mala... Em 76 voltei para tentar gravar esse disco aqui. Um representante da *Odeon* foi à Inglaterra, comprou 40% da produção e tudo mudou. Em vez do meu disco ser lançado lá haveria um lançamento antecipado no Brasil. Diziam eles que o disco era muito brasileiro para o mercado inglês. Quando cheguei, em 75 ainda, a direção me disse que o disco era muito inglês para o mercado brasileiro. E a gravadora veio com a conversa de que havia sido novamente ameaçada de perder sua licença para atuar no Brasil. Ora, todos sabemos, desde que o senador Luiz Carlos Prestes chegou ao Brasil, anistiado, dizendo aquela frase publicada nos jornais: «Quem manda no Brasil não são os militares e sim as multinacionais», todos nós sabemos que seria absurdo que a *Odeon* tivesse seu número de licença cassado pelos nossos militares, se na verdade ela faz parte das multinacionais que manobram esses mesmos militares. Então, não sendo possível a edição do disco, parti para outros caminhos.

Convidei o Hermeto e vários músicos para fazer um disco do qual faz parte *Terra das palmeiras* que alguns de vocês devem ter ouvido tocar naquela época, e que toca até hoje, e diz assim:

Sonhada terra das palmeiras
onde andarás
terá ferido alguma asa?
terá parado de cantar?

Essa letra conseguiu passar no nome de Geísa Gomes Chalar da Silva, minha esposa, mas passou com a letra modificada:

Sônia da terra das palmeiras
onde andarás
teu sabiá terá ferido alguma asa?
terá parado de cantar?

Alguns compositores como Chico, Gonzaguinha... ficaram peritos nessa técnica.

Já o período Geisel foi considerado por muita gente como mais leve, com maior distensão; para mim não houve nenhuma disposição de distensão.

Tentei passar esse meu modo de sentir em um disco com uma letra que passou pela censura, também, com o nome de outra pessoa. Dizia:

Não adianta não
a situação já está fora das tuas mãos
você diz que é o tempo
da vida se distender
mas quem faz a primavera é o inverno
não é você
volta sempre o momento na história
em que mais um Império deixou de ser
pois assim é o futuro para nós
só o que você vai mesmo fazer
é sair ou deixar eu me abrir
e deixar tudo acontecer.

Pois bem, esse disco, no dia de seu lançamento, 1º de maio de 1976, depois de cinco mil cópias feitas, teve a rodagem interrompida e o espetáculo de lançamento proibido no Rio Grande do Sul. Tínhamos tudo pronto. Íamos discutir o assassinato das populações indígenas no Brasil, era um acontecimento inédito, porque íamos colocar para uma massa de jovens, para grupos de rock que tocariam a partir das 6 horas da manhã, veríamos o sol nascer, o sol morrer, e terminaria com a Sinfônica, o Hermeto, os músicos que gravaram o disco e um debate com a moçada. Tudo foi proibido e o disco não foi editado. Essa música nunca foi tocada em nenhuma rádio porque há várias formas de censura que não está só na Polícia Federal. Existe a própria autocensura que atinge os radialistas. É importante citar aqui o nome do general Geisel, porque foi em sucessivos encontros com ele que se formou a famosa Aliança Democrática. Foi nesse período que aconteceu a morte do jornalista Wladimir Herzog e o assassinato de Manoel Fiel Filho. Esse período foi marcado por manifestações de descontentamento dos estudantes, e pela primeira tentativa de «rebeldia» dos operários.

Queria relacionar agora o nome de alguns companheiros passados a mim, por telefone, pelo senador Luiz Carlos Prestes — nomes que eventualmente não foram citados na noite de ontem — e que, sem revanchismo, serão vingados com a força da nossa consciência e a nossa disposição de construir um país sem ter que conviver com torturadores e sem ter que enfrentar a ironia de falar em socialismo e em dias melhores ao lado de gente que praticou a tortura e concordar com isso como sendo uma «etapa» ou um «degrau» na construção do socialismo.

David Capistrano da Costa desapareceu entre 20 e 30 de março de 1974. A posse de Geisel foi em 15 de março e isso não pode ter sido por acaso, tal a importância desse militante. No dia 4 de abril foram seqüestrados: João Massena Mello, Walter Ribeiro, Luiz Maranhão Filho. No fim de 74, Elson Costa, Hiram Pereira e, em fevereiro de 75, Jaime Miranda, Itair Veloso, Orlando Bonfim Jr. e Nestor Vera. Antes ainda, em 74, José Montenegro de Lima, secretário da Juventude Comunista, que foi torturado até a morte e isso foi confirmado por alguns companheiros que puderam vê-lo nos intervalos da tortura. Esses fatos, seqüestros, desaparecimentos e tortura ostensiva só se interrompe com os assassinatos do Herzog e do Manoel Fiel Filho.

Pessoalmente, como compositor, nunca fui tão censurado quanto no período Geisel, a não ser com as *sutilezas* com que estamos vivendo agora.

A prioridade para mim, agora, é compor, é passar mensagens através de um texto, de uma música, esse casamento, essa coisa bonita que o Brasil sabe fazer, dançar e cantar, que é a música popular. O trabalho de cantor foi aprendido com o povo mesmo, nesses dois anos em que venho tentando recomeçar. Ele é muito importante para mim nesse momento, a curto prazo, no sentido de que pode me devolver a normalidade da carreira profissional.

Tenho atravessado sérias dificuldades econômicas e familiares na «Nova Ditadura» que é como eu chamo a «Nova República» e tenho tido provas de que ela é mesmo a «Nova Ditadura» e que apenas se manifesta por outros comportamentos mais dissimulados.

Sei que estou me alongando, mas é um pouco pela honra, pela oportunidade e a consciência de que esse é o momento de denunciar, por exemplo, as novas formas de censura que são possíveis. Porque depois de 20 anos de ditadura militar a censura mora dentro de nossa cabeça. Já não acreditamos em linguagem direta.

Estamos realmente convencidos de que os sucessos profissional e individual têm prioridade em nossa vida e que, quando abandonados, fracassamos. Não sabemos pensar coletivamente. Ora, essa tese não dá certo nem nos EE.UU. onde não existem as condições de fome e miséria que temos aqui. Estamos num país do Terceiro Mundo onde a palavra é muito importante e nesse momento ela está enfrentando novas maneiras de expressão para não ser cassada. É por isso que abusei um pouco desse espaço. E da noite de ontem em diante vamos, se Deus quiser, falar e cantar muito, em muitos momentos, em muitas músicas, de todas as maneiras possíveis: *tortura nunca mais!*

* * *

Pergunta: Você em algum instante justifica um posicionamento seu pelo fato de ser artista, como se a omissão do artista fosse natural?

Taiguara: Não, nunca me posicionei assim. A arte é muito importante e há sempre uma mensagem política na intenção humana de se renovar.

Pergunta: Você já pensou em escrever um livro, um superlivro contando sua experiência de vida?

Taiguara: Já. Eu comecei a escrever um trabalho que foi interrompido por minha viagem à Tanzânia, sobre a qual tive que dar um testemunho. Samora Machel, presidente de Moçambique, chama a Tanzânia de Escritório da Revolução, porque é um país que sacrificou a sua própria economia interna, a sua própria história. A Tanzânia tentou uma revolução cultural que, a nível econômico e político, não está dando certo porque na economia mista, no jogo entre socialistas e capitalistas, os capitalistas acabam ganhando. Os capitalistas conseguem subornar, corromper, prostituir. Num país pobre,

mais pobre do que o nordeste brasileiro, os capitalistas estão conseguindo fazer entrar tudo aquilo que havia sido expulso. Essas economias mistas estão comprovando que os socialistas perdem para os capitalistas. Estou escrevendo um trabalho sobre isto. É o testemunho de um brasileiro que viveu com um povo que vive para os outros povos da África.

Pergunta: O que você pode dizer aos dominadores desses vinte e um anos anteriores?

Taiguara: Eu diria que não vai ser sempre assim, que um dia nós não vamos depender de formas burguesas para fazer justiça. Porque hoje estamos dependentes, todos nós que estamos nessa mesa, o *Grupo tortura nunca mais*, Chico, eu, todos! Mas um dia nós vamos criar nossos próprios espaços, num país nosso, controlado de uma maneira brasileira, por brasileiros.

Pergunta: Em que momento você fez «Marcela»?

Taiguara: Marcela era uma menina de 4 anos, filha de uma moça de quem eu gostei muito. Essa moça havia sido vítima de muita agressão física por parte de ex-namorados, e ela criava a filha com muito carinho, muito amor. Por isso dei o nome à canção.

Pergunta: O que, qual a força que um dia fez uma cigarra como você parar de cantar?

Taiguara: «Uma cigarra...», muito bom ouvir isso porque sou de Santa Teresa que é um lugar de muitas cigarras. E depois tem o Tom que é fã das cigarras e sabe fazer músicas com o som das cigarras, e o Hermeto que usa o som das cigarras melhor do que o John Kase usa o barulho do trânsito na Inglaterra, e, bem, a força que faz parar uma cigarra é a mesma que polui o ambiente, derruba a mata, Tucuruí, Carajás, tudo isso tem a ver com essa força que faz calar as cigarras. Essa força que muda leis é o imperialismo, essa força capaz de calar todas as cigarras do mundo!

E agora, nesse momento, eu gostaria de declamar um poema para vocês que se chama *Perto de Prestes*.

Só estar perto de Prestes
já põe as forças à mostra
só pode ver certos gestos
quem gosta do ser humano
liberto de condições incontestes
das posições manifestas
de quem viu a paz pelas frestas
de quem recusa os poderes
que não se provem honestos
no dia-a-dia indigesto
de quem repudia os restos
que não concilia ou presta
serviços a quem não preste
está sujeito a estar perto
de quem está perto de Prestes!

* * *

Tárik: Bom, agora nós vamos pedir ao MPB-4, através de seus integrantes, que falem um pouco a respeito desse período de censura do qual eles também foram vítimas, na medida em que foram dos principais defensores da cultura brasileira durante essa época. E, em especial, que o Achiles falasse um pouco a respeito de sua atividade no Sindicato dos Músicos.

«Magro»: Bem, nós tínhamos combinado jogar a «purrinha» para ver quem ia falar, mas acho que sobrou para mim. O MPB-4 tem a idade da ditadura, 20 anos de trabalho. E cresceu, graças a Deus, em direção contrária a ela. Cresceu em direção à liberdade de expressão, à tentativa de usar o palco para denunciar tudo o que fosse possível. Andamos sempre no limite, às vezes até além dele, mas acho que valeu a pena, e nos sentimos recompensados, quando ouvimos um jovem chegar e dizer: «Pô, obrigado pelo que vocês fizeram, denunciaram, quer dizer, pelo que vocês mostraram».

Eu gostaria de falar sobre o tragicômico da censura. Porque o trágico foi a pressão econômica, as peças censuradas, a tensão dos shows com a polícia na porta. O cômico eram os malabarismos que tínhamos de fazer para poder continuar no palco.

Trabalhamos com o Chico muito tempo. Um dia o Chico quis parar um pouco e resolvemos trabalhar sozinhos. Fomos fazer nossa primeira peça de teatro com Antônio Pedro e na qual o próprio Chico acabou dando uma mão. Essa peça estreou no Teatro da Fonte da Saudade, e depois de algum tempo de sucesso — lotávamos a casa todos os dias, mas é importante dizer que a casa só tinha duzentos lugares — tivemos que parar. A temporada foi muito curta, sete dias e a censura fechou... Ficamos arrasados. Logo na primeira tentativa, levar uma rasteira assim, fica complicado... E havia o problema da produção, de gastar dinheiro etc. Desolados fomos falar com o Chico: «Chico, o que que a gente faz?» E ele: «Tenta de novo, inventa alguma coisa, sei lá!» Então tentamos de novo. Tentamos um recital e tentamos negociar junto à censura. Até que chegou um dia em que tudo foi censurado novamente. Era preciso fazer o espetáculo e tentamos negociar pelo telefone. Imaginem! Pedíamos: «Pelo amor de Deus, não vai fechar o teatro agora. Dá um jeito de liberar!» Aí o cara ficou *magnânimo* e resolveu liberar as músicas pelos títulos. Fomos dizendo: *Alegria continua* — pode. Outra música é *Fuga* — não pode. Só que *Fuga* era um número instrumental que o Miltinho tocava, do Villa-Lobos... mas o título era meio ameaçador. De repente, entramos num impasse. Tínhamos que falar a música mas não podíamos dizer o nome. Não me lembro quem estava ao telefone e que falou: *Pai* — essa pode. Cantamos e... no dia seguinte foi outra surra, porque *Pai* era *O cálice*, e *O cálice*, nem pensar! Fecharam a gente de novo!

Bom, é isso aí. Acho que foi bom termos vivido esse tipo de vida, apesar dos percalços e problemas. Nós nos sentimos orgulhosos de ter cumprido um papel de denúncia, de usar o único espaço que durante algum tempo foi usado para denunciar uma série de coisas que aconteciam no Brasil. Isso é o que importa.

Achiles: Pediram que eu falasse sobre o Sindicato. Na verdade o MPB-4 viveu esse período todo, e o «Magro» já contou alguns fatos, até embolou alguns dados, mas isso é perdoável, porque o nosso cotidiano naqueles tempos era enfrentar a censura, mas eu tenho a certeza e acho que o «Magro», o Miltinho e o Rui também pensam assim, que nós sentíamos que não éramos os mais censurados. Sentíamos que o mais censurado era o

povo brasileiro. A maior vítima da censura foi o nosso povo que não teve acesso à sua própria cultura, através daqueles que ficaram no Brasil, resistiram, puderam não se exilar e ficar lutando, combatendo, e, sempre que possível, tentando ocupar espaços que não eram abertos, como o próprio Sindicato dos Músicos. Hoje é outra a diretoria da qual, inclusive, o «Magro» faz parte, e é com muito orgulho que vemos a categoria de músico crescendo enquanto trabalhador.

Nós, músicos, principalmente compositores e intérpretes, sempre fomos procurados na hora de lutar pela *Anistia*, na hora de lutar pelas *Diretas*, na hora de qualquer tipo de manifestação, e sempre respondemos: «Presente!» Hoje estamos tentando nos fortalecer e acho que isso é muito importante para nós todos, como trabalhadores, como profissionais da música. Vamos organizar, para novembro, nos dias 18 a 22, o 3º Congresso Nacional de Músicos. Temos muita coisa para colocar em discussão, muita coisa que os leigos, talvez até mesmo muita gente aqui presente, ignore. A quantidade de problemas que o músico profissional enfrenta, desde o desemprego até a censura, são muito importantes e acreditamos que através dessa luta sindical, através da organização do povo civil no Brasil, possamos evitar reuniões como essa do *grupo tortura nunca mais*. Para nós isso basta e aqui estamos para dizer que só teremos sucesso em nossos objetivos através de nossa união e através de entidades civis.

* * *

Tárik: Agora vamos ouvir um pouco o Chico. O Chico, inclusive, é possuidor de um título do qual ele deve se honrar muito, de ser o pioneiro como vítima da censura ditatorial, pois, já em 1966, teve uma música, que era sátira — *Tamandaré* —, proibida. Mas foi a partir de *Apesar de você* que a briga com a censura se tornou um corpo a corpo tão violento que ele foi obrigado até a mudar de nome. Eu gostaria que o Chico contasse um pouco de tudo isso, porque de repente as coisas passam, as pessoas esquecem, e o período que se viveu nessa época foi de tal violência na área de criação, de cultura, que chegou a refletir na criatividade dos artistas que se viram obrigados a reescrever suas músicas, reconsiderar seu trabalho,

partindo dos obstáculos que foram encontrando. Eu pediria ao Chico que falasse das coisas que ele considera mais importantes, mais contundentes.

Chico: Quando o pessoal me chamou para o Seminário, fui logo dando desculpas, porque não sou muito bom de falar. Vou participar do debate, talvez consiga dialogar razoavelmente bem, mas não sei improvisar direito e, a não ser que eu tivesse preparado uma exposição, coisa que não fiz, acho que vou esquecer muito, porque foi tanta coisa que aconteceu, tudo muito enrolado, muito confuso. Então o que é que vou dizer? Bem que eu falei que o Seminário era sobre tortura e não sobre censura, mas as moças que foram falar comigo me convenceram dizendo que a censura é uma forma de tortura, que nós, músicos, enfrentamos esse tempo todo a «tortura das idéias» que a censura entortou inclusive nossa maneira de pensar e de falar.

É verdade que, de certa forma, fomos obrigados a encarar pessoalmente a ameaça de diversos inspetores, de diversas delegacias, DOPS, DOI-CODI e tudo mais, que, na verdade, eram os executores, não da censura em si, mas, no caso de burlarmos a censura, eram os executores da intimação e da intimidação, nos levando para prestar depoimento ante aquele aparelho repressor que conhecíamos bem e que temíamos. Nós tivemos muito medo. Eu não fui torturado, mas tive muito medo da tortura, convivi com ela diretamente, e, finalmente, para concluir, porque não falei quase nada, acho que uma coisa tem muito a ver com a outra, quero dizer, a censura e a tortura.

Tárik: Vamos ouvir o APESAR DE VOCÊ para relembrar um pouco a música e também a modificação que ela provocou na censura, porque, ao passar, acabou derrubando o censor que a liberou.

Hoje você é quem manda
falou, tá falado
não tem discussão, não
a minha gente hoje anda falando de lado
e olhando pro chão
e você que inventou esse estado
inventou de inventar toda a escuridão

você que inventou o pecado
 esqueceu de inventar o perdão
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 eu pergunto a você
 onde vai se esconder da enorme euforia
 como vai proibir
 quando o galo insistir em cantar
 água nova brotando
 e a gente se amando sem parar
 quando chegar o momento
 esse meu sofrimento
 vou cobrar com juro, juro
 todo esse amor reprimido
 esse grito contido
 esse samba no escuro
 você que inventou a tristeza
 ora, tenha a fineza, de desinventar
 você vai pagar é dobrado
 cada lágrima rolada
 nesse meu penar
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 ainda pago pra ver
 o jardim florescer
 qual você não queria
 você vai se amargar
 vendo o dia raiar
 sem lhe pedir licença
 e eu vou morrer de rir
 e esse dia há de vir
 antes do que você pensa
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 você vai ter que ver
 a manhã renascer a esbanjar poesia
 como vai se explicar
 vendo o céu clarear
 de repente, impunemente
 como vai abafar
 nosso povo a cantar na sua frente
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 você vai se dar mal, etc. e tal, lá, rai, á...

Tárik: Chico, lembra pra nós como você fez essa música, por que, qual foi sua motivação e o que aconteceu com ela depois da liberação e da proibição.

Chico: Para isso teremos que nos situar um pouquinho antes, ao golpe dentro do golpe, que foi o AI-5, em 1968, e que foi realmente o grande golpe em cima de nós, artistas, pois a classe trabalhadora já havia sido golpeada violentamente em 1964. As artes continuaram, mais ou menos atuantes, tanto é que o teatro, o cinema e a música continuaram se desenvolvendo até dezembro de 68. Existia o que se chama *Arte da existência*. Era o Teatro Opinião, o cinema, os festivais, o tropicalismo. Acho até que entre 64 e 68 a arte cresceu muito porque substituiu outras vozes que foram silenciadas. Nossos políticos, os melhores quadros, os melhores nomes, tinham sido afastados, presos ou exilados. A classe operária estava completamente abafada e a arte era como uma válvula de escape. A partir do AI-5 a coisa mudou. Fomos todos perseguidos de uma ou de outra forma. Eu, pessoalmente, fiquei sob prisão domiciliar, entre fim de 68 e começo de 69. Primeiro fiquei retido no quartel do 1º Exército, depois voltei para casa mas com a obrigação de comunicar às autoridades militares toda vez que tivesse que ir, por exemplo, a Petrópolis. Tinha que pedir autorização a um tal coronel «Átila» e não era por acaso que a grama não crescia *... No princípio de 69 tive um convite para participar do Festival de Cannes e fui autorizado pelo coronel Átila a ir. Por lá fui ficando porque a situação aqui engrossava cada vez mais. Quando Gil e Caetano foram presos recebi recados para não voltar tão cedo e fiquei até 1970. Em fins de 70 voltei. Cheguei aqui e depois de uns três meses, vendo aquilo tudo que a gente via — e é difícil lembrar o clima de terror que era — e, para mim que havia ficado um ano e meio fora, talvez um pouco mais, foi um choque muito grande. Essa música tem uma carga de revolta muito grande apesar do clima carnavalesco e talvez por causa desse clima, e por eu ter voltado um pouco como o filho pródigo, a letra foi aprovada pela censura que existia — a censura prévia. Quando o Tárik citou o Tamandaré, foi diferente, o Tamandaré foi proibido pela Marinha, o Tamandaré é o Patrono da Marinha.

Bem, então o texto foi aprovado, o disco editado e começou a tocar no rádio fazendo até um certo sucesso. De repente o

* Referência a Átila, o bárbaro, rei dos Hunos.

disco foi retirado da praça, o que foi uma arbitrariedade dentro do arbítrio, e, se não me engano, pessoas de dentro da censura foram punidas pelo vacilo... A partir daí fui chamado algumas vezes para explicar de que tratava a música e a explicação que eu dava era que se tratava de uma canção de revolta contra uma mulher muito autoritária que eu tinha namorado e assinava: «Juro», ali na Praça Marechal Âncora... evidentemente...

A partir desse momento começou uma certa marcação corpo a corpo, não só comigo mas com outros autores que passaram a ser suspeitos. Fiz uma música para o Mário Reis que era a música mais inocente do mundo e foi proibida. Ninguém me tira da cabeça que foi, ou vingança ou excesso de zelo, porque o sujeito da censura, talvez pensando no seu antecessor que havia sido punido, demitido, sei lá, deve ter dito consigo mesmo: «Em outra eu não caio...».

Tárik: Bom, agora vamos ouvir ACORDA AMOR, de um tal Julinho da Adelaide.

Acorda amor, eu tive um pesadelo agora
sonhei que tinha gente lá fora
batendo no portão — que aflição
era a dura
numa muito escura viatura
minha nossa santa criatura
chame, chame o ladrão
acorda amor, não é mais pesadelo nada
tem gente já no vão da escada
fazendo confusão — que aflição
são os homens...
e eu aqui parado de pijama
eu não gosto de passar vexame
chame, chame o ladrão
se eu demorar uns meses
convém às vezes, você sofrer
mas depois de um ano eu não vindo
põe a roupa de domingo, e pode me esquecer
acorda amor
que o bicho é bravo e não sossega
se você corre o bicho pega

se fica, não sei não...
atenção, não demora
dia desse chega a sua hora
não discuta à-toa
não reclame
chame, chame, chame... o ladrão
não esqueça
a escova, o sabonete, o violão...

Tárik: Vou pedir para o Chico lembrar em que circunstâncias ele fez essa música e por que assinou como «Julinho de Adelaide».

Chico: Acho que já antecipei um pouco essa história quando falei na «marcação» de alguns nomes, sendo o meu um deles. «Julinho da Adelaide» foi uma maneira de tentar burlar a censura, e, nessa, consegui que umas três músicas fossem aprovadas. O chato é que eu não me continha e eu mesmo gravava as músicas do «Julinho», o que começou a dar na vista, a correr que ele não existia. A partir daí foi engraçado porque começaram a exigir, para liberar uma música, carteira de identidade, CPF, e acabou sendo proibido usar pseudônimo no Brasil. Assim morreu o Julinho da Adelaide.

Tárik: Agora nós temos uma música e uma letra que se referem diretamente ao nosso tema, *Angélica*, uma parceria do Chico e do Miltoninho do MPB-4, vamos ouvir e depois o Chico conta melhor a história dessa música.

Quem é essa mulher
que canta sempre esse estribilho?
Só queria embalar meu filho
que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher
que canta sempre esse lamento?
Só queria lembrar o tormento
que faz meu filho suspirar
Quem é essa mulher
que canta sempre o mesmo arranjo?
Só queria agasalhar meu anjo
e deixar seu corpo descansar
Quem é essa mulher

que canta como dobra um sino?
Queria cantar por meu menino
que ele já não pode mais cantar.

Chico: Pois é... estivemos todo o tempo em contato com esse horror e pensando na Zuzu Angel, minha amiga, que me procurava — como também a muitas pessoas — com insistência, lembrando o episódio da morte do filho, o Stuart. Contava sempre que estava sendo ameaçada por pessoas que teriam assassinado o seu filho. No dia em que ela morreu, deixou em casa as camisas com os anjos que pintava sempre. Foi a homenagem que pude prestar.

* * *

Pergunta: Como surgiu a música **VOCÊ NÃO GOSTA DE MIM MAS SUA FILHA GOSTA?**

Chico: Essa também é do «Julinho». Foi feita na época em que aconteciam os tais encontros com policiais que iam nos buscar em casa e, na verdade, ficavam um pouco encabulados, e, de repente, diziam, sem cerimônia: «Dá um autógrafo para minha filha?» Isso aconteceu mais de uma vez. Na época disseram que era para a filha do Geisel, mas não é verdade. Mas os policiais tinham filhas que gostavam da gente...

Pergunta: Você deu uma entrevista dizendo que se colocava a favor da Nova República e que acreditava no presidente Tancredo. Como faria essa análise hoje?

Chico: É claro que, diante desse tempo terrível que se viveu, eu me coloquei a favor da Nova República, sabendo, evidentemente, que o que vinha aí era um governo híbrido, com forças remanescentes da velha ditadura e forças progressistas. E, nós, que éramos solicitados a dar uma força, torcíamos um pouco como quem torce num jogo de futebol. Vai haver um *Fla X Flu*. Quem vai ganhar? Fluminense, 4 a 0. Você sabe que não é assim. Eu queria e ainda quero que o que há de mais progressista e de menos retrógrado prevaleça na Nova República. Está difícil, eu sei. Mas pensando egoisticamente, eu me disse: «A partir de 15 de março o meu trabalho como artista vai ser mais livre. E o meu trabalho como artista eu não coloco em segundo plano de jeito nenhum. Ele é mais importante do que qualquer análise política que eu venha a fazer».

Pergunta: A Nova República agora convive com censores e torturadores. Você acha mesmo que pode contribuir com seu trabalho nesse espaço de poder?

Chico: Eu quero contribuir com meu trabalho fora do poder. Não estou no poder. Acho simplesmente que hoje tenho mais liberdade do que tinha há dez anos, logo, acho melhor hoje do que há dez anos. Se for pensar em termos de estrutura social e política, essa não é uma Nova República. Nós nunca tivemos uma democracia. Nem mesmo no tempo de João Goulart. Se formos pensar nas multinacionais, elas chegaram aqui com Juscelino, ou antes. Chegaram depois da 2ª Guerra Mundial e estão aí cada vez mais fortes. Então a discussão é muito mais profunda. Porém não posso ser hipócrita. Sinto-me melhor! Nós, artistas, temos agora um espaço maior do que tínhamos há dez anos atrás. Certo?

Chico: Estou com muitas perguntas por escrito em minhas mãos. Vou pedir desculpas por decepcionar vocês porque não vou responder a todas. Algumas fogem muito do assunto, umas são muito pessoais, outras são sobre Cuba e o regime cubano. Se eu responder a todas isso vira entrevista coletiva e não vai acabar nunca.

A mesa: Antes do Chico responder eu pediria licença para tornar público um documento que chegou para o *Grupo tortura nunca mais*, da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. O ofício nº 120/85.

«Senhora Presidente,

Dentre os débitos que a nação brasileira tem para com seus filhos, destaca-se o reconhecimento àqueles que pagaram com a vida pelo restabelecimento da democracia. Acertando ou não, centenas de brasileiros, principalmente jovens, largaram tudo na luta por uma sociedade mais justa. A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro vem empreendendo uma efetivação no campo do reconhecimento de loteamentos. Nesse sentido, nada mais justo do que homenagearmos esses patrícios que se foram, designando diversos logradouros públicos com seus nomes. Solicito que o *Grupo tortura nunca mais* nos auxilie na pesquisa biográfica desses companheiros.

Atenciosamente,

Roberto Vizeu Barros»

Pergunta: Restringindo-se ao campo artístico, o que de importante e significativo poderia ser feito na Nova Constituição de maneira a assegurar os direitos e a palavra aos artistas?

Chico: A nossa luta é por aí. Eu tenho atuado dentro do Sindicato e embora não seja do quadro atuo secundariamente. Temos um congresso programado onde vamos levantar os problemas mais sérios da classe. Quem se interessar, artistas, músicos que estejam aqui, estamos nessa batalha. Penso que isso não é uma contribuição pessoal e sim uma discussão ampla que a classe toda tem que levar adiante. Muitos setores têm-se mobilizado e unido diante da nova Constituição.

Pergunta: Você não acha que o esquema GRAVADORA/EMISSORA de rádios tortura os sambistas?

Chico: Claro. Estou de pleno acordo. Vivemos cada vez mais debaixo de uma ditadura das gravadoras e cada vez mais das multinacionais. Estas estão se casando, cada vez mais unidas e fortes. As pequenas gravadoras que existiam quando Taiguara e eu começamos a carreira — faz uns trinta anos — tinham algumas alternativas. Hoje as alternativas são precárias. Há disco independente mas quem consegue gravar não consegue distribuir. É outra máfia. Não consegue emissão, não consegue difusão pelas emissoras de rádio. Então, é claro, existe uma panelinha muito coesa que tortura, não só os sambistas mas também os novos valores e dificulta tudo, provocando uma estagnação da música popular e uma padronização do som. Ouvimos todo o tempo tudo igual... Há o disco barato, que é feito para queimar rapidinho, que não interessa ao artista, interessa ao produtor, interessa à gravadora.

Pergunta: Os artistas, enquanto classe social, têm interesses diferentes dos operários e camponeses?

Chico: Não, absolutamente. O artista faz parte de uma classe muito maltratada. Eu sou um privilegiado. O que há de desemprego por aí é uma loucura. A classe dos músicos não é uma classe diferente dos operários e camponeses. A classe dos músicos é uma classe muito injustiçada e sacrificada e esse é um assunto que vai ser levado ao Congresso.

Pergunta: Fale mais nos desaparecidos políticos.

Chico: Tá certo, o tema é a tortura. Mas como já disse, não vou conseguir falar melhor do que canto.

Pergunta: Já que o assunto é censura, qual seria a sua pretensão como um dos integrantes do órgão que reprimia no passado, e se você vai se constranger para vetar os textos da Música Popular Brasileira e até onde você vai vetar, que tipo de texto vai vetar?

Chico: Esclarecendo mais uma vez. Participei de uma comissão que elaborou um documento pregando o fim da censura. O documento está nas mãos do Ministro para ser transformado em lei e essa lei vai ser votada. Será aprovada ou não. É evidente que eu não sou da censura e não vou vetar coisa alguma. Estou torcendo para que a lei seja aprovada. Hoje em dia vemos muito nos jornais: «a nova censura». A nova censura não existe. É a mesma que existia antes.

Pergunta: Há quem fale que a censura, além de acobertar torturas e assassinatos, acobertou também a corrupção, e que tortura, assassinato e corrupção sempre estiveram juntos.

Chico: Eu assino embaixo. Inclusive porque assisti muito ao processo da censura e como ela funcionava. O processo mais duro não tinha a ver com corrupção, porque em casos extremos como o do Geraldo Vandré, eu não acredito que uma cervejinha resolvesse. A partir da chamada «distensão» foi que começou a haver certa «distensão» nesse sentido também... Cruzei muitas vezes com censores nos corredores das gravadoras. Tortura e assassinato sempre estiveram juntos com corrupção. Os torturadores, os assassinos da ditadura não são loucos não. Pode haver um ou outro mais louco, mas, corrupção, tortura e censura sempre estiveram ligadas. Inclusive a certa abertura que houve na censura passou pelo bolso de uns e de outros. Isso eu afirmo com absoluta certeza.

* * *

Tárik: Perguntam sobre o Geraldo Vandré. São três ou quatro perguntas, querendo saber onde ele anda, o que está fazendo agora, enfim, pedindo notícias do Vandré.

Geraldo Vandré está em São Paulo se reestruturando para retomar sua carreira. Andou fazendo umas tentativas de tra-

balhar fora do Brasil porque dizia que não aceitava a ordem institucional vigente no país pois se considerava fora-da-lei. O Vandré ficou esses anos todos sem receber direitos autorais. Deixou os cheques na gaveta. Não recebeu um tostão pela execu o de suas músicas, inclusive músicas de grande sucesso. Ele foi uma das pessoas mais bloqueadas pela ditadura. Seu nome se transformou em tabu e sua história foi das mais violentas que esse país assistiu na área cultural, porque o Vandré saiu do Brasil e quando quis voltar, foi obrigado a renegar seu trabalho frente às câmeras de televisão. Isso o abalou muito, eu diria que o marcou definitivamente. Na sua volta ao Brasil, tentou trabalhar através de um programa de Flávio Cavalcanti, que era o que havia de mais legítimo em termos de conivência com o governo autoritário, e mesmo tendo feito todos os acordos, na hora H não se permitiu que ele fosse para o ar. Ele ficou exilado dentro de seu próprio país. Foi violência demais e a rea o dele foi violenta também. Passou a proibir que suas músicas fossem gravadas por quem quer que fosse. Passou a intervir até na reedi o de seus discos.

Na Editora Abril, nós quisemos editar o trabalho do Vandré — o José Américo Pessanha trabalhou comigo nos fascículos do Vandré — e ele foi à Editora para impedir de todas as maneiras que o trabalho fosse feito. Isso aconteceu depois de um episódio, que foi o da coloca o da primeira cole o dos fascículos da Abril, onde nós encaixamos o Vandré, relatando o que sabíamos. Esse fascículo passou na censura porque ela jamais imaginaria que, em 1970, ousaríamos contar a história de uma pessoa como o Vandré, mas nós contamos o que os jornais não podiam publicar e foi aí que a Editora Abril recebeu um pedido dos generais para que as pessoas que haviam organizado o fascículo fossem sumariamente demitidas, pois eram comunistas infiltrados na empresa. Quer dizer, o Vandré se transformou num mito que não podia ser mencionado.

* * *

JOSÉ AMÉRICO PESSANHA

Haveria evidentemente muita coisa a ser lembrada aqui. Poderíamos começar de longe, fazendo um pouco a história de uma certa gera o. Poderíamos, por exemplo, falar de um

grupo de estudantes e professores que, na antiga UFRJ, então ainda Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, ali na Avenida Antônio Carlos, desejava uma Universidade melhor dentro de um Brasil melhor. E que tentava realizar isso, impulsionado por sonhos e entusiasmos de sua mocidade. Na verdade, vivíamos um momento crucial, um momento de mudanças e também de surdos conflitos, cuja extensão estávamos longe de avaliar por inteiro. Começava a década de 60. Ouvíamos e cantávamos a bossa-nova. Pensávamos em *Teresa da Praia*, mas depois começamos também a pensar na sofrida *Maria do Maranhão*. Convivíamos cada vez mais com uma arte brasileira — música, teatro, cinema — que se renovava, como Taiguara lembrou há pouco. Acompanhávamos a bossa-nova, que começava a acrescentar temas políticos à temática romântica e ingênua. Ao mesmo tempo éramos profundamente sacudidos pelo trabalho do grupo paulista — Vianinha, Chico de Assis, Vera Certel, Dirce Migliaccio... — que nos trouxe as pungentes revelações e as denúncias contidas em *Eles não usam black-tie*. Ali, diante de nós, no espaço próximo da arena teatral, a comovedora imagem de um mundo árduo mas não menos sonhador, pobre mas não menos humano — e tão diferente do que estávamos habituados a ver nos cenários da então tranqüila zona sul do Rio! Pouco mais tarde, já estávamos ligados por laços de companheirismo e amizade a integrantes desse grupo.

Surgiu então uma idéia, nas conversas entre Carlos Estevam Martins, Vianinha e Chico de Assis: um curso de história da filosofia destinado principalmente a artistas. A mim caberia a primeira parte: a filosofia grega. A notícia se espalhou. E o grande salão do velho prédio da UNE, na praia do Flamengo, passou a se encher semanalmente de estudantes e artistas de diversas áreas.

Muitos ainda sonhavam com suas realizações futuras. Lá estavam, entre tantos, Leon Hirshman, Norma Rego, Carlos Lyra, Nelson Lins, Vianinha, Chico de Assis, Anna Letycia, Vera Santana, Zuenir Ventura... Tanta, tanta gente. Tantos, tantos projetos. Mas o curso se encerrou com a filosofia antiga. É que na reunião freqüente dessas pessoas surgiu uma idéia bem mais arrojada e ambiciosa, idéia que passou a congrega a maioria: a criação de um movimento que juntasse fortemente

cultura e política e que desenvolvesse uma arte engajada, politicamente atuante. Nascia o *Centro Popular de Cultura*, CPC.

Nessa mesma época, na Faculdade Nacional de Filosofia, eu começava a minha carreira de professor. E, já apaixonado pelo gregos, discutia com os alunos, entre outros temas, as aventuras políticas de Platão em Siracusa, na Sicília. Filosofia e política — Academia de Atenas e Siracusa — desde então, eu via, associavam-se intimamente. E eis que chegam ao Brasil um homem baixo, feio, vesgo, e uma mulher com jeito de camponesa. Dois intelectuais, duas inteligências brilhantes, agudíssimas, cujas obras líamos, discutíamos, admirávamos. Eram Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir. E para nós, que falávamos sobre aquela ilha onde Platão persistentemente tentava realizar uma ação política direta, aquele homem vesgo, lúcido, admirável, combativo, vinha falar de outra ilha, mais próxima no tempo e no espaço. Vinha falar de Cuba e sua experiência revolucionária. E vinha falar também da Argélia e de sua libertação. E mais: vinha pedir a nós, também do Terceiro Mundo, que apoiássemos os argelinos na luta pela libertação, contra a sua França. Por isso mesmo, impedidos de falar na embaixada de seu país, Sartre e Simone fizeram conferências no prédio vizinho, ali na nossa Faculdade Nacional de Filosofia. E falaram também para uma multidão sequiosa no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, então dirigido pelo catedrático de quem eu era assistente, o Prof. Álvaro Vieira Pinto.

Todos esses acontecimentos atuaram intensamente sobre nossa geração. Éramos os jovens intelectuais, estudantes, artistas, chamados a assumir a responsabilidade de melhorar o mundo, convocados ao engajamento político para tentar resolver os problemas do país. Cada gesto, cada frase, cada pensamento parecia adquirir um significado grave. Omitir-se já seria tomar posição. Era imprescindível, portanto, unir liberdade e responsabilidade, tomar as rédeas do destino nas próprias mãos — e sair para a luta. Sim, éramos uma geração empolgada, ardente, confiante. O plano da história — parecia então claro que ela o possuía — nos favorecia, julgávamos. Hoje, ao lembrarmos essa época e essa euforia, podemos nos perguntar: «Terá sido, afinal, apenas uma alucinação coletiva? Apenas uma utopia, um sonho irresistível?» O que importa é que foi esse sonho que levou Vianinha a mudar o rumo de sua

carreira, para fazer espetáculos de teatro popular e político, com Chico de Assis e outros, em universidades e portões de fábricas. «A mais-valia vai acabar, seu Edgard», mostravam eles a todos nós e a todos os Edgares do mundo que, amedrontados, certamente, começaram a tramar nas sombras. Foi esse sonho ou essa ilusão coletiva que levaria compositores como Chico Buarque, Carlos Lyra e Taiguara a falar não só de amor, mas também das necessidades de nosso povo.

Mesmo cantando *Teresa da praia* como poderíamos de agora em diante — nós, classe média acadêmica, juventude burguesa da zona sul — esquecer o outro lado da sociedade onde padecia *Maria do Maranhão*? Algumas vezes, nos fins de semana, após a praia, íamos em grupo para o apartamento do Nelson Lins de Barros. Lá se cantava, se tocava, mas também se pensava, se analisava, se discutia. E a camaradagem era a base em que se procurava, em todos os momentos, formular uma nova fala, uma nova linguagem, uma nova arte que não fosse apenas bela, mas também nos despertasse e despertasse os outros. Nem num domingo de sol, depois da praia, deixava-se de tentar construir uma linguagem que fosse capaz de nos sacudir e sacudir o mundo. Sim, naquela época, apaixonados por nossos ideais e embriagados de mocidade, julgávamos que pensar, fazer arte e viver era sempre — como era para Taiguara — «derrubar paredes».

Evidentemente que as conseqüências de tantas ousadias teriam de vir. E vieram. Aqueles que, como eu, freqüentávamos textos antigos e aprendíamos não apenas com Sartre mas também com os velhos filósofos gregos, já fôramos advertidos por Sócrates, nosso patrono. Já sabíamos ou deveríamos saber que a fala filosófica levada à condição extrema de acuidade e inquietação é perturbadora e tende a denunciar falsos valores, preconceitos, demolir ídolos de todo tipo. Incomoda e ameaça o estabelecido, o habitual, o entorpecido. Mexe com as consciências, desmascara falsidades, corrói o que apenas *está aí*, de fato, em busca do que *deve ser*. Por isso, à frente dessa fala há sempre, no limite, um *cálice*, Chico. É essa mesma fala que, incessantemente, adia o seu silêncio.

Por outro lado, Platão também já mostrara, no Banquete, que a filosofia é um tipo de canto. É o canto que os comensais preferem entoar, fazendo para isso, previamente, cessar os sons

da flauta e das cítaras. Os que então se reúnem em torno de Sócrates para falar do amor — inclusive desse amor à sabedoria que é o filosofar — sabem que a arte da palavra e do pensamento é também a de construir um canto, um canto sempre novo e sempre redivivo. E há sempre, para quem canta, a possibilidade final do silêncio. Não importa. Com outras vozes o canto sempre renasce. Pois, como lembra Nietzsche, «outros pássaros voarão mais longe».

E então cantávamos. Cada qual seu tipo de cantar, seu tipo de linguagem. A resposta do cálice de cicuta — os vários tipos de silenciamento — não tardou. Era o castigo, quem sabe o prêmio? Muitos foram calados de forma truculenta. Veio, com 64, a prisão, a tortura, a cassação. Àquela geração loquaz foi dada a cicuta da censura, do silêncio, às vezes da morte. Àquela geração que treinara o debate e a crítica foi imposta a mordação. Cada um de nós sofreu isso de forma mais ou menos violenta. E, sem dúvida, foi terrível, para muitos foi sem retorno, pois o silêncio chegou sob várias formas. Alguns trucidados no corpo; todos feridos com maior ou menor profundidade, no espírito. Uns calados para sempre, outros impedidos de cantar, de representar, de compor, de escrever, de falar — sobretudo se essa fala, música ou aula, texto ou encenação, continha algum conteúdo crítico, vivo, estimulante, conscientizador.

Só que, sabíamos e sabemos ainda hoje, não é possível desistir. Filosofar, na linhagem que vem de Sócrates, é justamente isto: falar sempre, falar ainda, não desistir nunca, adiar o silêncio, obstinadamente. É sempre, como viver, «derrubar paredes». É sempre uma ousadia, um inconformismo, uma «imprudência», como diz Bachelard. Isso é mostrado por grandes pensadores e suas experiências de choque com a inércia do meramente imposto pela força ou pela tradição. Sempre um processo pode ser aberto contra o que pensa, o que quer pensar, o que ousa pensar e pensa diferente do consentido. Assim foi com Anaxágoras e com Sócrates, com Giordano Bruno, Galileu, Espinosa... É geralmente assim quando se corre o risco de derrubar hábitos mentais, de criticar mentalidades, comportamentos ou instituições obsoletas, abrindo espaço para a proposta do novo e do diferente, rompendo com o velho — sobretudo quando o velho contém a marca abominável da

opressão e da injustiça. Pois a consciência, a arte, a filosofia, seguem caminhos de rebeldia, alimentam-se de rupturas, enraizam-se no *não*.

Mas eis que chegou o momento do silêncio e da treva. Cada um teve sua quota de cicuta, de silêncio, de exílio, de dor. Não vale a pena lembrar nomes aqui. Tanta gente destroçada de alguma forma! Tanta juventude esmagada, tanto idealismo pisado, partido! Agora que falo a vocês, comovido, vejo passar por minha memória tantos nomes queridos, tantas imagens caras e dolorosas! Eu os revejo agora. Eles são o triste pano de fundo de tudo que lhes estou falando. Mas não tenho condições de sequer nomeá-los.

O fato é que nesse vasto processo de repressão, várias universidades foram duramente atingidas. No Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul... Listas e listas surgiram. As cassações e as punições desabaram sobre tantas cabeças, na sucessão dos atos institucionais... Em alguns casos, como na nossa faculdade, o que se viu sobretudo foi a peçonha e a mesquinharia, os ódios pessoais e as invejas virem à tona. Um antigo diretor, venal, corrupto, ambicioso, fez a lista de desafetos e de reais ou potenciais adversários. Em seu carreirismo inescrupuloso, apontava indiscriminadamente às autoridades todas as cabeças que deviam rolar. Aquelas que representavam oposição ou obstáculo a seus propósitos pessoais, à sua sede de poder, à sua ação sem escrúpulos éticos. Surgiu assim a lista dos «subversivos» da Faculdade Nacional de Filosofia, depois objetos de punições. Eram professores de vários departamentos, muitos sem qualquer participação política.

Algumas universidades, como a de São Paulo e a do Rio Grande do Sul, mais tarde editaram livros contando toda a repressão que nelas se instalou. Essas coisas precisam realmente ser documentadas. São lições que não podem ser esquecidas. E são também valiosas advertências.

O que gostaria ainda de dizer, encerrando, é que nossa fala não está movida por qualquer sentimento de autocomiseração ou de exaltação de uma geração. Claro que muitos equívocos e excessos foram cometidos. E não se trata agora de simplesmente santificar pessoas ou apresentá-las como mártires. O importante é resgatar esse passado recente, com sere-

nidade, para dele extrair ensinamentos. Refletir sobre o que aconteceu, no propósito de evitar que fatos semelhantes voltem a ocorrer. Para que tamanha violência e tamanho autoritarismo não voltem jamais a se instalar em nosso país. Não! Aquele horror nunca mais!

Mas é importante também reconhecer que, naquele período sombrio, os sinais de violência e autoritarismo eram mais facilmente discerníveis, estavam mais claros. E podíamos, com facilidade, detectá-los, situando com nitidez os inimigos da liberdade. Só que sabemos — e Foucault nos ajudou a compreender isso — que o autoritarismo e o poder não se encastelam apenas em quartéis ou palácios de tiranos. Na verdade, penetram em toda a organização da sociedade, em todos os níveis e recantos. Por isso mesmo, para entender seus mecanismos há necessidade das finas análises de uma verdadeira microfísica do poder. Ou seja, o importante hoje, para nós, é não ficarmos apenas na rememoração dos anos de chumbo e na exaltação dos que sofreram e combateram, dos que resistiram e deram exemplos de luta e coragem. Hoje, com o autoritarismo assumindo formas mais sutis e escamoteadas — mas não menos danosas e opressoras —, há necessidade de uma vigilância muito maior. Hoje a luta não é tão candente ou memo sangrenta; hoje os ardis da opressão são mais sutis, mais disfarçados. E, por isso, a argúcia e a atenção têm de ser maiores. Não é porque se *diz* que a democracia chegou, que ela realmente está aí. Não é porque se *diz* que somos livres, que de fato temos toda a liberdade de que necessitamos e para a qual fomos nascidos. Não é porque se realizaram certos rituais de proclamação do novo, que na verdade o novo tempo, magicamente, se instaurou entre nós. O novo vai surgir se renovarmos as estruturas sociais, políticas, econômicas e também psicológicas deste país. E tudo isso exige imenso trabalho. Um trabalho que não é apenas mudança das bases objetivas, exteriores, mas também de mudanças de nossas bases internas, ou seja, de nossa mentalidade, de nossos hábitos, de nossos costumes — construídos na convivência e na cumplicidade com as velhas estruturas autoritárias de nossa sociedade. É preciso reconhecer que somos parte conivente desse conjunto tradicionalmente marcado pelo autoritarismo, que o autoritarismo também passa por nós, que também somos — em algum nível ou instância da vida — seus agentes, conscientes ou não.

É verdade que queremos o novo e o melhor, sim. Sonhamos com um futuro mais claro, sim. Mas esse porvir só virá se, dentro e fora de nós, lutarmos implacavelmente contra a violência, a repressão, a truculência. Mesmo a das verdades impostas como absolutas e irretorquíveis — o que é sempre uma das formas mais terríveis de violência. Essas supostas verdades, totalizadoras e centralizadoras, são sempre a justificativa de algum tipo de totalitarismo. E sempre tendem a silenciar nossa fala. A fala onde nos construímos e permanentemente inventamos nossa verdade humana. Melhor, nossas múltiplas e mutáveis verdades humanas, nossas cambiantes e provisórias verdades. Pois, justamente porque humanos, estamos sempre abrindo fronteiras, inaugurando territórios, descobrindo um depois, um para além do já dito ou pensado, um para além do já conquistado. Pois, humanos, estamos voltados para o futuro, para a renovação. E é por isso que me preocupo, hoje, quando vejo a proclamação de que o novo já chegou, que ele já está aí. Não, o novo continua uma promessa, é sempre uma promessa. Porque não queremos um novo qualquer. Não queremos um novo que seja apenas um pouquinho diferente, graças às artimanhas e aos disfarces exteriores, do que antes chegou a ser tão terrível, tão abominável, tão repressor. Queremos o *novo mesmo*. Sonhamos alto. Sabemos que o cálice permanece, que a cicuta continua sendo sempre, ao longo da história, a possibilidade final de castigo ou prêmio. Continuamos achando, com Taiguara, que pensar, viver e criar é sempre «derrubar paredes». E continuamos achando, com Chico, que este cálice está sempre aí — e é nosso, sim, Pai. Aprendemos que a cultura é fruto da liberdade. Que pensar com arrojo é uma forma de ser livre. E disso não podemos abrir mão. Abrir mão disso seria assumir, desde já, o silêncio, o pior silêncio, o auto-silenciamento. Seria abrir mão do melhor de nossa humanidade, seria escolher ser menos humano. E nós, nós todos, queremos o humano, o plenamente humano — e quem sabe? — até o além do homem.

* * *

Pergunta: Quais foram as pressões sofridas na categoria dos cientistas sociais, veladas ou não, e como dar a volta por cima, reiniciando a produção sociológica, após o marasmo pelo qual se passou?

José Américo: As pressões foram de vários tipos, e isso antes do AI-5, antes das cassações e do afastamento de professores das suas cátedras, das suas funções. Já se vinha percebendo toda a dificuldade que a área de ciências sociais, a chamada área de ciências humanas, vinha encontrando, justamente através de um recurso definitivo e importantíssimo, que é a escassez de verbas. Evidentemente que era essa inclusive uma das frentes de luta do movimento de professores na época. Havia uma espécie de desprestígio oficial dessa área, e ela, evidentemente, não conseguia recursos para se desenvolver. E isso porque não havia, realmente, nenhum interesse, naquele momento, que se desenvolvesse através dela, um trabalho crítico, de análise, de apreciação, de interpretação da sociedade brasileira. Depois que o movimento dos intelectuais, dos professores, dos estudantes, da Igreja, se transformou em algo mais consistente e por isso mesmo mais ameaçador, veio o AI-5, vieram todas as formas de punição e, é claro que, na lista dos intelectuais, dos professores, estavam, obviamente, muitos da chamada área das ciências sociais. Olhar criticamente o mundo brasileiro, mostrar quais eram suas estruturas, abrir inclusive possibilidades de solução para esses problemas, era, evidentemente, algo que não convinha a um poder que queria permanecer no poder, na medida que essa estrutura velha permanecia instaurada. Então houve todo tipo de sanção, de proibição, de enfraquecimento dessa área, mas é importante lembrar que muitos continuaram atuando, desenvolvendo trabalhos importantíssimos, mesmo depois de serem afastados do magistério. Continuaram tentando todo tipo de espaço, tanto no Brasil como no exterior. Isso no campo das ciências como a física, onde o professor Leite Lopes, por exemplo, que recentemente voltou ao Brasil e era uma das consciências críticas mais avançadas daquele tempo, como outros no campo da filosofia, da política, da sociologia etc.

Então, na verdade, não houve um completo marasmo, continuou a haver um trabalho e o que aconteceu é que a universidade brasileira, com o expurgo de seus quadros, talvez os mais eficientes, mais avançados, mais perspicazes, mais trabalhadores, se empobreceu, se enfraqueceu.

Além disso se instituiu no Brasil uma visão educativa em geral, em que a formação do universitário ficava toda ela presa a uma situação individual, carreirista e vinculada ao forneci-

mento de mão-de-obra para as empresas. Nesse momento, a substituição de uma concepção de universidade crítica e voltada para os problemas nacionais, por uma concepção de sociedade pragmática, voltada para o fornecimento de mão-de-obra capacitada apenas para preencher quadros subalternos nas grandes empresas, sem poder discutir os destinos das empresas e muito menos discutir o destino do país onde se encontravam essas empresas. Isso causou, logicamente, uma mudança geral na reforma do ensino, uma mudança geral de atitude, de mentalidade, que as novas gerações sofreram. As grandes vítimas, as maiores vítimas não foram, necessariamente, aqueles punidos, aqueles exilados, aqueles cassados, mas foi, no caso da universidade, particularmente no caso das ciências sociais, a mocidade que passou a frequentar as escolas. Porque não se encontrava mais o debate, o diálogo, a visão crítica, como sendo um instrumental de trabalho. Desenvolveram-se outros métodos, o silêncio passou a ser outra forma de ensinar, a autoridade passou a ser uma figura dentro da universidade, e os grandes prejudicados foram os jovens que entraram para essa universidade, onde a ciência social, a filosofia, deixaram seu caráter vivo de pesquisa e de crítica para ser apenas um pensamento com sentido limitado e policiado.

Houve uma grande censura que alguns tentaram heroicamente romper, que alguns tentaram de alguma maneira furar, mas essa censura permaneceu e foi extremamente danosa. O resultado foi, nós sabemos todos muito bem, uma queda enorme do interesse do jovem pelas ciências, pelo conhecimento geral. Tudo o que ele recebia não tinha mais a marca de alguma coisa viva, de alguma coisa inovadora, de alguma coisa que lhe abrisse um futuro, a não ser uma carreira, a não ser a realização na sua vida pessoal. Como sair disso, desse marasmo? Evidentemente que é um trabalho lento, enorme, de reestruturar tudo, de refazer tudo, de substituir, onde foi colocado o silêncio, novas falas, onde foi colocada a censura, outra vez a lucidez, a argúcia, uma certa imprudência, um não aceitar aquilo que está dito e pensado como se fora verdade, de qualquer fonte que venha. Rever tudo, duvidar de tudo que está sendo dito como definitivo, saber que não há nada definitivo a não ser aquele silêncio último que nós havemos sempre de repudiar com nossa fala persistente, com nossa fala rebelde.

3ª Mesa

(30/10/85)

Um regime que destrói

DR. LAÉRCIO LAURELLI

EM São Paulo checamos os desaparecidos e verificamos um número enorme. Chegamos a 359. Isto foi por ocasião do lançamento do poema-livro de Paulo Sérgio Leite Fernandes, Conselheiro Federal da OAB, presidente da ANAC, que teve a felicidade de prestar uma homenagem às Madres de la Plaza de Maio. Esta homenagem, naturalmente gravada, é um poema que depois vou-me permitir ler para todos os presentes. Bem, quero iniciar colocando minha posição nesse encontro. Vou ler algumas coisas. Sei que a leitura é fria mas depois darei meu depoimento quando da experiência que tivemos com D. Hebe Bonafini.

Nós entendemos que a violência é um lugar comum nos regimes autocráticos e tem aval indireto das autoridades. Criam-se órgãos especiais para investigação e descoberta dos focos de resistência. Tais órgãos, revestindo-se da condição de polícia-política, têm ampla esfera de ação. Agem sob capa protetora que dá a seus agentes impunidade total. Ressalta-se que no período de 1964 os órgãos de segurança, trabalhando sozinhos ou em colaboração com os departamentos de ordem

política e social, cometeram atrocidades sem conta, inexistindo até aqui qualquer tentativa séria de apuração e de punição dos responsáveis. O fenômeno é apresentado como consequência do processo revolucionário e do hábito progressivo de se praticar a violência. Nessa prática muitos homicídios aconteceram. Morreram muitos estudantes, trabalhadores e intelectuais. As mortes entretanto constituem manifestações do grave fenômeno da não-censurada implantação de conduta violenta, em nome ou a mando do poder. Sabe-se que o poder é sempre o mesmo. Na medida que é subjugado por outro tipo de poder e diante dessa mutação, retorna com roupagens novas. O regime de força, agora subjugado pelo regime democrático, no seu excesso, se disfarça procurando novas vestes, mas aquele pedaço de poder autoritário continua. Infelizmente continua. Nos tempos de exceção qualquer informe comprometedor assume foro de verdade. As informações sobre os antecedentes dos suspeitos são registradas em fichas. A não-identificação dos informantes, a duvidosa autenticidade e a nenhuma possibilidade de retorno às origens, são circunstâncias que fazem do serviço de inteligência instrumento extremamente perigoso. No entanto, paga-se sempre o preço caro do sacrifício de muitos corações que batem forte demais pela liberdade.

Todas as causas aparentam justas. Entretanto, o poder entra em disputa. Têm-no alguns e o mantêm para que outros dele não façam mau uso. Vale mais o conceito de justo que o conceito de legal. Há dois vocábulos no mundo moderno gastos pelo manuseio: liberdade e violência. A liberdade é um anseio de todos, a violência é pedra de toque no entrechoque da liberdade e participação, da liberdade e resistência e das tentativas de invasão no campo reservado à liberdade jurídica. Para alguns autores a violência resulta da subcultura. Franco Ferracutti e Marvon Wolfgang estudaram o fenômeno e usaram expressão subcultura da violência. Sabe-se que a viagem da violência através dos séculos se confunde com a história do próprio homem. Tentar segui-la sistematicamente constituiria tarefa ciclópica, exigindo retorno, passo a passo, à história da humanidade. É preciso então escolher, quase arbitrariamente, o momento primeiro, trazendo de lá para cá as várias graduações que marcaram sobremaneira o sofrimento do homem. A violência, sempre concretizada sob o disfarce de justifica-

tivas meritórias, andava e ainda anda de mãos dadas com o poder.

Nós temos um exemplo da justiça do século XVIII que é bastante conhecido. A execução de Damiens (Robert François), narrada por Michel Foucault. É uma narração que nos impressiona de maneira estupefaciente porque a maneira de aplicar justiça, no relato de Michel Foucault, chega a transtornar a nossa mente.

Primeiramente, com tenazes de aço de mais ou menos um metro e meio, os torturadores pegavam as barrigas das pernas de Damiens e as juntavam nas coxas e nos antebraços. Depois torciam os mamilos de maneira a formar enormes chagas. Jogavam então um líquido fervente para que o sofrimento fosse insuportável e, segundo a narração, o escrivão — se não me engano, Lebrun — perguntava: «O senhor tem alguma coisa a declarar?» E Damiens dizia: «Perdão, senhor, perdão, senhor». E então amarravam outras cordas naquelas cordas já prontas e atrelavam cavalos um em cada membro, para que puxassem. E puxavam. Uma perna para um lado, em linha reta, outra perna para outro lado, um braço para outro, outro braço para outro ainda. Por várias vezes fizeram isso e no caso de Damiens não conseguiram o objetivo. Aí o carrasco foi a Lebrun e disse: «Nós temos outra solução. Vamos fazer o seguinte, vamos pegar uma faca e seccionar a raiz dos membros porque o deslocamento vai ocorrer com maior facilidade. E assim foi feito. Tudo isso com Damiens vivo e a partir do momento em que fizeram isso os cavalos dispararam e os membros de Damiens os acompanharam. Um, outro, outro, outro. E dizem que quando o carrasco pegou o tronco de Damiens para jogar na fogueira, ele ainda estava com vida. É uma narrativa que até nos provoca uma certa náusea, mas é importante dizer isto aqui.

Nós, da Associação dos Advogados Criminais, fizemos um trabalho sobre a Anistia. A Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979 concedeu Anistia a todos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Então eu vou-me permitir mais uma vez — desculpem pelo tempo que estou tomando —, em forma de resumo, trazer nosso depoimento que já foi aprovado na Ordem Seccional em São Paulo, que já mandamos para o Conselho Federal e parece que já está

sendo aprovado também. É um trabalho sobre a Anistia. Costuma-se cuidar da Anistia e de seus problemas visando sempre a duas alternativas: a) atinge réus com processo em andamento; b) atinge réus já definitivamente condenados. Não se despertou a atenção, entretanto, para uma terceira hipótese: àquela concernente a fatos cuja tipificação não foi investigada. Nesta hipótese se encontram certamente aqueles que por vontade própria ou determinação de terceiros mataram e deram sumiço naqueles que sucumbiram sob os excessos concretizados no período compreendido pela Lei de Anistia. Dir-se-á que a Anistia apaga tudo e que esse tudo compreende, obviamente, a própria investigação. Isto é um absurdo. Implicará em se ter como provado, para efeito da aplicação da lei, comportamento não engastado, mesmo provisoriamente, em qualquer tipo penal abstratamente previsto. Tornam-se fáceis então as soluções. Em vez da apuração dos reais motivos do ilícito, silencia-se. A omissão criminosa impede a investigação. Vem o argumento da conexão. A conexão, entretanto, é fenômeno ligado instrumentalmente a dois ou mais ilícitos. *Não apurado o crime praticado pela vítima do torturador, seria estultície afirmar que este praticou crime conexo àquele.*

As questões acima formuladas se aproximam do chamamento feito ao poder Judiciário para interpretação e aplicação da Anistia. Aluizio de Carvalho, pronunciante sobre o tema, fixava: «A lei de Anistia é uma lei como as outras, suscetível pois de execução pelo poder competente, passível de exame pelo Judiciário, assim o requeiram os interessados não satisfeitos, ou mesmo prejudicados com a medida. Na faculdade que tem o Judiciário de aplicar a lei está implícita a de interpretar as suas normas».

Há sempre entre os autores a preocupação com a interferência do Poder Judiciário na aplicação da Anistia. Presumem todos a existência de procedimento incurso de condenação com trânsito in julgado. Insiste-se, entretanto, num ponto não excogitado. Não se cuidou da hipótese que é realmente o nó górdio do período abarcado pela Lei de Anistia: os fatos não investigados. Quem os catalogou como crimes conexos aos crimes políticos? Quem encontrou crimes políticos na conduta dos assassinados, exercitando em seguida atividades ligadas aos homicídios através do recurso à conexão? Que autoridade misteriosa se

incumbiu de formalizar juridicamente a apuração e o entrelaçamento? Tal atividade não foi entregue aos órgãos de investigação nem ao Poder Judiciário. Há, isto sim, um silêncio nauseante só quebrado pela afirmativa de que a Anistia é recíproca. É evidente a reciprocidade. Mas não há relação entre esta e a necessidade prévia de adequação dos fatos às normas instituídas pela Lei de Anistia. Esta Anistia é aplicada a casos concretos, nunca em uma generalidade encastoadada em enorme ponto de interrogação, sem que se saiba se os mortos haviam ou não sofrido processo ou condenação pela prática de crime político ou com motivação política. O trabalho vai além, mas, naturalmente, vou parar por aqui porque me parece que coloquei o mais importante.

Queria agora ressaltar, continuando o que falei no início a respeito dos desaparecidos. Muitas vezes ouço pessoas dizerem: «Os mortos, morreram». Eu não estou de acordo com este termo: *mortos*. Mortos não existem, existem sim, desaparecidos, seqüestrados.

— Sua filha, D. Cirene, está desaparecida, não está morta.

— Os entes queridos de vocês, minha gente, estão desaparecidos.

Nós não temos atestados de óbito!

Então nós temos que, definitivamente, continuar com este termo: *desaparecidos*. Porque não nos interessa que alguma autoridade, para aplacar os seus interesses, venha agora nos dizer: «Olha, ali está a cova, ali está a sepultura do seu ente querido». Não! Não está! Aquilo são ossos, nada mais que ossos. Eu quero saber a causa, por que seqüestraram o meu ente querido, por que entraram na minha casa e levaram meu ente querido. *Por quê?*

É necessário um processo para se apurar os delitos praticados no regime de exceção. É necessário! Não vamos agora, com todo este arcabouço, com toda essa maravilha de Anistia acobertar os ilícitos penais praticados contra seres humanos, gente como nós, gente como Damiens. Absolutamente! Não podemos permitir isso!

Em São Paulo, no dia em que Hebe Bonafini compareceu à OAB, nós fizemos um *Livro negro* e lá colocamos o nome

dos 359 desaparecidos e, nesse mesmo dia, o entregamos ao nosso *bâtonnier* * para que ele o guardasse. Se porventura alguém soubesse de mais algum desaparecido que colocasse o nome no livro.

Hebe Bonafini nos deixou o seu *pañuelo*, aquele lenço que as «Madres» usam.

Este *pañuelo*, ela o deixou em São Paulo, dizendo simbolicamente: «Aqueles que quiserem tomar este *pañuelo*, venham buscá-lo e que esta seja uma bandeira para se aplicar definitivamente a justiça nesse país».

Vou-me permitir então, para encerrar, ler a poesia de Paulo Sérgio Leite Fernandes em homenagem às Madres de Plaza de Mayo.

Só vestem com negro.

As faces marcadas por rugas profundas,

Os olhos brilhando de ódio e de dor,

Contemplam caladas, sofridas, perdidas,

O templo rosado plantado na praça.

Las Locas de Mayo, carpindo,

Dardejам o sopro dos filhos sumidos

Elos partidos nas sombras do nada.

É plena sandice buscar, implorar,

A volta dos idos perpétuos.

São tumbas, só tumbas, sem nomes, sem flores,

Cobrimo mistérios, segredos sem fim.

Las Locas carregam sinais de desgraça.

A morte dos outros

Deixou-lhes no rosto espinho profundo.

São cortes buscando o liso da pele,

São veios cortantes nos lábios crispados.

As Loucas misturam seu negro

Ao vô das pombas da Casa Rosada.

São mães, mulheres curtidas pedindo um sinal

da terra que cobre o sigilo dos corpos queridos.

Respostas não têm.

Auxílio não chega.

Consolo não vem.

* Advogado eleito, representante de uma ordem (nota da coordenadora).

As portas não abrem.

Há nuvens cinzentas podando os apelos da vida
Vivida no tempo que foi.

«Las Locas de Mayo», da Casa Rosada,

São loucas do mundo velando coragem.

Exemplos lá longe, seguidas de perto,

São gente vestindo o choro das outras.

Estátuas de dor, seu pranto molhou

A terra escondida na Praça de Maio.

O choro não fica por lá.

Irriga florestas. Traz força aos mais moços,

Traz raiva contida, traz fome de paz.

Os trapos tão negros, mortalhas, toalhas,

São panos levados nas cristas das ondas,

Na água dos rios, na mente dos velhos,

No frio da noite,

Bandeiras de angústia fincadas no chão do terror.

«Las Locas de Mayo, da Casa Rosada,

São loucas do mundo velando coragem.

Só vestem com negro,

Os olhos brilhando de ódio e de dor.

* * *

Pergunta: Qual é a situação do Judiciário na chamada Nova República?

Laércio Laurelli: Eu entendo que não existe. Nova República para mim é pura mistificação como já foi amplamente divulgado. É aquilo a que no início me referi, a respeito daquele pedaço de autoritarismo que continua. E continua. Não sabemos até que ponto vai continuar. Esperamos que nós o consigamos deter. Digo nós, povo. Mas eu acredito no Poder Judiciário, sim. Eu acredito no Poder Judiciário, embora ele, nas alturas onde está, ou seja, o STF, tenha caráter mais político. Talvez eu possa ser censurado por essa afirmação, mas é interesse do Governo da Nação dar esta entonação política ao STF. Mas acredito no Poder Judiciário, porque é o único que pode nos dar alguma garantia. É a garantia que temos. É o Poder Judiciário.

Pergunta: Como proceder com os inquéritos sobre os crimes de tortura para que nossa abertura política tão débil não sofra pressões e o início de um retrocesso como na Argentina?

Laércio Laurelli: Eu acho o seguinte: consideramos DESAPARECIDOS e não MORTOS. A partir do momento em que nós tivermos em mãos a certidão de óbito e pudermos dizer AQUELE é o torturador, inicia-se um processo, um inquérito policial. E é um inquérito onde se vai julgar. Não tem foro privilegiado. Mas é necessário que nós tenhamos a vítima, conheçamos a autoria e tenhamos a materialidade. É um percurso — *persecutio criminis* —, nós temos que percorrer todo este inquérito policial para chegarmos a um determinado ponto. E, naturalmente, virá o julgamento, e, como diz o Luiz, a condenação de todos eles.

Pergunta: Como podemos confiar na autonomia do Poder Judiciário, se, economicamente, ele depende do Poder Executivo. Que autonomia é essa?

Laércio Laurelli: Acho o seguinte: eu coloquei o STF (Supremo Tribunal Federal), infelizmente, porque o Supremo tem tomado posição política. Acho que nós deveríamos ter uma Corte, uma Suprema Corte, intermediária, da 2ª para a última instância, onde se pudesse julgar os processos advindos da 2ª instância, porque normalmente eles são barrados no STF pela posição política tomada por eles. Mas sou obrigado a acreditar no Poder Judiciário, já que é isso que nos resta. Meu Deus do céu!... nós temos que acreditar em alguma coisa e prefiro acreditar na independência do Poder Judiciário.

* * *

D. CYRENE MORONI BARROSO

Inicialmente quero prestar nossa homenagem a todos os mortos e desaparecidos políticos. A eles a nossa saudade.

Eu, como vocês já devem saber, tenho uma filha, Jana Moroni Barroso, desaparecida no Araguaia. Em 1971, ainda estudante de biologia na UFRJ, com 22 anos, Jana ingressou em um movimento de resistência à ditadura que aviltava o nosso povo. Até 72 Jana nos escrevia mas não sabíamos em

que região ela se encontrava. De nossa parte não conseguimos enviar uma linha sequer. Em fevereiro de 72 as cartas não mais chegaram, não tivemos mais notícias. Demos um tempo e começamos a nos preocupar. Sentíamos que alguma coisa havia acontecido. Só então começou nossa luta incessante e dura em procura de notícias de Jana. Procuramos de todas as maneiras, não só dentro do nosso país como no exterior. Nunca conseguimos uma informação concreta de Jana até o dia de hoje.

Depois de muita busca sem resultado algum, em fins de 78 obtivemos vagas informações de que ela teria participado da Guerrilha do Araguaia. Isso foi no auge da ditadura Médici e ninguém tinha condições para fazer nada. Nossa vontade era chegar até lá para conseguir alguma informação mas não tínhamos a mínima condição para isso. Deixamos passar mais algum tempo e só no início de 1980 conseguimos chegar à região do Araguaia. Lá estivemos duas vezes, sendo que na segunda juntamente com um grupo de familiares que também tinha seus filhos desaparecidos. Percorremos toda a região, conversando com os camponeses e obtivemos informações sobre as torturas que lhes foram infligidas e o verdadeiro massacre que foi desencadeado tanto contra os moços guerrilheiros como também contra os camponeses. Soubemos que no dia 12 de abril de 1972 foi desencadeada uma terrível operação militar na região do sul do Pará, às margens do rio Araguaia, onde os meninos, quero dizer, os guerrilheiros, estavam localizados. Ali eles viviam uma vida de integração com a comunidade, participando de atividades de plantação, colheita, levantamento dos casebres, dando assistência educacional, médica, enfim, participando da vida comunitária.

No dia em que a repressão baixou, eles foram obrigados a abandonar suas casas inesperadamente para se refugiarem na selva. A partir desse momento houve grande movimentação não só na perseguição total e violenta aos guerrilheiros como também contra a população, principalmente aqueles que *eles* descobriam ser solidários com os meninos. Porque os meninos eram muito amados. Muitos tinham compadres entre os camponeses, faziam partos, ajudavam em tudo que podiam. Minha filha, por exemplo, alfabetizou diversas crianças. Tenho o depoimento de uma camponesa que foi vizinha dela e me contou

que ela ajudava muito, ensinava às crianças e cobrava cinco cruzeiros, uma importância simbólica, para não fazer caridade. Ela ajudava também às famílias em outros afazeres, ensinava higiene, alimentação, plantação, a fazer hortas, e, nessa época em que *eles* estiveram lá, os helicópteros começaram a sobrevoar a região, jogando bombas de napalm em cima das casas dos meninos, nas matas, e obrigando aos camponeses, sob ameaças brutais, a servirem de guias para penetrar na mata que, evidentemente, não tinha mistério para eles. Os camponeses eram obrigados a delatar, sob tortura, e entregar os meninos.

A partir daí os camponeses passaram a ser sistematicamente presos e torturados. Suas casas eram invadidas sob suspeita de que tivessem ligações com os meninos, por menores que fossem essas ligações. Levavam os coitados presos e os colocavam em salas completamente fechadas, sem aeração alguma, com aquele calor enorme que faz na região, nus, famintos, sedentos, recebendo o mínimo de alimentação diária, e que além de pouca era repugnante. Os presos diziam que nem um porco aceitaria aquela comida. Ali eram torturados e interrogados. Ficavam dois, três meses prisioneiros, sendo que suas famílias ignoravam seus paradeiros porque eram locais improvisados pelos militares. Essas pessoas eram maltratadas, golpeadas, presas em estacas, colocadas em cima de latas cortadas ao meio como lâminas afiadas para que pousassem os pés descalços e sofressem os cortes, a penetração, a dor. E ali ficavam, dias e dias, para informar onde estavam os moços, quais eram os seus nomes, o que faziam, o que ensinavam.

A vida na região foi completamente tumultuada. As pessoas não sabiam o que estava acontecendo, tanto que se referem a essa época como a *época da guerra*. Ficavam tontos, não compreendendo o que estava se passando. Muitos foram levados depois à Base de Xambioá, cidade ao norte de Goiás, na margem direita do rio Araguaia, tendo na margem esquerda a cidade de São Geraldo do Araguaia. Nessa base havia um famoso buraco, de enorme extensão e profundidade, onde *eles* colocavam os prisioneiros, nus, expostos ao sol. O buraco era fechado em cima com arame farpado e os soldados ficavam o tempo todo rondando com metralhadoras, enquanto os prisioneiros, jogados ali, sedentos, gritavam pedindo água. Quando um soldado se «sensibilizava» um pouco, pegava uma lata, juntava

uma água barrenta e morna e jogava em cima dos prisioneiros que, na ânsia de mitigar a sede, faziam conchas com as mãos para ver se conseguiam reter um pouco dessa água. Conseguimos depoimentos de dois prisioneiros sobre esse local e sobre outras salas e eles nos declararam que a sede era tanta que muitas vezes foram obrigados a beber a urina uns dos outros.

Bem, depois que os meninos se refugiaram na mata os obstáculos eram tantos que até mesmo a repressão tinha dificuldade de chegar até eles, apesar do auxílio de guias experientes que, como já disse, tinham que obedecer aos militares sob ameaças. Mas quando *eles* conseguiam penetrar na mata encontravam as casas vazias e, exasperados, retiravam tudo o que encontravam, os pertences, e dinamitavam as casas, jogavam napalm, incendiavam.

Só então começaram a prender alguns jovens. Esses jovens, inicialmente, sofreram torturas, muitos foram mortos na mata, tiveram suas mãos decepadas, suas cabeças cortadas e depois colocadas em sacos e transportadas em helicópteros ou em caminhões refrigerados para Brasília, onde eram feitas fotos e slides. Isso porque *eles* não tinham conhecimento da identidade ou da atuação dos jovens. Então *eles* preparavam esse material fotográfico porque já haviam prendido cerca de dez guerrilheiros no início do movimento e os estavam torturando no PIC (Pelotão de Investigação Criminal), em Brasília. Eram barbaramente torturados e quase todos tiveram, mais tarde, problemas psíquicos, mas felizmente sobreviveram e puderam nos dar seus depoimentos. Eram torturados para identificar seus companheiros e informar sobre aquelas fotos e aqueles slides. Naturalmente, como a movimentação era muito grande, com pessoas de diversas partes do país, os prisioneiros não reconheciam as fotos e mesmo os que reconheciam não entregavam os companheiros. Muitos sobreviventes relatam que eram obrigados a sair encapuzados e levados à região para identificar companheiros mortos.

Havia um general, de nome Antônio Bandeira, que foi um dos piores torturadores das pessoas do Araguaia, interrogador feroz, que mandava buscar os prisioneiros para fazerem essa identificação. Tenho o testemunho de um dos guerrilheiros sobreviventes que foi acordado no meio da noite, inesperadamente, colocado encapuzado dentro de um avião e, quando

abriu os olhos, estava em Xambioá. O general Bandeira o esperava e foi logo dizendo: «Ah, você chegou muito tarde. Eu estava aqui com um punhado de guerrilheiros mortos e queria que você os reconhecesse mas eles já estavam se decompondo e mandei enterrar». Esse tal de general Bandeira ficava lá, assistindo a tudo. Inclusive esse general é uma figura muito controvertida, um paraibano machista que achava impossível que moças virgens estivessem participando de uma luta política. Ele achava que elas estavam lá prestando serviço aos rapazes, que eram prostitutas. E muitas delas que foram mortas foram examinadas após a morte, numa baixeza total, para que *elas* soubessem se eram virgens ou não.

Tenho o depoimento de uma moça sobrevivente que teve introduzido um daqueles — como é mesmo o nome? — ah, sim, cassetetes, nos seus órgãos genitais, porque eles ficaram estupefactos que uma moça pudesse viver no meio de tantos rapazes e continuar virgem. Ela sofreu transtornos mentais terríveis em consequência desse tipo de violência. A partir daí, quando *elas* já haviam verificado que ela era virgem, começaram a dar-lhe um tratamento diferente, inclusive esse general Antônio Bandeira passou a tratá-la com um certo respeito e a chamá-la de «guria», e ficou interessado em que moças como ela tivessem um outro tipo de tratamento e fossem levadas presas para fora da região.

Esse general Bandeira ficava deitado numa rede, lá na base aérea de Xambioá, no Centro de Instruções Antiguerrilhas, no posto de treinamento que ele comandava. Ficava deitado na rede com uma caixa de «calangos» que são lagartixas que comem insetos, que andam pelas paredes, sacudindo a caixa... Mandava que os soldados apanhassem os animaizinhos e os levassem para os netos... e também ia à missa constantemente, ia à igreja constantemente.

Bem, aqueles jovens que tiveram depois as mãos decepadas e as cabeças cortadas foram amarrados em burricos e arrastados por aquelas «veredas» como o povo de lá diz, na selva amazônica, e torturados até a morte. Outros foram amarrados em lanchas que corriam velozmente no Rio Araguaia para simular afogamento, outros fuzilados sumariamente. Muitos apanhados e levados presos, vivos, e até hoje nós não temos nenhuma informação sobre seus paradeiros. Com todas essas

ditaduras, principalmente do Médici para cá, até esse último que saiu... (irônica referência ao presidente que pediu que o esquecessem) a gente tentou e continua tentando obter informações. As famílias sempre tentaram. Temos o nosso patrono, Dr. Luiz Eduardo Greenhalg, que está tratando disso e estamos esperançosos com essa Nova República, de que alguma informação nos seja dada. E também esperamos os relatos dos jovens que sobreviveram e que possuem, segundo consta, dados terríveis do que aconteceu, não só a eles mas também aos companheiros que eles deixaram por lá.

Havia um posto de tortura em Bacaba, no Estado do Pará, que nós, os familiares, visitamos. Ficava na beira da selva e nesse local os cubículos mal davam para que uma pessoa permanecesse de pé. Ali os meninos eram torturados até a morte. Nesse mesmo local vimos as valas onde eram jogados os moços quando morriam. Não havia marcação alguma, apenas alguns sinais que os camponeses indicavam, mas não pudemos descobrir nada de concreto.

Essa é uma das perguntas que fazemos às Forças Armadas e ao Governo. Que nos informem sobre esses detalhes. Em que condições, em que data, em que local estão os restos mortais desses moços. Nós queremos sepultá-los condignamente. Que nos forneçam o atestado de óbito. A partir de determinada data, nós, familiares dos mortos do Araguaia em sua quase totalidade, temos nos unido. Obtivemos há poucos dias o final do depoimento das testemunhas sobreviventes e estamos esperançosos de que alguma coisa se consiga com essa mudança de Governo.

Agora, vou ler um poema dedicado à Jana e à Helenira, companheiras de luta, e quero estender esta homenagem a todos os mortos e desaparecidos do Araguaia. O poema foi escrito por um primo de Jana.

ONDE ESTARÁS

Em que leito de rio correrá teu sangue,
em que escuro mangue baterá teu peito,
em que caminho duro andarão teus passos,
de que palmo de terra cuidarão teus braços?

Em que solo de guerra estará teu posto,
em que colo de serra deitará teu rosto,
que longínqua selva guardará teu rastro,
que macia relva velará teu sono?

Onde nascerá tua nova aurora,
onde espreitará teu olhar agora,
onde brilhará o teu novo dia,
onde sorrirá a tua alegria?

Na ponta de rua,
na tua trincheira,
na noite sem lua,
noite guerrilheira,
na pobre morada,
no pé da quebrada,
na longínqua selva,
no seco sertão.

E com você
junto a você,
sempre em você
vai meu coração.

(Oswald Barroso — Cárcere do Corpo de Bombeiros do Recife, 1974)

Agora, antes de ler a relação dos mortos e desaparecidos no Araguaia, quero enviar um recado bem claro a todos aqueles que vivem afirmando que o passado da ditadura deve ser esquecido e perdoado; que nós, mães, jamais esqueceremos e jamais perdoadaremos esses crimes covardes que foram cometidos contra os nossos filhos; que esses crimes continuam doendo em nós e clamando por justiça. Nós queremos, nós desejamos que todas as pessoas entendam nosso sofrimento nessa procura incansável, sem fim, em torno dos esclarecimentos sobre nossos filhos. Nós, mães, continuamos sendo torturadas.

Agora vou ler a relação dos mortos e desaparecidos do Araguaia:

Adriano Fonseca Fernandes Filho
André Grabois

Antônio «Alfaiate»
Antônio Alfredo Campos
Antônio Carlos Monteiro Teixeira
Antônio Guilherme Ribeiro Dias
Antônio de Pádua Costa
Antônio Teodoro de Castro
Arildo Valadão
Áurea Eliza Pereira
Bergson Gurjão de Farias
Cilon da Cunha Brun
Ciro Flávio Salazar Oliveira
Custódio Saraiva Neto
Daniel Ribeiro Calado
Dermeval da Silva Pereira
Dinaelsa Soares Santana
Dinalva Oliveira Teixeira
Divino Ferreira de Sousa
Elmo Corrêa
Gilberto Olímpio Maria
Guilherme Gomes Lund
Helenira Rezende de Souza Nazareth
Hélio Luiz Navarro de Magalhães
Idalísio Soares Aranha
Jaime Petit da Silva
Jana Moroni Barroso
João Carlos Haas Sobrinho
João Gualberto
Francisco Chaves
José Huberto Bronca
José Lima Piauhy Dourado
José Maurílio Patrício
José Toledo de Oliveira
Kleber Lemos da Silva
Líbero Giancarlo Castiglia
Lúcia Maria da Silva
Lúcio Petit da Silva
Luiz Renê Silveira e Silva
Luiza Augusta Garlippe
Lourival Paulino
Manuel José Murchis
Maria Célia Corrêa

Maria Lúcia Petit da Silva
Maurício Grabois
Miguel Pereira dos Santos
Nelson de Lima Piauhy Dourado
Orlando Momento
Oswaldo Orlando da Costa (Osvaldão)
Paulo Mendes Rodrigues
Paulo Roberto Pereira Marques
Pedro Alexandrino de Oliveira
Rodolfo de Carvalho Troiano
Rosalindo Sousa
Suely Yomiko Kanayama
Telma Regina Cordeiro Corrêa
Tobias Pereira Júnior
Uirassu de Assis Batista
Vandick Reidner Pereira Coqueiro
Walquíria Afonso da Costa, e os camponeses Frederico, Luizão,
Osmar e Joaquinção.

* * *

DR. NILO BATISTA

Estamos aqui reunidos para falar sobre um tema importante e sinistro: o tema da destruição. Contudo, não estamos reunidos em torno desse tema, a exemplo das milícias franquistas, para comemorá-lo, mas sim para celebrar a esperança, esperança que — arrancando do reconhecimento da destruição objetivamente ocorrida — nos anima a crer na possibilidade de sua superação definitiva. O nome do grupo que é o principal organizador desse encontro é um signo dessa esperança.

Quero falar da destruição pela perspectiva que me tocou naquele período, a perspectiva de um advogado criminal que trabalhava num dos escritórios que defendiam presos políticos, cujo chefe — o saudoso e admirável Heleno Fragoso — foi preso em certa ocasião. Nós advogados acompanhávamos a destruição de uma forma individualizada, com base nos casos concretos aos quais dávamos assistência; conquanto individualizada, não era menos importante ou significativa, porque víamos de muito perto a destruição física e a destruição jurídica daquela pessoa seqüestrada, desaparecida, torturada, presa,

acusada e condenada. Foi um tempo em que o *habeas corpus* se revestia de um certo caráter mágico, em que as informações requisitadas à autoridade coatora eram aguardadas como se aguardaria a concessão da vida, e era isso mesmo, porque as informações confirmatórias da prisão representavam exatamente um aviso e uma licença de vida para o indivíduo. A destruição, iniciada pela supressão do dissidente político de seu espaço familiar e social, através do seqüestro (como é rico de sugestões o emprego do capuz!), prosseguia pelo corpo do prisioneiro, nas seções de tortura, cujas odiosas técnicas são de todos conhecidas. Pela via da tortura, buscava a destruição se expandir na direção dos companheiros do torturado; entretanto, nele próprio a destruição, sobre os destroços do corpo queimado e mutilado, avançava sobre a mente, e eu me deteria de modo especial sobre aquele espetáculo circense que era montado na televisão, semelhante a um auto de abjuração medieval, no qual a destruição consumava sua máxima vitória sobre a liberdade. Quando esse processo destrutivo optava pela supressão física do corpo do prisioneiro, surgia uma correlativa forma de destruição jurídica nos despachos de um órgão estatal, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, convertido naquela época em acovardado e acumpliciado necrotério jurídico dos desaparecidos.

Falando daquele regime que destruíra, é inevitável que se fale de anistia, porque a anistia pretende ter sido a negação da destruição, e na verdade não o foi. Essa anistia, com a qual os advogados do Estado do Rio de Janeiro tiveram um compromisso desde o primeiro momento, não foi — como toda a sociedade civil pretendia, como todo o movimento social reivindicava — ampla, geral e irrestrita. Pior do que isso, foi injusta! Negando-se a conceder o favor da anistia aos dissidentes definitivamente condenados por aquilo a imprensa convencionou chamar de crimes de sangue, a lei injusta tratou de favorecer os torturadores que haviam praticado a mesma espécie de crimes! Muitas entidades, muitas pessoas que participaram do movimento de resistência democrática neste país tentaram demonstrar a seus juristas e a seus tribunais a tese tão oportunamente lembrada pelo Laércio, ou seja: que a lei de anistia podia ser interpretada de sorte a negar anistia aos torturadores. Eu mesmo escrevi um artigo, publicado na revista *Civilização Brasileira* n. 19, em que tentava demonstrar que

os caminhos envergonhados do texto legal não conduzem necessariamente aos fins subalternos do legislador, e que um tribunal corajoso poderia afirmar que a tortura e o assassinato de presos políticos não são crimes conexos a crimes políticos, e sim crimes comuns à espera de processo e julgamento. Mas um poder judiciário amedrontado, também atingido em seus melhores juízes pelo arbítrio, admitiu que a anistia se applicava aos torturadores; encerrou-se, assim, essa frente de luta. Mas há outras e outros filões estão abertos.

O único efeito jurídico da anistia é impedir a consequência penal, ou seja, impedir que o autor daquele ato ilícito receba a pena. As consequências civis daquele ato, bem como as administrativas, subsistem à disposição dos prejudicados e do poder público. Independentemente da lei de anistia, se um oficial das Forças Armadas pratica tortura, este fato lhe acarreta consequências disciplinares que estão na lei, e não foram jamais applicadas! Se alguns funcionários do estado, a pretexto de investigação policial, seqüestraram uma pessoa e a conduzem para, digamos, a rua Barão de Mesquita ou a Base Aérea do Galeão e a seviciam e matam, este fato acarreta para o estado e, num idêntico nível jurídico, também para eles consequências civis (indenizações etc.) que só escassamente foram applicadas. Em suma, não há anistia que converta um ato ilícito num ato lícito. Esses caminhos que restaram e restam jamais foram cabalmente percorridos ou aprofundados. A questão da anistia é portanto uma ferida em aberto, e não creio que nada de muito importante pode ser inaugurado por sobre uma ferida em aberto.

É preciso anistiar os funcionários públicos punidos, civis ou militares, de qualquer nível ou graduação. Não aceito o discurso, de matiz udenista, segundo o qual houve punições oportunas em razão de corrupção, e isso contra-indicaria a applicação geral da anistia. Os tribunais do país, para isso, estavam e estão abertos, e só eles podem definir, após regular processo e julgamento, se alguém praticou ou não corrupção os qualquer outro crime contra a administração pública; essa, e só essa, é a prática democrática. Não é o general, não é o poderoso do dia que afirma, segundo os informes ou os pressentimentos de que dispõe, que uma pessoa é corrupta, e cassa-a sumariamente em seu emprego, sua honra e sua aposentadoria.

Deve-se pensar ainda numa outra anistia, que poderia ser chamada de anistia para os mortos, retomando essa questão que aflige um número considerável de famílias que tiveram seus filhos, pais, irmãos ou maridos vitimados pela selvageria oficial.

Não desejo ultrapassar os rígidos limites do tempo que a Flora me concedeu, e finalizo dizendo que é preciso retomar o tema da anistia, através de órgãos da sociedade organizada, através de partidos políticos, agremiações e sindicatos, para que um amplo e democrático debate conduza a procedimentos que, encompassados por uma verdadeira anistia, promovam a destruição da destruição. Ainda assim, haverá um saldo que não tem preço, nas perdas que minha geração sofreu, de pessoas maravilhosamente irresignadas com a injustiça e a agressão.

A realização deste seminário prova que essa é uma questão viva, que está viva em nós e dela não podemos nos libertar pela via de um acordo de cavalheiros elitista e negociado. A ferida está em aberto e só retomando o problema, de frente, sem malícia, sem arquivos inacessíveis, sem que perdure essa coisa cruel e inominável que é sonegar a uma mãe a informação sobre o destino dos despojos de seu filho, poderemos realmente inaugurar a perspectiva da esperança.

Fora disso, estaremos vivendo o legado da opressão, mas ainda no modelo da opressão.

* * *

DR. PEDRO HENRIQUE DE PAIVA

Fiz absoluta questão de deixar gravado um curto depoimento que servisse para reiterar minha posição e minha maneira de pensar diante desse tema que se discutiu nos dias anteriores e que se discute hoje: *a tortura*.

Acredito seguramente que a categoria profissional médica possibilitou a legitimação da dor durante os vinte anos que esse país viveu de obscurantismo e de perversidade. Os médicos colaboraram não só ativamente, do ponto de vista de criar formas negadoras do ser humano, destruidoras do seu moral, mas chegamos ao ponto máximo de cinismo que foi compactuar

com a morte inventada pela repressão, fosse sob a forma de atestado falso, fosse sob a forma de ocultação do cadáver. Vivemos, então, uma coisa camuflada em que alguns poucos dentre nós serviam como legitimadores da destruição e a totalidade de nós se calava. Os tempos eram difíceis, todos sabemos, mas o compromisso que o médico tem, assumido diante de si próprio, talvez nos devesse ter levado a uma reflexão mais sadia a respeito da ação de alguns dos nossos. Acho que os médicos, os clínicos, os psiquiatras, os legistas, os presencia-dores da tortura continuam soltos.

Na história do comportamento médico, percebe-se a conivência com o poder: houve tempo em que o médico era senhor da vida e da morte, quando acumulava as funções do sacer-dócio religioso e da cura ou da bênção daqueles que ficavam doentes. É somente com o advento da medicina grega que esse estado de coisas começa a se modificar, porque lá começou-se a compreender que o ser humano deveria ser respeitado. Os gregos tiveram uma consciência muito precoce dos deveres morais que se impunham ao médico. Na maioria dos tratados hipocráticos existe uma especificação detalhada a respeito do comportamento, do trabalho e da moral médica, podendo admirar-se claramente a delicadeza da consciência médica grega. Os gregos, alguns deles, pelo menos, conceberam a medicina como um saber inseparável do amor pelo homem. Nem sempre este postulado foi mantido no lugar e principalmente nos anos de escuridão que a profissão teve ao longo do cristia-nismo e ao longo da inquisição; não é incomum vermos, inclu-sive aqui no Brasil, médicos, cirurgiões, barbeiros... depondo pela culpabilidade de um infeliz julgado pelo Santo Ofício.

Essa estreita harmonia, esse acumplicamento permanente talvez seja o ponto mais difícil de ser compreendido ao longo da atuação médica. Por que o médico que escolheu alguma coisa que, supostamente, vai trazer benefício ao seu próximo, em determinado momento arranca de si toda a máscara e se despeja no exercício óbvio do sadismo?

O sadismo não foi uma exclusividade mengeliana. A cola-boração do médico no sentido de destruir o seu semelhante não foi propriedade hitlerista ou stalinista. É bom lembrar que os médicos supostamente colaboradores de Beria, sob suspeita de serem cúmplices no «assassinato» de Stalin, já agonizante,

foram devidamente fuzilados pelo próprio Beria e por alguns de seus ajudantes mais próximos.

Vivemos isso tudo. Na manhã de 12 de janeiro de 1973 o jornal argentino *Clarín* anunciava na sua primeira página: «Médico seqüestrado por comandos revolucionários». O que tinha esse médico para merecer a atenção dos revolucionários? Por que ele? numa luta armada em que os alvos eram militares, industriais, pessoas acusadas de repressoras, por que esses comandos perderiam tempo com um médico?

Esse médico chamava-se Hugo Norberto D'Aquila, vivo até hoje, tinha 34 anos, casado, sem filhos, professor na universidade de Salvador e chefe do Serviço de psiquiatria do cárcere de vila Devoto. Através de sua prisão e confissão subsequente, os comandos revolucionários conseguiram demonstrar ao mundo algo do terrível que se viveu, de mostrar como o médico servia de reanimador para que se continuasse a tortura, de fornecedor de medicamentos para que se embaralhassem as mentes, de criador de uma ergometria da morte, onde a ausência de espaço, o aumento do barulho, a privação da luz ou a luminosidade excessiva, iam destruindo cientificamente o ser humano e obtendo confissões e «confissões». Triste coisa foi essa. Seguramente, nós, brasileiros, exportamos *know-how* para o Uruguai, para a Argentina, para o Chile, para a Bolívia e para todas as partes onde nessa triste América do Sul viveu-se um tempo bestial de repressão e ditadura. Nós exportamos a involução médica.

Hoje em dia é absolutamente incompatível com a Nova República e com os olhares alegres das pessoas falar no passado, porque isso nos remete à curiosa noção de revanchismo. A definição de revanchismo é tirar revanche, tirar vingança por alguma coisa que foi certamente justificável; segundo o Aurélio, revanchismo é «a tendência *obstinada* para a desforra». Então quem pensar em tratar da justiça ou de lembrar os ocorridos, certamente é um revanchista e como tal deve ser considerado e condenado.

Acredito que nós vivemos num tempo que pode facilitar e possibilitar o reaparecimento de um tipo de pensar médico que seja estritamente repressor — até mesmo pela manipulação tecnológica. Enquanto não se discute, enquanto se privilegia

o esquecimento dos ocultadores de cadáver, dos falseadores de atestados, dos psiquiatras que serviram como inspiradores da tortura moral, dos clínicos que reanimavam, seguramente nós continuaremos fazendo parte da grande família que habita o Brasil e que quer esquecer o esquecido, que quer esquecer seu próprio cortejo fúnebre. Triste país que não é capaz de lembrar-se de sua própria iniquidade.

Eu acredito que nós não devamos nesse momento obedecer a todo tipo de palavra, de compostura, de sutileza que nos são sugeridas pelos diversos veículos controladores do pensamento público.

Ivan Ribeiro, psicanalista do Rio de Janeiro, a quem muito devo e muito quero, explicou-me, um dia: «a sutileza é um instrumento de mil cordas e quando você acaba de afinar a última dessas cordas (você foi de uma em uma acertando o tom, a vibração correta, você afinou o instrumento), as luzes as apagaram, a cortina desceu e a platéia foi embora. Isso é sutileza».

Sejamos um pouco mais *diretos* no reconvívio com a nossa memória, com a nossa máxima periculosidade.

* * *

DR. HÉLIO PELLEGRINO

Meus caros companheiros, a tortura política no Brasil não foi um fato aleatório. Ela não representou um excesso ou uma exceção episódicos. Não se deveu aos traços psicopatológicos ou sádicos dos torturadores. A tortura política no Brasil foi, e é, — plenamente — um fato político e, como tal, deve ser analisada. A tortura política é um sintoma terrível e eloqüente da crueldade da luta de classes em nosso país. Somos um país rachado ao meio. Lembro-me da metáfora criada pelo economista Edmar Bacha, que é muito bem pensada e expressiva. Ele imagina um país, a Belíndia, e nos compara a essa ficção, infelizmente para nós, muito concreta. Somos 32 milhões de europeus que participam dos benefícios e dos confortos do desenvolvimento brasileiro, do processo civilizatório cristão-ocidental. Mas, ao lado desses 32 milhões de «belgas», existem 100 milhões de párias indianos. Cem milhões de deserdados,

de despossuídos, de explorados, dos quais 30 milhões estão mergulhados na chamada miséria absoluta. Quarenta milhões estão condenados a uma pobreza aviltante e os demais 30 milhões constituem a mão-de-obra tão degradada, tão explorada e tão desrespeitada.

É preciso que meditemos num dado estarrecedor: há pouco tempo os jornais publicaram que, no Brasil, 90 milhões de brasileiros consomem diariamente uma ração calórica alimentar inferior ao mínimo estabelecido pela FAO. Isto significa que, no Brasil, a coisa definitivamente democrática é a fome. É a coisa mais bem distribuída no Brasil! E para que possa manter-se, esta sinistra democracia tem que usar da repressão violenta. O escritor Sérgio Buarque de Holanda criou a imagem do brasileiro como homem cordial. Ele, em parte, tem razão. Somos, individualmente, pessoas inclinadas à fraternidade e ao serviço do próximo. Esses são bons valores do nosso processo civilizatório. Mas as relações de classe, a distribuição de renda, são qualquer coisa de iníquo e cruel, e creio que a tortura política é expressão e consequência de tais relações de classe entre nós. Eu diria que a sociedade brasileira implica a tortura como um dado estrutural.

Fome é tortura, doença é tortura, ignorância é tortura, relento é tortura, criança abandonada é tortura. A tortura existe, ela é praticada institucionalmente no Brasil, na medida em que persiste essa monstruosa diferença de classes e essa injustíssima e iníqua distribuição de renda. Então, se quisermos levar ao pé da letra o nome desse grupo tão valente, *tortura nunca mais*, teremos que revolucionar esse país. Teremos que desmistificar esta mistificação que se chama «Nova República». Temos que exigir uma Reforma Agrária minimamente decente; caso contrário, o número de brasileiros que passa fome — além dos 90 milhões — aumentará. E não nos esqueçamos que temos uma terra abençoada. Poderíamos ser o celeiro do mundo. Ao invés de estarmos fabricando álcool para as multinacionais — um hectare produz 2500 litros de álcool por ano, para mover os carros fabricados pelas multinacionais — por que não pegamos esses hectares e os distribuímos a quem os queira cultivar? Por que não plantamos alimentos para o povo brasileiro? Isso tudo tem a ver com a nossa realidade social, e tem a ver com a tortura.

Um segundo item que eu quero abordar é o seguinte: como é que chegamos a este estado de tortura institucionalizada? Isto foi fruto e consequência do golpe de 64. Mas a tortura sempre existiu no Brasil, desde os velhos tempos da escravidão. A classe dominante no Brasil sempre foi extraordinariamente eficiente na manutenção de seus privilégios. A escravidão é uma forma de tortura. Os comunistas e os esquerdistas sempre foram torturados. O Estado Novo torturou: inclusive, agora, sai esse maravilhoso livro do Fernando de Moraes sobre Olga Benário Prestes.

É certo, entretanto, que a tortura se espessou, se adensou, se tornou instrumento do Estado realmente, a partir do golpe de 64. Um livro que testemunha a existência da tortura desde 64, e da tortura oficializada, é o texto de Márcio Moreira Alves, *Tortura e torturados*. Seu livro *Igreja do povo* também dá um testemunho indiscutível a esse respeito. Mas a tortura ficou aguda a partir do golpe dentro do golpe, a partir do AI-5, editado em 1968. Foi publicado recentemente o livro *Brasil, nunca mais*, sob o patrocínio da arquidiocese de São Paulo, prefaciado por D. Paulo Evaristo Arns, que demonstra cabal e irretorquivelmente a participação das Forças Armadas Brasileiras na tortura. Elas foram deformadas, corrompidas pela Lei de Segurança Nacional, que é uma doutrina estrangeira. A doutrina da LSN e a Escola Superior de Guerra vieram dos EE.UU. Essa doutrina é simples e poderosa, enquanto instrumento ideológico. Ela divide o mundo em dois blocos absolutizados. O bem absoluto é os EE.UU., e o mal absoluto é a União Soviética e os comunistas. Para destruímos o mal absoluto, tudo é permitido. Então, em nome do bem absoluto nós praticamos o mal absoluto! Esta foi a chave ideológica que levou as Forças Armadas Brasileiras a aceitar a institucionalização do crime: a tortura. Eu sei que isto é muito duro e muito desagradável aos ouvidos dos militares, mas eles têm que assumir a responsabilidade, tanto quanto nós temos que assumir o fato de que há 90 milhões de brasileiros que passam fome. Que toda a sociedade brasileira assuma as suas respectivas e devidas responsabilidades, para que então possamos caminhar.

Depois da OBAN, depois da sinistra eficácia da OBAN em São Paulo, se fundaram os DOI-CODI, todos comandados por oficiais do Exército. Nos DOI-CODI se torturava institu-

cionalmente. Isso é preciso ser dito, para que, a partir daí, se possam extrair lições. E há outras coisas a dizer sobre o problema do dito terrorismo. No Brasil a luta armada não foi terrorista. Os grupos guerrilheiros podem ter errado politicamente, mas eles cometeram ações de guerra, tomaram armas contra a ditadura que havia derrubado um governo legitimamente eleito e constituído, ao qual os militares juraram fidelidade. Repito: ao qual os militares juraram fidelidade. O golpe de 64 foi, portanto, perjúrio. Os militares desrespeitaram um voto e um juramento de fidelidade feito ao regime constitucional daquele tempo. Ora, os militares pegaram em armas contra o regime constitucional escolhido pelo povo. Por que os guerrilheiros não podiam ter pego em armas para lutar contra aqueles que cometeram perjúrio e que se arrogaram, sem procuração de ninguém, o direito de comandar o país e o comandaram por 21 anos? Onde estão os atos terroristas praticados pela luta armada? É claro que houve ações de guerra, assaltos a bancos, violência e a fé no justiciamento revolucionário. Não nos esqueçamos que havia uma guerra. Mas a tortura não é um ato de guerra, *é crime de guerra, crime contra a humanidade*. Pergunto a vocês: onde está o torturado pelos grupos armados brasileiros? Não há nenhum. Ninguém foi torturado. Porque a moral revolucionária repudia definitivamente a tortura. Então, é preciso uma distinção capital entre a violência dos grupos armados, que pode ter sido lastimável do ponto de vista político, e a violência do terrorismo de Estado, praticada contra jovens que se insurgiram com armas na mão contra a ditadura militar.

Por fim, uma palavra apenas sobre a monstruosidade psicológica e psicanalítica da tortura. O que faz a tortura? Ela é a mais cruel, a mais nefanda, a mais bestial forma de subversão. A tortura racha o ser humano ao meio. Ela divide a unidade indissolúvel de corpo e mente. E joga o corpo do torturado contra a sua mente. Porque, na tortura, o corpo maltratado se insurge contra a decisão do torturado de calar, e se alia aos torturadores, para que o torturado fale. A tortura consegue essa coisa monstruosa que é a alienação total do próprio corpo. É claro que o capitalismo, na medida que faz da força de trabalho uma mercadoria, aliena parte da energia do corpo. Na tortura, o corpo é totalmente alienado e se volta contra a pessoa através dessa cisão. Isto tem conseqüências

muito importantes, inclusive porque, psicanaliticamente, uma das defesas mais primitivas contra a ansiedade e contra a perseguição imaginária é o que nós chamamos de «identificação com o agressor». A pessoa, inconscientemente, prefere, numa parte cindida dela, identificar-se com o agressor. E isto pode ocorrer ao ponto de que alguém torturado «adira» ao torturador. Não porque seja definitivamente um canalha, mas porque sucumbiu a essa necessidade primitiva de defesa, que é a identificação com o agressor. E se isto não ocorre na realidade, por heroísmo e resistência do torturado, pode ocorrer no mundo inconsciente intrapsíquico, e a própria pessoa passa a se torturar. É o caso, por exemplo, de Frei Tito. Frei Tito foi brutalmente torturado por Fleury. Resistiu à tortura mas teve sua mente fendida. Por este mecanismo primitivo de identificação com o agressor, ouvia alucinatoriamente a voz do delegado Fleury, a voz de seus torturadores, que o ameaçavam e massacravam. Este é o resultado nefando da tortura. É preciso — voltando a um argumento já usado nesta fala — denunciar incansavelmente aqueles dados estruturais de tortura que existem na sociedade brasileira, tal como ela está constituída. É preciso que lutemos por uma transformação radical da realidade social brasileira, uma vez que as coisas, como estão, não podem continuar. E, na medida em que promovermos nossa luta por essa transformação, poderemos, um dia, dizer, realmente: *tortura, já não mais!*

* * *

Pergunta: Hélio, você falou que há muitas formas de tortura. O silêncio também é tortura. Frei Leonardo Boff está calado pelo Vaticano e, certamente, também por pressão de países e governos dominadores. O que diz você a esse respeito?

Hélio Pellegrino: O silêncio imposto a Boff é uma forma de tortura. Escrevi, inclusive, um artigo onde digo «silêncio de chumbo», porque se costuma dizer que o silêncio é de ouro. No caso, é um silêncio de chumbo, pesado, opressivo, reacionário, que desatende à Verdade Evangélica, desatende aos interesses do povo do Terceiro Mundo, desatende à essência do cristianismo. Não tenho dúvida, por outra parte, de que este será um momento transitório, porque a Teologia da Libertação inspira hoje um movimento invencível e irredutível a qualquer silêncio imposto.

Pergunta: O que será que faz com que pessoas comuns, com família, com uma vida normal, ao se sentirem com poder, cometam a bestialidade da tortura? Mesmo concordando com a tese de que a tortura seja um fato político-institucional, a nível individual nos deixa perplexos e horrorizados com o grau de baixeza a que pode chegar um ser humano.

Hélio Pellegrino: Eu não digo que a tortura seja apenas um fato político. Não excluo o comportamento individual, de cada um, inclusive porque a política permeia nossos ossos, a nossa medula, corre no nosso sangue. Nada está fora da política. Somos peixes dentro do aquário social, e o líquido no qual nos movemos é político. Creio, a partir daí, que uma ideologia distorcida e paranóica como é, por exemplo, a que inspira a doutrina da LSN (Lei de Segurança Nacional), pode levar aos piores horrores. Nós carregamos em nós as pulsões fanáticas, as pulsões da morte. Todos temos, potencialmente, a capacidade da crueldade, e, se racionalizamos isso através de uma ideologia pseudoconvicente, podemos chegar ao horror da tortura. O que é preciso é que se saiba distinguir a tortura institucionalizada, assimilada ao cotidiano da vida social. É preciso que a gente não se engane a respeito do significado torturador da fome, da ignorância, da doença etc. etc. Portanto, vamos lutar contra a tortura, vamos nos convencer de que uma ideologia paranóica, deformada, psicopatológica pode levar à tortura, e vamos lutar pela derrubada da doutrina da LSN e pelo fechamento da ESG (Escola Superior de Guerra), que é um foco de infecção na mentalidade militar brasileira. Por outro lado, honra seja feita aos militares brasileiros, eles têm históricas ligações com o povo, a tropa brasileira é constituída, em maioria absoluta, pela massa popular brasileira, e se os militares puderem curar-se dessa deformação ideológica, provavelmente ficarão a serviço de boas e nobres causas. Assim eu espero.

Pergunta: Gostaríamos de saber sua opinião sobre o sentimento de patriotismo dos jovens na faixa etária de 20 a 30 anos, que foi fortemente abalada pelo regime em que viveram seus anos de formação.

Hélio Pellegrino: Acho que o jovem é uma força em si mesmo. Ninguém segura um jovem. Acho que os jovens brasileiros encontraram, nos tempos da ditadura, meios e modos de expres-

são. Um pouco dessa hipertrofia da música popular, desse movimento formidável que se fez e que se faz, isso tudo serviu de válvula de escape. De modo que eu acho que o patriotismo do jovem está presente. O jovem é, por definição, generoso. O adolescente tem a obrigação moral e cívica de tentar subverter a realidade no sentido revolucionário positivo. Isso é uma das obrigações dos jovens. Considero, portanto, que os jovens vão bastante bem e saberão, na medida em que se criarem instrumentos de expressão política, se filiar a esses instrumentos, promovendo a revolução de que o Brasil precisa.

Pergunta: Como você definiria um torturador maníaco psicologicamente? como ele vê o torturado? Fale um pouco da personalidade do nosso tão discutido personagem: o torturador.

Hélio Pellegrino: O torturador, do ponto de vista da psicopatologia-psicanalítica, é um psicopata sádico. Ele é, no fundo, um impotente, filosoficamente fátuo e vazio. O torturador, para afirmar a sua própria força e potência, precisa esmagar o seu próximo. Então ele é um desgraçado total. Dentro da dialética hegeliana do senhor e do escravo, o torturador, no fundo, está nas mãos do torturado. Vejam: para ele se sentir potente, precisa torturar, precisa extrair do torturado a confissão de que necessita. O torturado pode não fazer essa confissão e, nessa medida, o torturador estará derrotado, liquidado. Ou o torturado pode morrer, e a morte do torturado é também a morte do torturador, porque o torturador não tem luz própria, o torturador não tem eixo próprio. Ele é uma sombra do torturado, é um infeliz numa escala inimaginável.

Pergunta: Ao classificar o torturador como psicopata, chega-se à conclusão que a tortura acaba sendo coisa de doente mental, e não de fascista.

Hélio Pellegrino: Claro. A gente assim nega a dimensão política. É esse o problema. Eu acho que a tortura tem de ser encarada como um fato político, e não apenas como um fato psicopatológico. Do contrário, nós diremos: pobrezinho, é um doente, então vá se deitar no divã psicanalítico para se curar. E isso é um absurdo. A tortura é um fato político, e, como tal, tem que ser lembrada, considerada, julgada, embora não perca a sua condição psicopatológica.

Pergunta: Como se dá o reflexo da ruptura da relação corpo/mente que você comentou, no comportamento do povo, hoje, ao procurar não se identificar com o torturador e guerrear?

Hélio Pellegrino: Acho que há uma tendência do povo, principalmente do lumpemproletariado, de identificação com o agressor. Basta ver a ameaça da eleição de Jânio Quadros, em São Paulo. Esta é tipicamente uma forma de identificação do lumpemproletariado com o agressor, porque Jânio é a direita mais retrógrada, mais nefanda. O anticomunismo do Jânio Quadros é um anticomunismo maligno. É fruto perfeito da doutrina da LSN, e Jânio sabe disto. O anticomunismo dele serve para agradar aos militares. Ele está fazendo sua «cama» junto aos militares. E o povo de São Paulo o apóia. Então há esse risco, certo?

Pergunta: Baseado no que você acaba de dizer sobre o potencial primitivo que é a pulsão de morte, como é, e o que, leva a se desencadear de forma tão violenta o prazer sádico da tortura?

Hélio Pellegrino: A vida é tensão, frustração, sofrimento, por um lado, e a pulsão da morte, segundo Freud, é um desejo de não-vida. É um desejo de retorno à natureza e à condição mineral. Somos salto da natureza para a cultura. Num certo sentido, estamos exilados no discurso, na ordem do simbólico, temos que fazer leis, temos o amargo privilégio do erro e da liberdade. Ao mesmo tempo que temos os impulsos para a vida e para a complexidade, temos também uma pulsão de morte que nos puxa para a entropia, para a dispersão, para a homogeneidade, para a anulação da pessoa e do indivíduo. O prazer da destruição é um prazer também fundamental. Todo o processo civilizatório é uma luta contra esse prazer, ou melhor, é uma busca de satisfação desse prazer em termos socialmente compatíveis e aceitáveis.

Pergunta: A tortura do trabalho é uma tortura política, e sem haver democracia nas relações de trabalho, como fugir à tortura generalizada? Responda a esta questão quanto aos projetos da Nova República.

Hélio Pellegrino: O capitalismo avilta o trabalho humano. O capitalismo, em primeiro lugar, transforma o trabalho humano em mercadoria, e paga essa mercadoria pessimamente.

Depois que Marx descobriu a mais-valia, ninguém pode ter dúvida a respeito. O trabalho operário é para o capitalismo, exatamente a galinha dos ovos de ouro. O operário ganha o milho, para que a galinha não morra. E a galinha defeca ouro para o capitalista. Isto é aviltante, isto é uma exploração, isto é uma violência, isto é também uma forma de tortura, é claro. O sujeito trabalha, se consome e ganha o salário mínimo que, agora, vai a 600 mil cruzeiros *. Como vai um pai de família viver com 600 mil cruzeiros? Coloca-se então o problema: como é que vamos lutar contra a tortura generalizada? Vou dar a minha resposta pessoal. Sou militante do PT. Acho que a forma de luta contra a tortura generalizada é a luta política. Eu, pessoalmente, luto dentro do PT e acho que é uma boa.

Pergunta: Por que você não apoiou o candidato do PT escolhido numa convenção democrática ao governo do Estado?

Hélio Pellegrino: Porque achei que o PT fez uma burrice, e não costumo apoiar burrices! Dou-me o direito de divergir! Acho que foi um erro que compromete o Partido. Não tenho obrigação — porque o PT é um partido democrático e não totalitário — de seguir equívocos do meu partido. Assumi a responsabilidade pela minha atitude. Há momentos em que é preciso divergir.

* * *

CARLOS COMITINI

Hoje é uma data muito especial para mim por vários motivos. Um deles porque sou argentino e tive que sair do meu país por motivos políticos, pois estava à beira de também ser um desaparecido, um torturado ou um prisioneiro. Estar nesta sala mexe muito, não apenas com o emocional mas também com o racional. Mas não quero falar de mim. Sou vice-presidente da Associação Brasileira da Anistia Internacional. Antes de entrar no tema, gostaria de prestar uma pequena homenagem a quatro pessoas e vou pedir a vocês que me acompanhem. São quatro pessoas que foram vítimas de torturas, quatro pessoas das quais duas estão aqui pre-

* Estávamos em outubro de 1985.

sententes: Elza Monnerat e Apolônio de Carvalho. E duas que, infelizmente, não estão aqui mas que tenho certeza absoluta que teriam feito questão de participar deste seminário. Uma é Wladimir Herzog e a outra é Olga Benário Prestes.

Companheiros, ao falar em tortura temos que ser coerentes. Coerentes, porque quem é contra a tortura não pode, por exemplo, ser a favor da pena de morte. Coerentes porque quem é contra a tortura não pode ser a favor ou omitir-se diante da prisão de pessoas que são reprimidas por suas crenças políticas, filosóficas ou religiosas. Coerentes porque não se pode ser a favor ou se omitir quando há pessoas sendo detidas pela cor de sua pele, pela sua sexualidade, pelo seu idioma. Temos que ser coerentes e exigir que todos, absolutamente todos os presos políticos, não importando qual a sua ideologia ou qual o seu partido, quando presos, sejam julgados com justiça. Coerentes porque temos que ser contra a tortura e a pena de morte para qualquer tipo de prisioneiro, seja político, sejam aqueles denominados comuns ou sociais. Ou podemos ser contra a pena de morte na África do Sul ou nos EE.UU. e ser a favor na China? Temos que ser coerentes em matéria de Direitos Humanos. Podemos ser contra a tortura no Chile e a favor da tortura na Polônia? Podemos ser contra a tortura e a pena de morte quando aplicadas a prisioneiros políticos e sermos a favor ou omissos quando aplicadas a prisioneiros comuns? Ou, o que é muito pior, sermos a favor ou omissos quando aplicadas a prisioneiros políticos de posições contrárias às nossas?

Na nossa caminhada por um mundo melhor, o que não podemos ser é incoerentes. Lutemos para tirar dos cárceres as pessoas presas por motivos de consciência, lutemos por erradicar da terra tanto a tortura como a pena de morte. Companheiros, no último ano, 1984, havia presos de consciência em quase a metade dos países do mundo. O aniquilamento dos opositores de governos é um problema que temos de enfrentar já, urgentemente, não apenas a nível nacional mas também a nível internacional. O exercício do poder para acabar com a vida de uma pessoa atenta contra dois dos Direitos Humanos: o *direito à vida* e o *direito de não receber tratamento cruel*. Independentemente das circunstâncias, a tortura e o homicídio político por parte dos governos jamais podem ser justificados. Outro tipo de repressão que nos preocupa são

os assassinatos cometidos por esquadrões da morte, e qualquer governo que permita sua existência tem que ser julgado pela sua trajetória em matéria de Direitos Humanos. Qualquer governo que permita sua existência!

Companheiros, a pena de morte, por lei, está prevista em mais de cem países. Em 1984 os tribunais condenaram à morte 2.068 pessoas em 55 países, mas estas cifras são inferiores à realidade. O Irã, o Iraque e a China, onde se realizaram numerosas execuções, não nos ofereceram cifras oficiais. No fim do ano, nos EE.UU., havia mais de 1.400 prisioneiros no chamado Pavilhão da Morte, esperando para serem executados. Na África do Sul, só em 1984 foram executadas 114 pessoas e apenas 3 das 114 eram brancas. No Camerum informou-se que em 1984 morreram 8 prisioneiros políticos por desnutrição. Na Serra Leoa, também na África, morreram pelo mesmo motivo, no mesmo período, 241 prisioneiros. Do Chile e da Turquia recebemos informações de mortes ocasionadas por aplicações de tortura. No Chaade, em El Salvador, na Guatemala, no Peru... perpetraram-se abertamente homicídios políticos, muitas vezes de civis inocentes, no decorrer de operações militares chamadas anti-subversivas. No caso de El Salvador, uma comissão investigadora da Anistia Internacional que visitou o país em 1983 chegou à conclusão de que, na sua maioria, as 40.000 pessoas que morreram em consequência da violência política nos 5 anos anteriores, haviam sido assassinadas por forças governamentais que, com o propósito de levar o terror à população, jogavam os cadáveres mutilados em qualquer lugar sem nenhuma dissimulação. Em setembro de 1984 a Anistia Internacional proporcionou informações ao Grupo de trabalho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no sentido de que as desapareções se produzem com máxima frequência em 3 países latino-americanos, a saber, El Salvador, Guatemala e Peru. É uma breve lista. A Anistia Internacional não faz *listas negras* de países onde se tortura, onde se violam os Direitos Humanos, para evitar que muitas vezes seja condenado o país e não o regime que nesse momento está cometendo tais atrocidades.

No nosso último informe temos os seguintes registros:

a) *países da América Latina onde se tortura*: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, México, Paraguai, República Dominicana.

O que podemos falar nesse momento com relação ao Uruguai são decorrências da ditadura militar que acaba de passar.

b) *execuções extrajudiciais*: Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana.

c) *países onde mais acontecem desaparecimentos neste momento*: Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Peru.

d) *pena de morte*: Barbados, EUA, Jamaica.

O que vou falar agora não está escrito aqui, mas precisamos refletir quando exigimos um mínimo de coerência na luta a favor dos Direitos Humanos. Em quase todos os países da América Latina se tortura os prisioneiros chamados «comuns». Nós não podemos esquecer esse dado. Quando falamos para acabar com a tortura, pelo fim da tortura, não devemos pensar apenas em prisioneiros políticos. O fim da tortura é para qualquer um que esteja preso.

E agora uma informação com relação a uma resolução adotada pela nossa entidade em seu último congresso, realizado na Finlândia. A Anistia Internacional aprovou uma resolução pressionando os governos para que sejam julgados e castigados os culpados de terem assassinado ou seqüestrado pessoas por motivos políticos, lá, no país onde forem detidos, onde se encontrem, e não apenas no país onde foram cometidos tais atos criminosos. Quer dizer, se um torturador uruguaio neste momento está fugindo do Uruguai e é preso no Brasil, a Anistia Internacional está exigindo que esta pessoa seja detida e julgada aqui no Brasil, se não houver extradição.

Eu não quero tomar muito mais o tempo dos companheiros. E, como falei muito em coerência, gostaria de ler um poema que a mim, pessoalmente, emociona muito.

É do grande poeta e dramaturgo Bertold Brecht, conhecido, com certeza, pela maioria dos companheiros aqui presentes por suas posições altivas ante os regimes opressores.

Primeiro levaram os comunistas
Mas não me importei com isso
Eu não sou comunista.
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário.
Depois prenderam os sindicalistas
Mas não me importei com isso
Eu não sou sindicalista.
Depois agarraram os sacerdotes
Mas como não sou religioso
Também não me importei.
Agora estão me levando,
Mas já é tarde.

* * *

Pergunta: Falando em repressão religiosa, dê o seu parecer sobre o que a Igreja fez com Frei Leonardo Boff.

Carlos Comitini: Isso é uma opinião muito pessoal. Eu acho que algumas instituições religiosas nos fazem retroceder muitos anos, à época das Cruzadas. Esta é a minha opinião. Uma típica atitude dos cruzados.

Pergunta: Gostaria de saber se você ou a Anistia Internacional tem conhecimento a respeito dos últimos atentados terroristas da direita na Argentina em que houve participação do SNI do Brasil, do Uruguai, de Israel, e, por fim, do pior de todos, da CIA.

Carlos Comitini: Realmente não sei. Não poderia responder com certeza a essa pergunta. De qualquer maneira, e também é uma resposta muito pessoal, o processo que está vivendo a Argentina neste momento é consequência do aparato repressivo não ter sido desmantelado, continuar intacto. É o que posso responder com relação a isso.

Pergunta: Como foi criada a Anistia Internacional, qual a sua história, quais as suas armas reais para impedir a tortura nos países?

Carlos Comitini: Bom, a Anistia Internacional nasceu da iniciativa particular de um advogado inglês, Peter Benenson, preocupado diante da detenção de uns estudantes portugueses em 1961 que estavam brindando pela liberdade num bar em Portugal e foram presos. Benenson soube disso e fez um artigo para um jornal inglês — *The Observer* — solicitando às pessoas que soubessem de prisões por motivos de consciência, que entrassem em contato com ele. A Anistia nasceu assim de uma simples idéia, em 1961, e hoje somos mais de 550 mil pessoas no mundo inteiro e estamos atuando de forma organizada em 150 países entre os quais o Brasil, há 4 anos. Quanto às armas reais para impedir a tortura nos países, acho que temos que ser um pouco mais humildes, não na pergunta e sim na resposta. Realmente, na medida que passa o tempo, se tem a sensação de que as nossas armas são cada vez menos fortes, menos efetivas. Em muitos casos temos a sensação de ter que nos multiplicar por mil, pois longe de acompanhar a evolução da ciência na humanidade, parece que há determinados componentes dessa humanidade que se comportam cada vez mais como monstros à margem dela e ela vai se reproduzindo, vai se modificando. A repressão tinha sua característica específica na época das Cruzadas, tinha outra característica há 20 anos atrás, tem outra hoje e terá outra amanhã. Ela vai se modificando. Há prisões onde os ratos e baratas já não caminham em cima dos prisioneiros. Elas são limpas, tão limpas que as celas são brancas, e tão brancas são que não têm janelas, e tão brancas são elas que não precisam de luz, e tão limpas que não entram cheiros, e tão fechadas que não se ouve ruído nenhum da parte externa, tão limpas são estas celas que as pessoas que ficam ali, evidentemente, se têm condições de se suicidar vão se suicidar, caso contrário vão ficar loucas. Então a repressão vai «evoluindo» e exige a nossa evolução na busca de ferramentas de luta contra ela, da luta contra a tortura. Eu acho este momento que estamos vivendo, e não vou falar da Anistia, quero falar do *Grupo tortura nunca mais*, uma ferramenta na luta contra a tortura. Essa é a minha resposta.

* * *

DR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH

Quero, primeiramente, agradecer a oportunidade de participar deste debate, sob os auspícios do *Grupo tortura nunca mais*, do Rio de Janeiro. Isto tem, para mim, uma significação muito especial pois foi aqui, no Rio de Janeiro, em 1978, que se fundou o *Comitê brasileiro pela anistia*, uma das entidades democráticas mais importantes que o País conheceu nos últimos anos. Verifico hoje também ser aqui, na cidade do Rio de Janeiro, que estamos renovando o compromisso da caminhada na luta permanente contra a tortura.

Quero saudar, igualmente, a constituição da Associação brasileira de familiares de mortos e desaparecidos políticos, entidade que está em convergência de propostas com o *Grupo tortura nunca mais*.

A presença de todos nós aqui é a demonstração mais enfática de que no Brasil as luzes não se apagaram, a cortina não baixou e de que os espectadores não foram embora. Estamos discutindo, num momento importante para nosso País, momento este em que se dá a disputa ideológica entre os que defendem e são coniventes com a prática da tortura e os que a combatem vigorosamente.

Sendo o último a falar, é difícil para mim acrescentar alguma coisa ao que já foi dito por Laércio, Nilo, Hélio Pellegrino. Da. Cyrene e pelo companheiro da Anistia. Vou ter, no entanto, esta ousadia, seguindo de perto o roteiro de Hélio Pellegrino.

A tortura foi institucionalizada no Brasil a partir de 1964 e é parte integrante da Lei de Segurança Nacional, que pressupõe um formidável aparelho de repressão policial-político. Quero, porém, falar de um fenômeno ainda mais grave que o da prática da tortura: o do «desaparecimento político». Para além do aparelho de repressão, das torturas, o Estado se utilizou do «desaparecimento» de pessoas por motivação política como a forma mais acabada de se absolver de responsabilidade em relação aos detidos.

Os fatores que configuram esta prática, dos quais trataremos a seguir, davam uma grande vantagem aos aparelhos de repressão. Em primeiro lugar, o imobilismo inicial dos fami-

liares das vítimas, que, temerosos de prejudicar seus entes queridos, aguardavam notícias em silêncio, visto que, nessa fase da vida política brasileira, geralmente os perseguidos políticos eram obrigados a usar nomes falsos para prosseguir em sua militância e em liberdade; por sua vez, os organismos de segurança, ao seqüestrarem as vítimas, não assumiam a responsabilidade de sua prisão. Quando famílias e advogados, por fim, iniciavam gestões para localizar a pessoa desaparecida, já havia decorrido tempo suficiente para que os órgãos repressivos tivessem dado fim à vítima, ocultado o corpo e eliminado todo vestígio que pudesse dar uma relação de causa e efeito, uma relação de autoria de responsabilidade.

O crime de desaparecimento político é o mais degradante possível praticado contra o ser humano. A vítima é privada de toda a sua identidade pessoal, civil, política e social. Passa a não existir, existindo. Sendo vítima, não o é. Estando presa, é como se solta estivesse. O desaparecimento político, no plano jurídico, não é qualificado em nossas leis; os familiares dos desaparecidos, por sua vez, são lançados num verdadeiro calvário. De um lado, esperando que seus familiares apareçam, numa agonia que não termina. Sentindo uma enorme culpa e frustração, passam a acreditar que seus familiares desapareceram por terem iniciado a busca «com atraso». A dor que mais corrói o familiar de um desaparecido, em geral manifestada nos escritórios de advocacia, é esta: «Talvez, se eu tivesse começado a procurar um dia antes, uma hora antes, poderia tê-lo salvo». Eis aí o sentimento de culpa torturante, que se perpetua no tempo.

Ademais, é um crime altamente degradante para o Estado que o pratica. É importante que se diga — (como já o fez Hélio Pellegrino) — que, efetivamente, neste País e na América Latina, nos países governados sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, as Forças Armadas Nacionais foram instrumentos e agentes da tortura, da morte e do desaparecimento de milhares de pessoas. E não foi uma atuação a nível dos praças e sargentos, de subalternos, mas também da oficialidade superior em seus mais altos graus. Não foi ação de poucos, mas de todos. Não foi exceção. Foi regra. Na repressão à Guerrilha do Araguaia, a história do Exército brasileiro, da nossa Marinha e da Aeronáutica é absolutamente degra-

dante. Os mortos em combate tinham suas cabeças cortadas, envolvidas em sacos e enviadas a Brasília para reconhecimento das vítimas. Oficiais das Forças Armadas envolvidos nesse conflito decepavam as mãos dos cadáveres para submetê-las a exames datiloscópicos. As pessoas mortas eram fotografadas, filmadas, projetadas em slides para os prisioneiros sobreviventes, para efeito de identificação. Tudo isso foi feito no Pelotão de Investigação Criminal-PIC, de Brasília, como a participação de oficiais generais do Exército, entre eles, o general Antônio Bandeira e o general Hugo Abreu.

Isso comprova, também, que do ponto de vista do Direito Internacional, igualmente, houve o mais absoluto desprezo às normas vigentes por parte das Forças Armadas brasileiras. Jamais respeitaram as convenções nem os tratados internacionais sobre as leis de guerra. A convenção de Genebra, por exemplo, à qual o Brasil está filiado, afirma que, quer nas lutas externas, quer nas revoluções internas, as partes beligerantes têm o direito de saber do seu antagonico:

- 1º) Onde estão enterrados os seus mortos pelos adversários;
- 2º) Quais são os dados descritivos e circunstanciais da morte de cada um dos combatentes.

Além disso, em seu artigo IV, a Convenção de Genebra estabelece ainda que os estados beligerantes, quer com potências estrangeiras, quer internamente, são obrigados a fornecer à parte contrária todas as informações sobre aqueles a quem aprisionou, que foram mortos em combates e o local onde foram ou estão sepultados. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica brasileiros não fizeram nada disso. Ignoraram a Convenção Internacional de Genebra. Até hoje, os familiares batem à porta do Judiciário para obter a certidão de óbito daqueles que o Estado tem fotografado, filmado, absolutamente identificado. Este, no entanto, nega-se a dar aos familiares este direito, que lhes é garantido por leis internacionais.

Pode estar reinando a paz no Brasil, mas não é a paz fruto da justiça e sim a paz do cemitério, fruto do mais absoluto desprezo pela vida humana por parte das instituições que têm a competência constitucional de zelar pela segurança dos cidadãos. Sob a égide da Lei de Segurança Nacional, é impressionante o desprezo que as Forças Armadas têm pela vida.

A melhor definição que se tem do espírito da doutrina de Segurança Nacional é a de Clausewitz sobre a guerra, invertendo-se seus termos. Enquanto este afirma que «a guerra é a continuação da política por outras formas», a doutrina de Segurança Nacional pressupõe que «a política é a continuação da guerra por outras formas».

Quando se escrever a verdadeira história do Brasil nos vinte e um anos de regime militar, e neste prolongamento que se diz «transição democrática», saberemos o que aconteceu realmente nos porões dos seus órgãos repressivos. Crianças foram aprisionadas com seus pais e torturadas diante deles. Pais e filhos permaneciam presos, incomunicáveis. Houve até listas de oficiais militares, cujas esposas não podiam gerar filhos, que cobiçavam os filhos dos prisioneiros políticos seqüestrados.

Houve casos de mulheres grávidas submetidas a torturas. Inúmeros abortos provocados pelas sessões de suplícios, e aqui vai um preito de homenagem às mulheres brasileiras, a essas combatentes da liberdade, da dignidade e da transformação no Brasil.

Tivemos casos de simulação de fuzilamento, enforcamento, atropelamento, de resistência à prisão. Eduardo Leite, o Bacuri, preso no DOPS paulista, pôde ler, com seus próprios olhos, o jornal que estampava a notícia de sua própria fuga. Foi-lhe dado ler, com antecipação, a nota oficial que sairia na imprensa. Quinze dias depois, foi encontrado morto. Segundo a falsa nota, travara-se um tiroteio, ele resistira à prisão e fora morto. Seu assassinato foi planejado fria e calculadamente e ocorreu em dependências militares do Forte de Itaipu, em Santos.

Temos casos de mutilados em consequência das torturas; seqüelas psíquicas e físicas às quais as vítimas estão condenadas para sempre.

E quer queiramos ou não somos responsáveis para que tudo isso cesse definitivamente. Na luta contra a tortura, contra o assassinato político, contra o desaparecimento, devemos ser solidários, porque um seminário como este não deve ser um muro de lamentações, ao contrário, será o marco solene do compromisso de todos nós que gritamos: *nunca mais nesse país!*

Por fim, sobre a questão da anistia e os torturadores. Meus amigos, se a anistia não valeu em plenitude para os perseguidos políticos, se pretende que ela valha para os responsáveis pelos crimes aqui relatados. É que quatro foram as condições estabelecidas por lei para que uma pessoa pudesse ser anistiada no Brasil. A *primeira*, que fizesse um requerimento; a *segunda*, que se submetesse a um exame físico cujo resultado deveria ser compatível com o último exame médico realizado antes da punição; a *terceira*, a existência de vaga; a *quarta*, o interesse público na volta do servidor anistiado. Por exemplo, imagine que uma pessoa, dez anos depois de punida, se encontrasse nas mesmas condições físicas de antes, e, de susto, ainda se o seu substituto falecesse, abrindo naturalmente a vaga, o anistiado teria ainda que passar pelo critério do «interesse público» na recontração.

Quando se promulgou a Lei da Anistia, em São Paulo éramos desgovernados por Paulo Maluf. Imaginem, senhores, se ele tinha interesse público na recontração de um perseguido político... Por isso, nos anais do CBA, os índices de não-anistiados são os seguintes: entre os servidores civis, 90% não foram anistiados e os 10% restantes o foram especialmente nos casos relativos à universidade. Entre os militares, esse índice atinge 95%, ou seja, 95% dos militares punidos, portanto anistiáveis, não foram anistiados, e os 5% restantes, que o foram, somente conseguiram através do Poder Judiciário.

Tanto o Exército, quanto a Marinha e a Aeronáutica tiveram a desfaçatez de imprimir um carimbo único para as respostas aos requerimentos dos militares, carimbo que ficou conhecido como IPFAL, ou seja, «Indeferido por falta de Amparo Legal». Qualquer que fosse a situação do militar, o carimbo era o mesmo. E essa questão, que se dava na época do regime militar, se perpetua até agora. Há uma semana atrás, o Congresso Nacional deixou de votar uma ampliação da anistia.

Entretanto, para si, o regime militar não incluiu subterfúgios para resguardar os seus torturadores e também para escapar ao problema dos desaparecimentos por motivos políticos. Fê-lo explícita e incisivamente. Para os torturadores, a conexão, a suposta conexão, como bem disse o Laércio e o Nilo, os beneficia. E o Estado dá as certidões de óbito por

morte presumida aos sucessores dos desaparecidos. Não se trata de discutir se a tortura é crime político ou comum. É crime comum. Não há discussão! Trata-se de discutir a tese sobre se mesmo na Lei de Anistia a tortura está contida no seu contexto.

Acho que os torturadores não estão beneficiados pela Lei de Anistia. É que a tortura é crime de sangue. O assassinato é crime de sangue, e, portanto, não é anistiável pela própria Lei de Anistia dos militares.

Igualmente, para se furtarem à responsabilidade pelos desaparecidos, os governantes militares estabeleceram o «atestado de óbito por morte presumida» ou a «declaração de ausência por morte presumida» na Lei de Anistia.

Nenhum familiar de morto ou desaparecido aceitou tal dádiva porque as mortes não foram presumidas, foram determinadas. Sabe-se o local e os agentes que atuaram no suplício às vítimas.

* * *

Pergunta: Como eram escolhidos os torturadores? Opção própria ou indicação dos superiores?

Luiz E. Greenhalgh: No momento em que se dá a institucionalização da tortura como forma intrínseca e essencial ao regime militar, não se escolheram mais alguns torturadores dentro das Forças Armadas. Treinou-se toda a tropa e toda a oficialidade para a prática da tortura. Aqui mesmo, no Rio de Janeiro, na Vila Militar, foram dados diversos cursos de tortura, tendo os presos políticos como cobaias. Por isso, não acho que se deve considerar o aspecto psicológico do torturador. Entendo que se enfatizarmos a idéia de que o torturador é um neurótico, psicopata ou portador de alguma outra enfermidade mental, vamos ter que internar toda Força Armada — o Exército, a Marinha e a Aeronáutica — em hospitais psiquiátricos. Porque todos participaram da tortura ou estavam aptos a torturar de uma ou de outra maneira.

Pergunta: Juridicamente há condições de se rever ou fazer modificações legais na anistia sem afetar o processo democrático?

Luiz E. Greenhalgh: O Congresso Nacional, que tem força para substituir um Presidente Civil, tem de ter força para alterar as leis de exceção que existem e vigoram ainda plenamente no País. Existe uma lei que estabelece o seguinte: «Prescrevem em cinco anos, a contar da data dos fatos, todas as ações de responsabilização da União, dos Estados e dos Municípios». Esta é a lei que nos é apresentada como anteparo do Estado toda vez que uma ação de familiar de desaparecido ou assassinato político ingressa no fórum. Porque as mortes e os desaparecimentos tiveram como data-limite, se se pode dizer assim, o ano de 1976, quando no mês de janeiro foi assassinado o operário Manuel Fiel Filho. A partir daquela data, não se tem notícia de morte ou desaparecimento de pessoas por motivação política.

Porém, os familiares dos mortos e desaparecidos somente tiveram condições de ingressar em juízo buscando a reparação civil, moral ou a responsabilização judicial dos culpados por esses crimes a partir da promulgação da Lei de Anistia. O decreto que a regulamentou é de fins de 1979. Como os meses de janeiro e fevereiro de 1980 eram de férias forenses, somente a partir de março é que foi possível entrar com tais ações. Portanto, já estavam prescritos, por essa lei, todos os direitos dos familiares dos desaparecidos e mortos antes de 1975. Ora, como essa prática repressiva teve uma incidência muito marcante até 1974, o governo já se auto-absolveu antecipadamente de qualquer responsabilidade jurídica nesses crimes. Aos advogados se impõem exercícios mirabolantes de interpretação da lei para poder levar avante qualquer ação desse tipo.

Se consideramos que os crimes de seqüestro e desaparecimento são crimes permanentes, não pode correr prescrição. Até mesmo a hipótese de que a prescrição só poderia ser contada a partir do dia em que os autores adquiriram condições fáticas de ingressar em Juízo é falsa pela permanência do crime.

Esta é a primeira lei que precisamos acabar. Tortura, morte, desaparecimento são crimes imprescritíveis e, como tal, devem ser tratados pelo Poder Judiciário. Recentemente, o Presidente da República assinou na ONU uma Convenção Internacional contra a Tortura e os Tratamentos Desumanos, Degradantes e Cruéis, estando obrigado, portanto, a fazer

alterações legais no Direito Interno. O assunto foi amplamente tratado na televisão e jornais, mas eu pergunto: qual foi a alteração feita internamente para adequar a legislação penal ou civil brasileira nos crimes de responsabilidade do Estado ao que estabelece a Convenção Internacional contra a Tortura?

Muito me sensibilizou ouvir a mensagem do médico Dr. Pedro Henrique de Paiva. A questão dos médicos é uma questão impressionante. Os médicos vinculados aos organismos de segurança colaboraram com a tortura no país. Eram eles que diziam aos torturadores quando podiam continuar torturando e quando deveriam interromper os suplícios para que a vítima se refizesse, para ser novamente torturada, em «boas condições».

Foram os médicos legistas ligados ao aparelho de repressão que falsificaram os laudos necroscópicos, alterando as *causa mortis* de centenas de vítimas. Havia depois da anistia, a possibilidade de punição disciplinar, perante os Conselhos Regionais de Medicina, desses profissionais cujos diplomas poderiam ser cassados, impedindo-se o exercício da medicina, que é incompatível com ações de prática de tortura ou conivência com ela. No entanto, foi aprovada no Congresso Nacional uma lei, a chamada *Lei Chibata*, que, da mesma forma que a *Lei Fleury*, beneficiava exclusivamente este tipo de infrator. A lei foi aprovada em 1982 sem que os deputados soubessem em que estavam votando.

Ela estabelece o seguinte: Prescreve qualquer punição disciplinar contra médico por faltas ocorridas no exercício de sua profissão, após dois anos da ocorrência do fato. Quer dizer que, de 1982 em diante, pode-se punir os médicos que participaram de tortura, falsificaram atestados etc. até 1980. Para trás, está tudo prescrito.

Esta é uma lei que nos foi imposta, mas já na fase de transição e é tão absurda que colide com todos os posicionamentos das organizações de direitos humanos.

Devo assinalar também que a prática do desaparecimento, que se restringia ao perseguido político, que era própria dos órgãos de segurança política, está-se espalhando para a população comum. Lá na Cúria de São Paulo, no Centro Santo

Dias, temos registrado casos de desaparecimento de presos comuns em delegacias de bairro, e começamos a investigá-los. Nas delegacias onde estão ocorrendo estes fatos, verificamos sempre a presença de egressos do aparelho de repressão policial-política. Os torturadores foram recolocados, foram transferidos e estão agora nos aparelhos policiais comuns onde prosseguem com a prática do desaparecimento de pessoas, que aprenderam no aparelho político e estão agora quantificando este método. Não sei se aqui no Rio de Janeiro ocorrem casos semelhantes, mas gostaria de alertar a todos sobre estas questões. Em São Paulo já temos 17 casos e é uma estranha coincidência que na lista dos funcionários das delegacias conste sempre alguém do DOPS, ou DOI-CODI, da *Polícia Militar* ou do *Serviço Reservado da Polícia Militar*. Quer dizer, a fera não se satisfaz senão devorando, e temos que impedir isso. É uma questão fundamental neste País.

Naqueles anos de obscurantismo, houve também inúmeros empresários que financiaram os grupos paramilitares e hoje devem estar por aí posando de democratas. Seria importante levantar o nome desses empresários. A OBAN, experiência-piloto de repressão policial política, da qual Hélio Pellegrino falou, foi fruto da junção de setores do empresariado com o aparelho de repressão militar. Havia um dar e receber, um ir e vir entre ambos, e, como os empresários se sentiam ameaçados pela luta revolucionária de oposição ao regime, e como os militares também estavam ameaçados, uniram-se. A OBAN, Operação Bandeirantes, foi um projeto que deu certo — infelizmente — e, ao terminar o regime de exceção, os empresários continuaram ligados à repressão, cujo sistema está intocado.

Essas formas de entendimento de que a violência urbana tem que ser combatida com a pena de morte ou com o incentivo aos «justiceiros» decorre do prolongamento, a nível de população, dos mesmos princípios da Lei de Segurança Nacional. Por trás dessa campanha estão certamente as mãos dos empresários e os militares.

Acho que devemos denunciar tudo isso, escancarar, gritar. Meu compromisso é pessoal. Com 37 anos de idade, já vi coisas que esperava não ter visto normalmente nem aos 90, se lá chegasse. Vi coisas estarrecedoras. Portanto, não me importa que digam que estou fazendo «hora-extra», que me considerem

incômodo aos festins da Nova República, não quero atrapalhar a Nova República, mas quero que ela cumpra efetivamente dois deveres: o de ser realmente uma República e de ser Nova, para que não haja tortura nunca mais.

Na semana passada, inauguramos em São Paulo, tombamos como patrimônio histórico da cidade o que restou do Presídio Tiradentes, o arco de entrada, por onde passaram centenas de presos políticos, de torturados. O Presídio Tiradentes fica em frente ao Batalhão Tobias Aguiar, da PM.

Durante a cerimônia, desfilaram por ali as autoridades estaduais e governamentais do Estado que em seus discursos destacavam o sacrifício de tantos brasileiros que ficaram ali reclusos, esquecendo-se, no entanto, de apontar que aquele presídio deveria ser visto como um símbolo que detivesse os militares, que fizesse com que os militares instalados em frente ao presídio, na sua prática cotidiana de repressão, olhassem para o arco e pensassem no que não deveriam fazer. Você tem direito de dizer o que sofre. Mas não o de dizer quem fez você sofrer.

* * *

Pergunta: Como você vê o fato de um ex-exilado, como o governador Leonel Brizola, manter torturadores na cúpula da PM e do Corpo de Bombeiros?

Luiz E. Greenhalgh: Qualquer governador, tenha sido ou não exilado, não pode manter nos quadros da PM ou da Polícia Civil pessoas notoriamente vinculadas à tortura. Deve afastá-las. Penso veicular nesta Constituinte que se avizinha através de algum deputado ou companheiro um projeto de lei que estipule o seguinte: «qualquer servidor policial, civil ou militar, autor de tortura ou de corrupção será afastado de suas funções, até a decisão final da justiça». Com isso, vamos começar a separar o joio do trigo e o cidadão irá pensar duas vezes antes de aceitar uma «caixinha» ou antes de colocar alguém no «pau-de-arara».

O torturador, o corrupto, são servidores públicos assalariados. O inaceitável é que nós pagamos aos nossos torturadores, para que deixem seqüelas físicas, mentais e familiares. Você paga e financia seu próprio torturador. Isto é incompatível com a vida em sociedade.

Portanto, temos que afastá-los imediatamente até a decisão final da justiça, concedendo-lhe um julgamento exemplar, direito de defesa e tudo o mais que eles não nos deram nos 21 anos de regime militar.

Ou se transforma ou se brinca de transformar. Ou se muda ou se dá verniz. Urge uma mudança efetiva, real, e, por isso, sou contra a manutenção de torturadores na Polícia Militar, no Exército, na Marinha, na Aeronáutica, no Corpo de Bombeiros etc. e de corruptos também.

* * *

Pergunta: Qual a lei que garante que, se a gente começar nessa batalha, os militares não irão dar outro golpe?

Luiz E. Greenhalgh: É evidente que existe pânico, que ninguém quer voltar ao passado. Acho que precisa haver um pouco mais de dignidade e de coragem para enfrentarmos essas questões. Creio que, tentando desviar-se do problema real para não açular os militares, a gente está contribuindo para a instabilidade do regime democrático que está nascendo agora. Ou consolidamos este regime para valer, ou ficamos nos desviando desses problemas, demonstrando nossas fraquezas, fazendo com que os militares se sintam cada vez mais fortes, e, de uma hora para outra, tentem voltar ao poder. Essa garantia nós não temos. Ou melhor, só teremos se enfrentarmos tais questões com coragem e decisão.

Comparemos o processo de redemocratização do Brasil e o da Argentina.

O da Argentina foi feito pela União Cívica Radical, Alfonsín é um liberal, não é nenhum revolucionário, e os generais militares das Forças Armadas estão há sete meses presos para responderem por seus crimes. E serão condenados. Lá, o relato desses crimes pelas testemunhas é assistido por uma comissão oficial, representando o Governo. Aqui, quem publicou um relato sobre torturas foi D. Paulo Evaristo Arns, no livro *Brasil nunca mais*, e ainda assim dizem que vai ser processado. O governo brasileiro — quando se toca nessas questões — diz que está havendo provocação, que isso gera instabilidade. Porém, o que gera instabilidade é a atitude de avestruz, é fingir que o acontecido não aconteceu.

Temos que nos organizar e mobilizar a nível de população; temos que relatar tudo o que os cidadãos brasileiros sofreram nesses 21 anos. Isso é memória, é a nossa história.

É preciso mostrar às gerações futuras a experiência negativa que se viveu durante os anos de repressão, para que ela não se repita *nunca mais*.

Não devemos ter medo de ser chamados de revanchistas. Devemos lutar pela responsabilização judicial de todos os culpados pelas mortes e desaparecimentos de pessoas por motivos políticos em nosso País. Devemos lutar pelo surgimento da verdade, só vamos virar a página dessa história, desse período, quando tudo estiver absolutamente esclarecido, e os responsáveis julgados e condenados. Não queremos mais a mímica da democracia, queremos exercitar a verdadeira democracia. A democracia não é um faz de conta. Ou ela é, ou ela não é.

Para encerrar — como todos os que me precedem incurSIONARAM pelo campo da poesia — quero dizer que esta é uma luta que vale a pena ser travada, como diz Fernando Pessoa: «Vale a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena».

4ª Mesa

(31/10/85)

Leitura da peça
A PANDORGA E A LEI,
de João das Neves
Exibição do vídeo
SÔNIA MORTA E VIVA,
de Sérgio Waismann
— *debate*

PROF. JOÃO LUIZ DE MORAES

PROF. JOÃO LUIZ: Meus amigos, vamos iniciar nossa 4ª mesa do *Seminário tortura nunca mais*, que vai se constituir da leitura da peça de João das Neves, *A Pandorga e a Lei*, que foi proibida porque atentava contra a Lei de Segurança Nacional.

(A peça é lida e o vídeo é exibido)

Prof. João Luiz: Convido Frei Betto, convido o autor da peça, João das Neves, convido o nosso amigo e responsável pela execução desse vídeo, Sérgio Waismann, e, deixei para o fim, de propósito, nosso querido amigo, que prestou grande colaboração e foi o responsável pelos momentos mais emocionantes do nosso vídeo, o ator Carlos Vereza.

Desejaria que essa mesa não fosse só de homens para prestar uma justa homenagem à valorosa mulher brasileira, à mulher-resistência, à mulher-coragem. Por isso resolvi, e

peço desculpas a vocês pela escolha, convidar minha companheira, minha mulher, Cléa.

Vou dar a palavra, pela ordem de chamada, a Frei Betto, para que ele nos diga como viu a nossa peça e o nosso vídeo.

* * *

Frei Betto: Bem, estou muito emocionado porque foi um encontro com muitas coisas que a gente viveu na carne, viveu no espírito.

Esta noite revi muitos irmãos e vários que são meus santos da primeira devoção: os companheiros com quem convivi na luta e na prisão e que foram assassinados pela ditadura militar. Acho que o João das Neves conseguiu montar um texto bastante forte, significativo, profundo, sobre o que foi aquele período. É um retrato dos porões da ditadura militar que, infelizmente, continuam pouco conhecidos. As elites brasileiras, entre outras artimanhas, conseguiram quase suprimir a memória histórica de nosso povo. Sabemos mais no Brasil a respeito da Revolução Francesa do que sobre a Revolução dos Alfaiates. Sabemos mais no Brasil sobre as viagens de Marco Polo que sobre a trajetória da Coluna Prestes. Somos um povo desmemorizado e é uma tarefa política extremamente urgente e importante essa de trazer à tona tudo o que se passou nesse país, porque quando as pessoas sabem, elas não esquecem, se lembram e podem impedir que aconteça de novo.

Acho que o espetáculo é um mosaico que abrange a repressão na sua múltipla dimensão, ou seja, uma repressão que não fez nenhuma distinção de classe, uma repressão que envolveu todo o aparelho militar, policial e de Estado.

É uma mentira dizer que houve excessos e abusos. Cada quartel, cada delegacia desse país foi transformado num centro de tortura, e para essas torturas foram importados equipamentos especializados, foram construídas salas, sistemas de som. Até a questão dos animais, como o João das Neves mostrou, agora está técnica e oficialmente documentada no livro publicado pela Arquidiocese de São Paulo, sob a responsabilidade do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, *Brasil, nunca mais*.

O vídeo do Sérgio também me tocou muito, porque participei, em São Paulo, das cerimônias litúrgicas por ocasião da exumação dos restos mortais de Sônia. Esse vídeo traz para a gente, centrado na figura de Sônia e Stuart, como um close, o que foi o conjunto da repressão e como se combinaram, nesse Brasil, a farsa do milagre econômico, dos campeonatos de futebol e a maneira como o Estado se transformou num mero aparato policial, perseguindo o que havia de mais puro e mais idealista na juventude brasileira. Queria dizer a vocês, por um dever de justiça, que discordo daqueles que acham que nossa luta foi um erro. Foi a única luta possível, naquele momento. Não havia outra alternativa. O erro não foi lutar. O erro não foi enfrentar um exército poderoso, porque há quatro anos o povo pobre e heróico da Nicarágua enfrenta o mais poderoso exército do mundo, que também foi enfrentado e derrotado pelo povo do Vietnã. Em 1961 o governo americano invadiu Cuba e foi derrotado. E também não é porque nós tínhamos armas velhas. É porque nós não tínhamos o essencial para a transformação de um país que é a efetiva *participação dos trabalhadores*. Nós excluímos, por deficiência ideológica, por extração de classe, por força das circunstâncias políticas, naquele momento, onde a caixa de ressonância da conjuntura brasileira era a universidade e não as portas das fábricas ou os conflitos da zona rural; nós excluímos o único setor capaz de operar com todo o vigor a transformação nesse país. Por isso, sempre repito que prefiro agora correr o risco de errar com a classe trabalhadora do que ter a pretensão de acertar sem ela. É o que tenho a dizer.

Carlos Vereza: Não quero entrar em considerações estéticas, pois isso demandaria um pouco mais de tempo para aprofundar sobre a construção de texto, etc. e tal, embora tenha visto um desenho dramático extremamente eficiente, uma bela peça, que espero seja encenada o mais rápido possível.

Em relação ao vídeo do Sérgio, estou envolvido. Não gostaria de falar esteticamente, embora também ache que é extremamente contundente, emocionante, porque é artisticamente bem feito e, no rigor formal, muito bem executado. Ele seria menor, se fosse um vídeo panfletário. Seria pobre, se fosse apenas um vídeo de propaganda. Ele é feito com a sensibilidade da indignação, mas com o rigor que acho que qualquer

obra deve ter. O conteúdo formal que uma obra desse porte exige. Só estou me perguntando o seguinte: será que basta a nossa indignação? Essa platéia é cúmplice, todos somos cúmplices. Todos nós estamos indignados, emocionados, choramos, e pergunto: — e depois? — Quando sairmos daqui, será que vamos fazer uma catarse emocional — aqui? — e lá fora a vida continua. Eu me pergunto por que na época mais extrema da tortura a classe média não se sensibilizava com ela. Infelizmente, nós estamos acostumados com a violência cotidiana. Nós batemos nos nossos filhos, somos violentos com nossas esposas, somos violentos na disputa da propaganda política, somos menores quando fazemos um discurso político, continuamos repetindo o mesmo discurso de 21 anos atrás. Basta ver o candidato que está à frente na estatística de São Paulo, que foi um dos detonadores da tragédia de 1964. Então, acho que a grande questão que se coloca é nós fazermos indagações éticas. Nós precisamos mudar o discurso de Macunaíma, essa coisa de tentar impingir ao povo brasileiro que nós somos Macunaíma. Macunaíma é um belo momento da literatura, um belo filme, um belo momento de teatro, mas não serve como comportamento ético de um povo. O próprio Mário de Andrade havia sacado isso em cartas que, depois de 50 anos, pediu que fossem publicadas. É preciso, acho, para acabar com a tortura, começar dentro de casa: não bater mais nos nossos filhos, não brigar a nível de violência física com as nossas mulheres, para que se restaure ou instaure a *delicadeza* nas nossas relações. Desde a colonização, os jesuítas espetavam as crianças que não sabiam tabuada com um prego na ponta de um bambu, outras ficavam ajoelhadas no milho ou apanhavam de palmatória. Nós precisamos criar toda uma infraestrutura de hábito contra a violência. Prestemos atenção à música de Elis Regina: «...o Brasil não merece o Brasil...». Façamos por merecer esses heróis, façamos que a morte deles não tenha sido em vão. Por favor, não vamos repetir o mesmo vídeo-tape.

João das Neves: Eu não teria muito a falar. Acho que nós, eu e os atores, tentamos mostrar alguma coisa através da peça, mas nesse início de conversa, gostaria de lembrar dois ou três fatos muito importantes que se passaram aqui neste Seminário. O primeiro foi a afirmação do Hélio Pellegrino de que a violência dos órgãos de repressão no Brasil é uma violência política.

Junto a isso, junto a essa afirmação, que é preciso que não seja esquecida nunca, eu diria que a nossa violência, se nós temos alguma tradição histórica nesse país tão esquecido da sua história, é social, das classes dominantes. O segundo fato é que essa violência é uma das violências mais brutais de toda a face da terra. As classes dominantes do Brasil sempre foram profundamente violentas. A tal ponto nós nos esquecemos e absorvemos no cotidiano essa violência, que só para dar um exemplo, que talvez vá assustar muitos de vocês, porque me assustou ao dar conta dele. Muito bem. O Brasil aboliu a escravatura em 1888. No ano de 1985, existe neste país — que tem uma das arquiteturas mais avançadas do mundo, mais elogiadas, mais decantadas, uma engenharia civil admirável — no edifício onde moramos, uma coisa chamada «dependências de empregada». Isso só existe no Brasil! Nós somos Brasil. E mais, nas dependências de empregada, a luz não tem obrigação de entrar. Isso está nos nossos *dispositivos de construção civil*. Então, como é que nós, numa figura tão clara do que é a violência social em nossas vidas, nos habituamos tanto que não nos damos conta disso? Precisamos, com mais clareza ainda, perceber que a violência que existiu nos últimos vinte anos existiu sempre na história do Brasil. Foi institucionalizada nesse período mas sempre existiu. Ela é um de nossos «patrimônios históricos» mais caros. Esse, sim, precisa ser derrubado. Falei do caso dos quartos de empregada porque é uma violência à qual nós nos habituamos. A nossa vida está impregnada dela. O terceiro fato sobre o qual eu queria chamar a atenção é o que o Vereza, neste vídeo maravilhoso, falou sobre a nossa atitude de revolta: a nossa procura da justiça não é revanchismo. Evidente que não é.

Eu não queria me prolongar, mas só quero deixar claro o seguinte: as Forças Armadas brasileiras precisam compreender, de uma vez por todas, que nesses últimos vinte anos também foram degradadas, também foram reduzidas, por sua ação institucional, à condição de puros torturadores. Só com a recuperação das Forças Armadas — que só poderá se dar quando elas próprias estiverem convencidas de que são as primeiras interessadas em apurar toda a violência praticada — todas as torturas acontecidas durante esses anos — poderão recobrar sua dignidade e ser aplaudidas em praça pública.

Sérgio Waismann: A primeira coisa que eu quero é fazer um reparo ao Vereza e ao Frei Betto que sentiram o vídeo como se fosse do Sérgio. O vídeo é de todos nós. Fui apenas um simples «costureiro» que tentou passar um pouco de uma época da qual, infelizmente, fiz parte. Da geração que não viveu como deveria. No meu caso, talvez por minha culpa, talvez por culpa da instituição ou não sei de quem. Mas me considero parte integrante, como a Moema falou tão bem, da juventude alienada da zona sul. Mas de uma certa forma fui envolvido por duas razões. Primeiro, por Sônia ter sido minha professora, segundo, por trabalhar nesse meio de televisão, que é um meio alienante, dentro dos formatos convencionais, e falo isso por uma razão muito simples, é que por trabalhar em televisão sempre me senti muito frustrado por só realizar trabalhos conforme os moldes de televisão, que infelizmente são muito limitados a nível de conteúdo, por razões óbvias. Então, basicamente — e o Frei Betto falou muito bem — o meu objetivo maior foi fazer um trabalho para a televisão com os limites da televisão comercial. Para minha geração, foi uma surpresa o decorrer da realização desse documentário, pelo nível de desconhecimento das pessoas, que absolutamente não acreditavam no que viam, nem nos depoimentos. Para mim foi uma honra, um aprendizado, a participação nesse documentário. Apesar de algumas críticas que foram feitas em relação ao formato, queria deixar bem claro que o nosso objetivo foi, principalmente, a divulgação dessa parte da memória brasileira para a geração que, infelizmente, não participou desse contexto. Quero agradecer ao «major» por me ter convidado a realizar o vídeo. Falei «major» porque fui aluno dele, há 15 anos atrás, na admissão e, na época, ele era carinhosamente chamado assim. Finalmente, espero que trabalhos como este não sejam mais necessários no futuro. É só isso.

Cléa Moraes: Eu só quero agradecer a presença de vocês. Para mim esse vídeo é muito importante porque não é só a história de Sônia. É uma denúncia política. É a história de muitos jovens da década de 60, 70. Por isso estou muito feliz do vídeo estar sendo aceito. Ele já foi classificado para o Fest-Rio. E vamos concorrer. Vamos ver o que acontece. Muito obrigada.

Prof. João Luiz: Certo, é essa a história do nosso vídeo. Bem, sobre a peça do João das Neves, não vou dizer nada. Aliás não

fui convidado para falar nem sobre a peça nem sobre o vídeo. Mas a peça é um elemento fabuloso de denúncia, logo é válida. Foi o que tentamos fazer com o nosso vídeo. Já que não há formas jurídicas, já que não há outra maneira de responsabilizar os criminosos — as forças de segurança do Exército, da Marinha e da Aeronáutica — por esses hediondos crimes cometidos, só nos resta isso, fazer um vídeo, fazer o *Tortura nunca mais*, divulgar tudo, espalhar pelo Brasil inteiro, pelas universidades, para que todos saibam o que aconteceu nesta terra e o que pode acontecer novamente. Espero que tenhamos atingido nosso objetivo. Estou feliz por ter concluído uma parte do nosso dever de não deixar a morte do Stuart e Sônia em vão. Sônia hoje está cada vez mais viva.

* * *

Pergunta: Betto, quando você fala que prefere trabalhar com os trabalhadores será porque eles estão mais organizados — PT, CUT, CONCLAT — do que a classe estudantil universitária ou a situação do estudante-operário dentro do contexto em que vivemos? está implícita na sua colocação?

Frei Betto: É. Do estudante-operário está implícita na minha colocação. Acho que o movimento estudantil hoje não tem perspectiva fora da aliança com o movimento sindical. Hoje o movimento estudantil não pode repetir o erro que o nosso movimento estudantil cometeu nos anos 60, que foi de não estabelecer vínculos com o movimento sindical, ou de querer inclusive aparelhar esse movimento sindical. Aqui, nesta questão, incluo o operário-estudante ou o estudante-operário.

Pergunta: João das Neves, há algum projeto para a montagem da peça *A Pandorga e a Lei*?

João das Neves: Projeto nós temos, mas essa peça ainda está proibida. A primeira coisa a fazer é tentar a sua liberação. Existe um grupo formado por mim, minha mulher Simone, alguns alunos meus, outros ex-alunos de teatro que se formaram, a Clarice, enfim, algumas pessoas que estão envolvidas na tentativa de montar essa peça em março, abril, do ano que vem.

O primeiro passo talvez tenha sido essa leitura de hoje, porque até a leitura havia sido proibida. No âmbito desse

simpósio nós pudemos lê-la pela primeira vez. De alguma maneira isso, com certeza, vai nos ajudar para que a peça seja finalmente lida pela censura da Nova República e seja liberada, ou então que eles digam definitivamente que a censura foi abolida mas só em certos casos!...

Pergunta: Vereza, você disse tudo o que eu estava pensando, nos emocionamos e ficamos indignados. E agora perguntamos: Qual será o passo que devemos dar para que esse estado de coisas possa mudar, para que tudo não seja apenas uma utopia restrita a este auditório? Seria um trabalho de conscientização?

Carlos Vereza: Acho que é por aí. Não tenho nenhuma fórmula. Apenas acho que não basta detectar que os torturadores foram das Forças Armadas. Acho que havia todo um quadro que propiciava a existência da tortura. Não basta usarmos essa muleta. Essa muleta já era. Sabemos que ela é grave, que ela é assassina, que ela é perigosa, que ela pode retornar. Exatamente para que ela não retorne é que estou preocupado que investiguemos, questionemos nosso comportamento, o nosso dia-a-dia na relação da sociedade brasileira, para que não percamos essa oportunidade na Constituinte. Isto quer dizer que devemos mudar as relações do discurso político, que ainda é colocado a nível de polarização, como se estivéssemos num jogo Vasco X Flamengo, no maniqueísmo de Deus e o Diabo, do Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro e ninguém trabalhando em cima da contradição, do claro-escuro da sociedade brasileira. Ninguém tenta entender como é que foi, como é que nós permitimos, como é que a classe média não se espanta com a violência. Tanto não se espanta que a tortura a presos comuns continua e ninguém fica tão indignado. O que acho é que com a mesma coragem com que os «alvos civis» são tão atacados, pois realmente são alvos mais confortáveis, mais cômodos de serem atacados, que tenhamos a coragem de responsabilizar as Forças Armadas para que elas se conscientizem, de uma vez por todas, que não lhes cabe o papel de tutelar o povo brasileiro.

Frei Betto: Algumas perguntas sobre o episódio de nossa prisão.

Vou aproveitar para fazer um comercial sobre o livro *Batismo de Sangue* onde fiz um relato minucioso sobre a prisão dos dominicanos. Também pedem informação sobre um vídeo

a respeito de Frei Tito. Aliás não é um vídeo e sim um curta-metragem que ganhou o prêmio da categoria no Festival de Cinema em Fortaleza. Foi feito pela Marlene França, que é uma atriz de São Paulo, e ganhou também Menção Honrosa em Brasília, a Margarida de Prata da CNBB. Esse curta-metragem tem vários prêmios e menções no exterior. Qualquer informação adicional, entrar em contato com a Marlene França em São Paulo. Há uma *pergunta de um garoto de 10 anos*, André, que quer saber se teve alguma parte feliz durante as torturas. Acho que, por incrível que pareça, a gente sente muito medo nessas ocasiões, mas o medo deles é maior do que o nosso.

Por isso se degradam tanto, se reduzem tanto, são tão bestiais no processo da tortura. Acho que, no processo da tortura, percebemos o quanto somos muito maiores, muito mais profundos, muito mais gente do que eles, que foram reduzidos a mera engrenagem de um sistema repressivo. Isto nos dá um senso de dignidade, de uma dignidade por uma espécie de compromisso implícito de que jamais, em nenhuma situação, nós faremos o mesmo com eles.

Pergunta sobre o revanchismo (uma voz no meio do plenário):

Frei Betto: É revanchismo, sim, no sentido de que nós temos que apurar até o fundo os crimes que eles cometeram. Mas em nenhum momento, em nenhuma circunstância, ainda quando tivermos o poder, podemos admitir a tortura de quem quer que seja.

Perguntam também sobre a «tortura moderna», imposta aos freis Leonardo e Clodovis Boff.

Frei Betto: A Igreja tem muito mais pecados do que a gente pensa e imagina. Jesus diz que a árvore se conhece pelos frutos. Mas nem sempre os frutos denunciam a qualidade da raiz. Eu ainda acredito na qualidade da raiz do cristianismo. Hoje o poder na Igreja espelha essa atitude autoritária que foi denunciada por Leonardo Boff em seu livro *Igreja: carisma e poder*. E é por amor à Igreja mesmo, por amor àquilo que é a proposta de Jesus, que nós resistimos dentro da Igreja, inclusive porque, politicamente, seria dar a vitória a eles se nós saíssemos

da Igreja. A Igreja não é só o papa, a Igreja não é só o cardeal, a Igreja não é só o bispo. A Igreja é o povo de Deus! Nós somos a Igreja!

Perguntam-me sobre religiosos torturados pela ditadura militar e as torturas nas delegacias de polícia e quartéis da PM.

Frei Betto: FELIZMENTE a Igreja foi atingida pela repressão da ditadura militar, porque isto fez com que ela perdesse um pouco da sua ilusão de pacto tradicional histórico com as elites e com as classes dominantes. A Igreja no Brasil, hoje, feliz e gloriosamente, tem um significativo elenco de mártires, não só o Frei Tito, o padre Henrique, o padre Burnier, mas também inúmeros operários como Santo Dias ou camponeses como Gringo, do Araguaia, que foram mortos porque, a partir da sua fé, assumiram a luta de libertação, assumiram uma postura profética e se somaram com os movimentos populares e sindicais. Acho que o sangue desses mártires ajuda a purificar os pecados históricos da Igreja.

Pergunta: Você diria que essa força, que o faz mais forte que os torturadores, vem de Deus?

Frei Betto: O mistério da presença de Deus em nós, para mim, para minha cabeça, é muito intrigante, porque acho que vem de Deus, na medida em que a vida é o dom maior de Deus. E mais, acho que mesmo nos companheiros ateus, Deus está presente, embora eles não tenham fé. Encontramos Deus quanto mais nos encontramos. Quer dizer, a face mais profunda que nós temos de nós mesmos, aquela que nós temos diante da nossa profunda intimidade, é a presença de Deus, porque Deus, como dizia Galileu, não está lá em cima nem lá embaixo. Ou está dentro da gente ou não está em lugar nenhum.

Acho que, de certa maneira, Deus é aquilo que o Evangelho diz: Deus é amor. As pessoas que resistiram à tortura não são as que saem por aí dizendo chavão de esquerda: «abaixo a ditadura», ou que leram toda a literatura marxista. Os que mais resistiram são aqueles que mais amam a causa que abraçaram, os que estão afetivamente envolvidos com essa causa. Aquele tipo de esquerdista bibliográfico, cheio de chavões, que está sempre ditando regras para os outros, é o que menos resiste, não é?

Pergunta: Você não acha que é pouco lutar para afastar dos cargos públicos os torturadores?

Frei Betto: Acho que nós temos que lutar para que sejam apurados esses crimes que foram cometidos, porque o Estado, em nenhuma circunstância, tem o direito de cometer qualquer infração da lei, qualquer abuso. O que houve, objetivamente, foi crime. O Estado abusou da sua autoridade; ele não deveria ser, como é de fato, um instrumento de opressão de uma classe. Ele deveria ser fator de serviço em benefício popular. Isso tem que ser apurado e nós não podemos deixar que a memória nacional esqueça esses crimes que foram cometidos.

Pergunta: A direita brasileira está se organizando. Há possibilidade de novo retrocesso?

Frei Betto: Não sou daqueles que ficam vendo fantasmas em cada esquina. Claro, já houve tantos golpes na história da América Latina que nós não podemos assegurar que o Brasil agora conquistou definitivamente a democracia. Pintaram a casa velha de nova, então agora está tudo assegurado e não vai haver retrocesso?... Eu não sei, acho o seguinte: todas as vezes que a classe dominante brasileira se sente ameaçada, ela imediatamente se articula e toma as devidas providências para perpetuar o seu poder.

O que isso vai significar em termos de retrocesso, não sei. Aproveito para dizer também que não acredito em mudança neste país apenas pela via institucional. Ou seja, não é com esse Congresso que está aí, não é com esses políticos que estão aí, não é discutindo lei disso ou daquilo que o Brasil será um país de justiça e liberdade. Também não significa que eu esteja pregando a revolução, porque acho que não há na atual conjuntura brasileira nenhuma condição para isso. Mas acho que a nossa tarefa é cada vez mais reforçar o movimento popular, o movimento sindical, aqueles partidos que defendem a alternativa estratégica para a conjuntura nacional e não apenas a pretensão de reformar por cima, porque isso é fazer o jogo deles.

Pergunta: Em que sentido, na época da repressão, a Igreja contribuiu ou não para essa situação?

Frei Betto: É muito difícil falar em que sentido a Igreja agiu ou não. Lembro de um debate que participei no Teatro Casa

Grande em que um conhecido intelectual marxista, cujo nome não vou citar, porque vou citar o pecado, dizia que a Igreja, na sua sabedoria histórica, é sempre oportunista. Quando lhe convém, se aproxima dos ricos, quando lhe convém, se aproxima dos pobres. Depois me perguntaram o que achava dessa observação. Eu disse que dentro de um pensamento idealista, de quem imagina a Igreja uma sociedade de anjos que eventualmente faz uma revoada para os ricos ou para os pobres, o raciocínio era perfeito. Mas como tenho um raciocínio dialético, vejo a Igreja como uma instituição integrada por pessoas de diferentes classes sociais e a contradição de classe repercute também dentro dela. Temos uma Igreja com um Camilo Torres, um Frei Tito, uma Igreja que tem os padres da Nicarágua, mas também uma Igreja que tem capelão militar celebrando missa nos quartéis, abençoando instrumentos de tortura, e achando que com isso está defendendo a civilização cristã ocidental. Em outras palavras, enquanto houver luta de classes, vai haver contradição em todas as instituições, na família, na universidade e, inclusive, na Igreja.

Pergunta: Prof. João Luiz, existe algum projeto para a exibição do vídeo nas universidades?

Prof. João Luiz: Não existe um projeto; existe o desejo de que esse vídeo seja exibido em todas as faculdades e com a colaboração aqui do Centro Cândido Mendes. Depois do Fest-Rio é provável que se faça uma semana de exibição com horários para cada universidade.

Pergunta: E para a TV?

Prof. João Luiz: Para a TV estamos aguardando os acontecimentos. É provável que através do Fest-Rio ele seja exibido... O Sérgio quer fazer uma observação.

Sérgio Waismann: Por incrível que pareça, hoje em dia está havendo mais pressão, de dois meses para cá, do que há um ano atrás. Esse tipo de conteúdo não é veiculado nas televisões. Hoje em dia já existem televisões aqui do Rio com instruções por escrito, do Governo Federal, para não veicular qualquer assunto relacionado com isso. Apesar de estarmos tentando junto a uma emissora, essa veiculação hoje é altamente improvável.

Pergunta: Vereza, quem foi o Meireles de quem você fala no vídeo?

Carlos Vereza: Thomaz Antônio Meireles. Só há pouco tempo ele consta da lista dos desaparecidos. Tive a honra de ser amigo fraterno de Meireles. Ele era fascinante — eu o escondi em minha casa — e tínhamos discussões incríveis. Ele queria que eu concordasse com a visão de luta armada. Eu achava que não era hora, não concordava com ele. Não sou político, sou um cidadão que fica indignado. O Meireles era fascinante porque naquele momento era um dos guerrilheiros mais procurados pela ditadura. Era fantástico porque havia chegado da Europa e era a antítese da caricatura e do arquétipo que se imagina de um guerrilheiro. Usava «altos» paletós suíços, «altas» calças francesas, sapatos finíssimos e um «38» dentro de uma pasta. Impressionante. E era bonito. Uma vez ganhei um prêmio americano no IBEU e fui recebê-lo. Ele me emprestou um paletó lindíssimo. Eu nunca vestira paletó tão caro. Não era apropriação não. Ele gostava de se vestir bem. Gostava de Sartre, de Camus, do existencialismo, do teatro do absurdo. Isso era uma lição de abertura que não impedia que ele fosse uma das pessoas mais procuradas. Uma lição de que a pessoa não precisa ser necessariamente sectária, intolerante, não precisa ser mal-humorada para morrer como ele morreu, assassinado pela ditadura. A minha admiração por Meireles é muito grande, pelo paralelo desse empenho em lutar pela liberdade do país pelo «fair-play», pelo relaxamento bonito, elegante, sempre com seu «trinta e oitozinho». Ele tem uma filha chamada Larissa, que ficou escondida na minha casa. Falava russo, havia nascido na Rússia. Uma vez fui à padaria comprar pão e ela começou a pedir doce em russo. Fiquei apavorado porque estávamos no auge da ditadura, e comecei a fingir que era pesquisa de som o que ela estava fazendo... O máximo que pude fazer foi, quando minha filha nasceu, não só por achar bonito, mas para homenageá-lo também, chamá-la de Larissa.

Pergunta: O que é que você fez no início da repressão e o que está fazendo agora? Como foi a sua participação?

Carlos Vereza: Esse negócio de participação é muito perigoso, pois a gente começa a contar medalha. Eu não fiz mais nem

menos do que todo mundo. Fiz o possível, e o possível é muito pouco. Fiz o que pude, modestamente, nada mais, nada de excepcional.

Pergunta: Em algum momento você foi reprimido por alguém ou por alguma entidade ao realizar o filme *Memórias do cárcere*, não somente por sua atuação, mas principalmente pelo relato histórico que ficou marcado? Houve alguma repressão? Falando de *Memórias do cárcere*, você acha importante a sindicalização de trabalhadores? Por que então certos artistas não dão uma força maior aos sindicatos de todos os países?

Carlos Vereza: Os sindicatos... Inclusive, agora nós tiramos a intervenção no sindicato dos artistas. Tínhamos duas chapas. A do Otávio Augusto e a do Milani e conseguimos tirar a intervenção. Por incrível que pareça, o nosso sindicato é extremamente frágil. É uma luta enorme com os direitos autorais, direito de reprodução e direito de imagem. Nós temos uma luta importante a fazer agora com a Constituinte, que é a reformulação do código de telecomunicações. Isso é uma coisa extremamente importante. Nós não podemos permitir que um país complexo, com mil características culturais, seja nivelado apenas por redes, sejam quais forem essas redes de comunicação, pois isso pode nivelar as diferenças culturais de um país tão rico como o Brasil. Acho que, quando houve o golpe de 64, a primeira manifestação contra a ditadura foi feita por artistas. Não estou defendendo aqui a classe, mas foi ela quem fez o show *Opinião, Liberdade, liberdade, Roda-viva*, que por sinal gerou a primeira greve de teatro no Brasil, pois quebraram os cenários, espancaram Marília Pera, enfim... dentro do possível, como todas as pessoas, como todas as parcelas do povo brasileiro, os artistas também estão aí lutando e participando. Quanto a *Memórias do cárcere* não houve repressão na filmagem nem censura, pelo seguinte: era um momento estratégico onde se falava em abertura, e, de repente, Graciliano Ramos não viveu agora, mas em 1936. Aí levaram um susto quando o filme ficou pronto, porque ele não falava apenas da década de 36, mas de uma melancólica repetição da história do Brasil. *Memórias do cárcere* poderia se chamar também *Memórias do Brasil*, porque além de suas qualidades como cinema-arte, é um documento sobre a ditadura, cuja

diferença para essa de 1964, era, simplesmente, um problema de *know-how*. Aquela ditadura era um pouco mais tupiniquim, ou seja, o pau-de-arara não era envernizado; essa agora tem ar refrigerado, às vezes um pouco forte demais, frio demais, sei disso porque já estive lá. Na de hoje em dia eles usam técnicos para dar assessoria. Naquela, tudo era mais tupiniquim, mas em compensação era tão violenta quanto esta. A censura, em relação a *Memórias do cárcere*, realmente não houve, porque seria extremamente inábil censurar Graciliano Ramos.

Pergunta: Você falou em discordância, no passado, em relação à luta armada. Como se estabelece a relação arte-violência? Existirá uma conciliação?

Carlos Vereza: Acho que não. Acho que a arte tem caminhos próprios. Não estou pregando uma arte isolada da realidade. Acho o seguinte: cada vez que você trai a arte ela não é nem uma boa arte, nem uma boa política. Ela tem leis próprias. Eu posso fazer um teatro de choque como fiz várias vezes com o João das Neves e o Milani na Cinelândia quando fundamos o CPC. Quando vou fazer uma peça que tem complexidade dramática, que tem caminhos próprios, não traio, não. Sempre digo que se eu ver um torturador na rua, dou uma porrada nele, mas se vou interpretá-lo no palco, vou querer entender as contradições dele, porque senão não vou ser nem um bom ator nem um bom político. Não posso trair o que faço no palco ou na frente de uma lente de TV. Na Cinelândia, no comício, é outra coisa, no debate também é. Não posso deixar que a arte seja garoto de recado de nenhuma ideologia.

Pergunta: Sérgio Waismann, o que você diz em relação ao anonimato?

Sérgio Waismann: Sou uma pessoa que não participou muito desse movimento todo. Minha pequena contribuição estou podendo dar agora, dessa forma. Espero que se consiga passar o vídeo na TV com mais conseqüências e acho que, sobre o assunto, tentei falar no documentário.

Pergunta: Como reagiria a Igreja no Brasil se o nosso governo passasse ao socialismo e ao comunismo?

Frei Betto: Ela reforçaria sua crença no milagre...

Pergunta: O que você acha da luta armada como cristão que é? Você vê condições para uma revolução nos moldes de Gandhi, na Índia?

Frei Betto: Em primeiro lugar, não vejo condições hoje, para um processo revolucionário no Brasil, embora não acredite na saída institucional. Em segundo lugar, tenho a maior admiração por Gandhi, mas infelizmente a Índia passou do domínio inglês para o domínio americano e, até hoje, continua na miséria, apesar de todo esforço ideal de Gandhi. Como cristão, não tenho nenhum problema teórico com a luta armada, desde que o meu mestre, Santo Tomás de Aquino, no século XIII, defendeu este direito na teologia do tiranicídio, ou seja, se, para preservar a vida do povo, é preciso matar o tirano, isso é um direito de defesa da maioria contra aquele que causa a morte dessa maioria. Então é uma questão de legítima defesa. E para que vocês não se sintam muito desamparados, num discurso de Páscoa do Papa João Paulo II, e não estou comendo nenhum equívoco não — João Paulo II — em abril desse ano, elogiou os militantes da resistência européia que lutaram contra o nazi-fascismo, em defesa do direito da vida. Então, dessa maneira, está defendendo também essa forma de resistência.

Pergunta: Gostaria de compreender qual a relação entre a fé religiosa e a ideologia marxista.

Frei Betto: Não dá para explicar isso aqui, agora. Isso seria toda uma conferência. Mas quero dizer o seguinte: nem sempre a maneira de compreender o marxismo é absolutamente compatível com a maneira de compreender o cristianismo. Por exemplo, a ótica que a TFP tem do cristianismo é absolutamente compatível com a que Stalin tinha do marxismo. Agora, eu acho que o marxismo tem muito a ver com a maneira de compreender do cristianismo. Eu acho que o grande ponto de contato entre Marx e Jesus está na tradição comum aos dois, quero dizer, os dois eram judeus. Através dos elementos básicos da cultura judaica, a gente encontra fatores de aproximação entre aquilo que há de mais genuíno na proposta do marxismo e na do cristianismo. Porém, cristãos e marxistas não se encontram em salas de universidades, nem debates de mesa-redonda. Só se encontram na luta de libertação. Aí é o terreno.

Pergunta de Nadjane (11 anos): O Sr. não acha que com o abandono e a violência de hoje em dia, talvez as próprias pessoas procurem as lutas contra si próprias?

Frei Betto: Não acho que as pessoas estão procurando as lutas contra si mesmas. Eu acho que a gente está vivendo o reflexo de uma situação social muito injusta, ou seja, no Brasil, 135 milhões de pessoas correspondem a um rebanho de gado. Também existem 135 milhões de cabeças de gado. O nível de vida do gado é muito superior ao nível de vida das pessoas. É muito difícil a gente ver o gado brasileiro subnutrido, passando fome, esquelético. Desses 135 milhões de pessoas, apenas 35 milhões têm condições razoáveis de vida, e muitas vezes, a gente se ilude achando que o Brasil são esses 35 milhões. Existem 100 milhões de brasileiros em condições de vida infra-humanas e a gente precisa sempre fazer algo por eles, usando a religião, a política, a arte, se comprometendo com esses 100 milhões de pessoas. Acho que essas lutas contra a gente mesmo, na verdade, são mais ou menos o seguinte: sempre digo que não acredito em problema pessoal, acredito é em reflexo pessoal de problema político. O que existe é um problema político que se está sofrendo pessoalmente por causa da situação em que estamos vivendo: um país que é muito rico, que tem um potencial enorme, mas que não é nosso.

Pergunta: Quais os partidos que você considera progressistas?

Frei Betto: Como estamos em época de eleição, não vou fazer campanha política aqui. Quando discuto a questão com o pessoal da Pastoral Operária, faço o seguinte: chamo um representante de cada partido para expor seu ponto de vista e deixo o pessoal fazer sua opção. Eu tenho a minha opção partidária, que é pública e notória, eu sou eleitor do PT, agora isso não significa que eu tenha alguma vocação para o proselitismo partidário. Não tenho vocação para isso. Mal tenho para o proselitismo religioso, quanto mais para o partidário. Acho que cada um deve buscar o seu caminho, fazer a sua experiência, mas sempre mantendo um critério: o que vai favorecer os 100 milhões, sempre. Quando você falar, quando você votar, quando você escolher seu candidato, eu dou apenas essa sugestão: mantenha um critério. «O meu voto está reforçando os 35 milhões que vivem ao nível da Bélgica ou os 100 milhões

que vivem ao nível da Índia?» Acho que a gente tem que torcer pela Índia, que está dentro do Brasil, e não pela Bélgica, da qual, de alguma forma, fazemos parte. Para finalizar peço desculpas às pessoas por não responder a todas as perguntas.

Pergunta: Diante dessa realidade, como nós, seminaristas com uma formação burguesa, podemos nos inserir de uma maneira concreta na luta de libertação do povo?

Frei Betto: Acho que primeiro você deve mudar de seminário. Depois seguir o exemplo de Jesus que, em vez de mandar os apóstolos para o seminário, mandou-os evangelizar no meio dos pobres. Isso é a formação na ação e funciona muito melhor.

Pergunta para Cléa Moraes: Como a Sra., na época, encarou a atitude de sua filha em participar tão ativamente desse movimento? A senhora preferia que ela ficasse parada, para não acontecer o que aconteceu?

Cléa Moraes: Bem, a princípio eu tinha muito medo que a Sônia morresse e criticava muito, mas depois eu aceitei, pois ela havia escolhido, feito uma opção. Acredito que construímos nosso próprio destino. Hoje tenho o maior respeito pela escolha de Sônia.

Pergunta: No primeiro dia do *Seminário tortura nunca mais* foi dito que em Marabá morreram 9 ou 10 camponeses torturados, a mando de um homem que a justiça sabe o nome. O que o grupo fez ou fará para que também essa tortura não fique impune?

Prof. João Luiz: O grupo está tomando conhecimento disso agora e vai precisar de mais dados a respeito. O que o grupo tem feito é *denunciar*, é o seu principal papel: *denunciar* as torturas, pedir o afastamento dos torturadores das posições de mando, dos cargos de serviço público e isso pode ser visto nos painéis lá fora. Dezoito depoimentos, se me parece, já foram feitos na Comissão de Direitos Humanos do Estado, com todas as dificuldades. O que o grupo se propõe é isso: *denunciar* os fatos, exigir a apuração deles, exigir o afastamento dos assassinos e torturadores das funções onde eles poderão dispor de meios para continuar as suas torturas e seus assassinatos.

Carlos Vereza (lendo): Todas as perguntas se assemelham... Se não é contradição, eu, fazendo *Memórias do cárcere*, o vídeo da Sônia, enfim, as minhas entrevistas, a minha posição na própria vida; se não é contradição eu trabalhar na TV Globo, se a TV Globo não representa uma dominação na realidade brasileira.

Carlos Vereza: É engraçado, mas devo dizer que tenho orgulho de todos os trabalhos que fiz na TV Globo, como tenho orgulho do *Memórias do cárcere* e do vídeo da Sônia. É engraçado que ninguém pergunta a um colunista de *O Globo*, a um articulista do *JB*, enquanto editorial; ninguém cobra dos médicos do INPS pelo mau atendimento, você entende? Já que é para a gente fazer levantamento crítico, eu acho fantástico que se faça, mas vamos cobrar rigorosamente dos professores de ensino médio, sejamos rigorosos em relação à medicina, não é verdade? Curioso que ninguém tenha me perguntado por que eu, depois de ganhar o prêmio na Índia de melhor ator, ganhar o *Molière*, ganhar o *Air France*, tudo no mesmo ano, estar há um ano sem aparecer na TV Globo... Essa pergunta é engraçada e ninguém me fez. Meditem. Em relação ao problema de uma rede, em relação à cultura brasileira, eu já havia respondido. Acho que agora, na Constituinte, precisamos ver a reforma do Código de Telecomunicações, porque não se pode sair distribuindo canal como saco de balas de jujuba. Tem que existir um critério cultural pelo menos, em relação a um país de dimensão continental. Agora, coisa que eu detesto é o maniqueísmo. Não acho a TV Globo o «bandido» da história. Essa postura é interessante porque, se vocês achassem que ela é realmente o «bandido», vocês não deveriam permitir que um programa desse 95% de IBOPE.

5ª Mesa

(01/11/85)

Plenária de encerramento
Exibição do filme
EM NOME DA LEI
DE SEGURANÇA
NACIONAL,
de Renato Tapajós

MARGARIDA GENEVOIS

A CJP (Comissão Justiça e Paz) nasceu no Rio de Janeiro, em março de 1971, sob os auspícios do Papa Paulo VI, que enviou representante ao Ato Inaugural. A CJP de São Paulo integra essa CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz). A CJP é o que chamamos «DICASTÉRIO», ou seja, um organismo equivalente a uma congregação que não pertence especificamente a nenhuma Secretaria do Vaticano, sendo entretanto diretamente ligado ao Papa.

Em São Paulo a CJP foi organizada pelo cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, no ano de 1972. Era uma época em que a repressão e o arbítrio faziam parte do cotidiano do nosso povo. Tempos sombrios, quando a Cúria Metropolitana de São Paulo recebia diariamente dezenas de concidadãos que, por nosso intermédio, procuravam notícias de seus entes queridos com os quais haviam perdido todo contato, em virtude de terem eles se envolvido no combate ao regime militar que imperava no país. Vivia-se dias de incerteza, com prisões, torturas, mortes e desaparecimentos. Os familiares dos atingidos pelas arbitrariedades governamentais encontravam em Dom Paulo, além do conforto moral, um defensor atuante e corajoso.

Durante muito tempo a Cúria Metropolitana de São Paulo foi um dos poucos lugares no Brasil onde familiares de perseguidos políticos eram recebidos, ouvidos, e, sempre que possível, auxiliados. O clima de terror era tal, que, muitas vezes, mesmo os amigos e parentes mais próximos das famílias dos atingidos pelo regime sentiam-se temerosos e evitavam qualquer tipo de aproximação, por medo de se comprometer e sofrer alguma espécie de represália. Isso fez dos brasileiros seres humanos amedrontados, sem possibilidades de atuação solidária, com poucas e honrosas exceções.

Por iniciativa de Dom Paulo foi criada uma organização com grupos de leigos, advogados, enfim, pessoas dispostas a assumir o risco permanente de denunciar a violência, nesse momento de silêncio e medo, impostos pelos que se arvoravam em donos da verdade e senhores absolutos do destino daqueles que deles discordavam.

A CJP instalou-se na própria Cúria onde o trabalho era mais seguro. Os casos se acumulavam. Dias havia em que nossos advogados eram obrigados a atender centenas de casos, o que obviamente tornava o trabalho menos eficiente. Fruto de dedicação voluntária, não remunerada, a CJP se impunha perante os detentores do poder. A essa luta já se incorporavam então muitos dos familiares dos perseguidos políticos, encorajados pela força e pelo carisma da Igreja. Acreditamos ter salvo algumas vidas, e, em outros casos, suavizado o sofrimento ante fatos consumados já sem perspectivas de solução. Temos, entretanto, plena consciência, e seria injusto não registrar aqui quão pouco teríamos conseguido, não fosse o apoio valente, ativo e decidido de Dom Paulo. Trabalhar com ele foi um privilégio e, mais que isso, uma lição de como realizar, dentro de nossas possibilidades, a verdadeira solidariedade cristã.

Posteriormente, em 1975, a divulgação da morte do jornalista Wladimir Herzog e o conseqüente impacto causado na opinião pública fizeram com que algumas mudanças acontecessem na cúpula governamental. O clamor e a indignação da sociedade brasileira, como um todo, foram incontrolláveis.

Uma vez mais as portas da Catedral da Sé foram abertas para um culto ecumênico em memória do jornalista assassinado.

A Igreja uma vez mais se fazia presente na defesa dos Direitos Humanos.

Mesmo priorizando — dadas as circunstâncias — os inúmeros pedidos de intervenção contra a violência política, a CJP jamais ficou desatenta a outras formas de transgressão dos Direitos Humanos, jamais esquecendo os *objetivos primeiros* de sua fundação, como discutir a realidade sócio-econômica do país, onde outras violências eram praticadas no dia-a-dia e combater as clamorosas injustiças sociais existentes no Brasil. Procurávamos atuar de todas as formas possíveis.

A partir do golpe militar no Chile em 1973, e, posteriormente, na Argentina e no Uruguai, começaram a chegar ao Brasil centenas de refugiados do Cone Sul. Procuravam imediatamente a Cúria, desnorteados, fragilizados, com a roupa do corpo, sem saber que rumo tomar. Era preciso encontrar local seguro para alojá-los, providenciar vestuário, alimentação e muitas vezes assistência psicológica adequada. Eram pessoas cujos parentes e amigos haviam sido mortos pela repressão de seus países e que se sentiam, elas também, sob constante ameaça. O desenraizamento repentino, o deixar atrás de si toda uma experiência de vida e de afetividade, trazia para a existência dessa gente conseqüências terrivelmente dolorosas e difíceis de enfrentar. Ainda aí a Igreja foi a mãe acolhedora, recebendo seus filhos perseguidos. Pedíamos ajuda a seminários, conventos, paróquias, e até mesmo a particulares que se prontificavam a nos atender. Infelizmente o número de refugiados suplantava de muito nossas possibilidades de acolhimento e sentíamos que já não estávamos tendo condições de solucionar o problema sem alguma ajuda mais substancial. Foi então que procuramos e obtivemos o apoio da ONU e do Alto Comissariado das Nações Unidas, o qual se instalou em uma das salas de nossa Cúria. Mais, muito mais de mil pessoas passaram por nossos escritórios nessa fase. Nunca perguntamos a quem nos procurava a ideologia, o partido político ou a religião que professava. A *pessoa humana* sofredora era nosso único interesse.

Os refugiados do Cone Sul eram para nós muito especiais, pois nos recordávamos, e até hoje temos presente em nossos corações, como em 1964 os refugiados brasileiros lá foram recebidos. Diríamos até que as ditaduras do nosso continente

colaboraram, sem saber, para uma maior aproximação dos nossos povos, tão semelhantes em seus sofrimentos e desventuras. Temos tido conhecimento de que aqueles que aqui estiveram exilados pensam no Brasil e nos brasileiros com especial carinho e gratidão. Nossos países se tornaram mais irmãos, criaram-se elos profundos, sedimentados pela dor comum nessa nossa América Latina; elos que, esperamos, poderão ser reforçados na busca comum da *justiça*.

Muitas batalhas foram sendo travadas sucessivamente. A luta pela anistia, pelo retorno dos brasileiros do exterior, a luta contra o projeto da nova lei dos estrangeiros, pelos bóias-frias, pela reforma agrária e muitas outras.

Atualmente vivemos tempos de aparência mais suave, mas sabemos que a violência continua. Não temos mais presos políticos mas os presos comuns ainda sofrem todo tipo de torturas, como choques, isolamento em solitárias, humilhações no paude-arara e outras atrocidades. Em São Paulo a polícia matou no ano de 1985 581 pessoas (JT). Alegam as autoridades policiais ser essa a única forma possível de diminuir a criminalidade... Essa violência é quase sempre usada contra as classes menos favorecidas, os pobres, os negros, enfim, os desprotegidos, vítimas de uma sociedade deformada pelo consumismo e ânsia do «ter», onde ser pobre é sinônimo de candidato a assaltante e marginal.

Por outro lado, constatamos que a classe média se sensibilizou profundamente com a tortura a presos políticos que, em sua maioria, eram estudantes, intelectuais, profissionais liberais. Os presos comuns não têm quem lute por eles. «Não têm voz nem vez». A Igreja e seus organismos de Direitos Humanos, assim como algumas entidades civis que clamam contra essas indignidades, são acusadas de defender bandidos e incentivar a criminalidade. Não nos deixaremos abater. Nós, que acompanhamos de perto o horror das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos nos calabouços da ditadura, temos o dever moral de protestar contra o tratamento desumano que sofrem hoje os presos comuns.

Tortura nunca mais, gritamos do fundo dos nossos corações. Para todos, sem discriminação, sejam quais forem os seus atos, porque todos são *pessoas* diante de Deus.

É um compromisso com a memória dos que lutaram, sofreram e morreram por uma sociedade mais justa. Temos a obrigação de lutar com todas as nossas forças para que em nenhum lugar do Brasil, e, se possível, do mundo, continue a acontecer o *crime maior da tortura*.

Tortura nunca mais!

* * *

ROSALINA SANTA CRUZ

Cada vez que vejo este filme, sinto-me fortemente emocionada, como se o estivesse vendo pela primeira vez. O tema é absolutamente atual e não é coisa de «gente que vive do passado» como muitos querem fazer crer.

É assunto que permanece presente, e creio ser obrigação nossa — familiares de desaparecidos — fazê-lo cada vez mais lembrado. Toda vez que o vejo penso no isolamento em que as famílias dos mortos e desaparecidos ficavam, tidas como pessoas mórbidas que se negavam a esquecer um passado que «deveria» ser apagado.

As Madres de la Plaza de Mayo dão um belo exemplo ao insistirem em jamais esquecer o massacre dos seus filhos e de como se deve lutar para que fatos como aqueles não se repitam.

Tenho certeza de que nessa sala muitas pessoas não tinham sequer ouvido falar de *desaparecidos políticos* em nosso país. Vou tentar contar um pouco do que se passou realmente, falar dos métodos brutais usados pela repressão nesse Brasil tido como pacífico e cordial. Pois saibam que os presos eram torturados, assassinados, e, depois, dados como mortos em combate, ou atropelados e até mesmo como tendo cometido suicídio. Mas não bastava tanta mentira e crueldade. Era preciso um tipo mais sofisticado de eliminação dos opositores do regime. A partir de determinado momento, os presos eram levados para locais isolados para que seus gritos não fossem ouvidos e encapuzados para não saberem onde estavam, e aí eram torturados até a morte. Até hoje os familiares não sabem o

destino que foi dado a seus corpos. É uma coisa meio enlouquecida, porque resta sempre uma dúvida — ou uma esperança — não se sabe, sequer, se estão mesmo mortos... e espera-se...

Como a censura era muito violenta, os familiares ficavam numa situação de desespero, pois não podiam nem mesmo pedir aos jornais alguma colaboração para a localização de seus entes queridos que haviam sido arrancados de seus lares, e levados não se sabe para onde. É muito difícil aceitar que aquela pessoa querida, que estava sempre ao seu lado, nunca mais voltará. O fato de não se ter a certeza da morte, de não se ter visto o corpo, deixa em todos uma vontade de que seja tudo um pesadelo. Cada vez que a campainha da porta soa, fica-se na expectativa: «quem sabe será ele?»

Cada notícia falsa dada pela repressão era um renovar de expectativas. As famílias recusavam-se a mudar de residência, temerosas de um desencontro. «E se ele voltasse, e nós não estivéssemos aqui?»

A repressão usava de requintes sádicos, torturando as famílias com falsas notícias de localização. «Fulano está no Manicômio Judiciário, ou em tal lugar...». Telefonavam altas horas da noite, como fizeram com a família de Yeda Santos Delgado, usando uma voz feminina, dizendo-se a própria Yeda. Que ela estava bem, que mandassem algum dinheiro através do policial «tal».

Por tanto sofrimento não podemos permitir que fatos como esses sejam esquecidos, não podemos perdoar quem praticou tão bárbaros crimes. É preciso que se saiba que esses criminosos andam por aí, impunes, ocupando cargos importantes, servindo no exterior, sendo regamente pagos em dólares...

Não esquecemos. Não esqueceremos. Exigimos a apuração dos fatos com a responsabilização dos culpados. *Para que nunca mais aconteça!*

Vou falar agora da minha experiência como torturada. Estive um ano e dois meses presa. Cinquenta e dois dias incomunicável, com interrogatórios e torturas diários. Os interrogatórios eram sempre acompanhados de dias na «geladeira»,

no «pau-de-arara» ou levando choques elétricos por todo o corpo.

Quando fui presa na OBAN, fiquei tão aterrorizada que cheguei a pensar em fugir do Brasil, de qualquer maneira, na primeira oportunidade, mas eu não podia, eu precisava ficar, porque Fernando já estava desaparecido, e eu me impusera a tarefa de procurá-lo, de buscar indícios de seu paradeiro. Isso se tornara uma obsessão para mim. Por isso fiquei e enfrentei uma barra pesadíssima. Não gosto de falar disso tudo. Mas sei que é preciso.

Os fatos que mais me impressionaram e marcaram diante da tortura foram:

— o sentimento de impotência que nós, os prisioneiros, sentimos diante daqueles «monstros», senhores da nossa vida e da nossa morte. Um dia em que já não agüentava mais, pedi desesperadamente a um torturador que me matasse. Eu estava no limite de minhas forças. Ele respondeu: «Não vou te matar não, vou é te fazer em pedacinhos... eu tenho o tempo que eu quiser...»;

— a revolta e a indignação diante da violência são imensas. Eu era uma mulher de classe média, que nunca havia levado um tapa sequer, educada para responder diante de qualquer situação de injustiça. Ter de ficar o tempo todo despida, apanhando, sendo torturada, sem chance alguma de responder ou de mostrar mais claramente a dimensão de meu ódio e da minha revolta, era uma sensação insuportável;

— outro sentimento que experimentei e que hoje consigo reconhecer é um nó na garganta, um aperto no estômago, as mãos e os pés gelados e suados, além de uma desordenada batida no coração — era o *medo*.

Depois da primeira semana, as sessões de tortura tinham hora marcada. Quando a hora ia se aproximando, o pavor tomava conta de mim. Aí era a luta pelo controle — outra guerra que se instalava dentro da gente. Era a divisão entre o corpo e a mente. Enquanto nosso lado racional, nossa cabeça, nossos compromissos ideológicos não nos permitiam dar informações e nos pediam para irmos além de nossas forças, de

nossos limites físicos, para não perdermos a dignidade, o nosso corpo pedia para que falássemos, interrompendo de qualquer forma o processo de dor insuportável.

Acredito, entretanto, que o pior são as seqüelas que tenho até hoje: pesadelos, terrores noturnos e medo em relação às crianças.

Vale lembrar que, na minha segunda prisão, André, meu primeiro filho, estava com cinco meses e nós fomos presos em nossa casa. André ficou nas mãos dos policiais. Só três dias depois meu irmão Marcelo, que é advogado, conseguiu tirar André dessa «prisão domiciliar». André tinha apenas cinco meses! O fato de André ter ficado no apartamento com homens armados e um rádio transmissor na casa quase me enlouqueceu.

Por tudo isso, continuo disposta a lutar para acabar com a tortura no Brasil. Sinto-me solidária com todos os presos comuns, que passam diariamente por processos semelhantes.

Acho que formar grupos como esse *tortura nunca mais* é fundamental nesta batalha pelo direito à vida.

Exigimos que sejam apurados os crimes dos governos militares e repudiamos os acordos que a «Nova República» fez com esses mesmos militares.

Não podemos, nem devemos, perdoar ou esquecer. Lutaremos por justiça e precisamos do apoio de toda a sociedade civil para essa luta. *Tortura nunca mais!*

Vítimas do Golpe Militar de 1964

(mortos e desaparecidos)

1. Abelardo Raush Alcântara — bancário
morto sob tortura — 13/12/70 — Brasília
2. Adão Faustino — operário
morto — 6/2/79 — Rio Grande do Sul
3. Aderval Alves Coqueiro — operário de construção civil
fuzilado — 6/2/71 — Rio de Janeiro — (MRT)
4. Adriano Fonseca Filho — funcionário público
desaparecido — 29/11/73 — Araguaia — (PC do B)
5. Alberi Vieira dos Santos — ex-sargento da Brigada do
Rio Grande do Sul
assassinado misteriosamente — 10/1/79 — Paraná
6. Albertino José de Oliveira — camponês
morto — 1964 — Vitória de Santo Antão, PE
7. Alberto Pierobon — padre
morto — 1976 — Paraná
8. Alceri Maria Gomes da Silva — operária
morta — 10/5/70 — São Paulo — (VPR)

9. Aldo de Sá Brito de Souza Neto
morto sob tortura — 6/1/72 — Belo Horizonte — (ALN)
10. Alex de Paula Xavier Pereira — estudante secundário
fuzilado — 20/1/71 — São Paulo — (ALN)
11. Alexandre José Ibsen Voerros — estudante secundário
fuzilado — 27/2/72 — São Paulo — (MOLIPO)
12. Alexandre Vannuchi Leme — estudante universitário
morto sob tortura — 17/3/73 — São Paulo — (ALN)
13. Alfeu de Alcântara Monteiro — coronel da Aeronáutica
fuzilado — 4/4/64 — Canoas
14. Almir Custódio de Lima
morto sob tortura — 27/10/73 — Rio de Janeiro
(PCBR)
15. Aluizio Palhano Pedreira Ferreira — advogado — líder
bancário
morto sob tortura — desaparecido — 21/5/71 — São
Paulo — (VPR)
16. Alvimar Moreira de Barros — chacareiro
morto sob tortura — abril de 1970 — Rio Grande do Sul
17. Amaro Luiz de Carvalho — líder camponês
envenenado na prisão — 22/8/71 — Pernambuco
(PCR)
18. Ana Maria Nacinovic Corrêa
fuzilada — 14/6/72 — São Paulo — (ALN)
19. Ana Rosa Kucinski Silva — professora universitária
desaparecida — 22/4/74 — São Paulo — (ALN)
20. Anatólia de Melo Alves
morta sob tortura — 22/1/73 — Recife — (PCBR)
(segundo versão oficial suicidou-se)
21. André Grabois
morto em combate — desaparecido — 14/10/73 —
Araguaia — (PC do B)
22. Ângelo Arroyo — operário metalúrgico
fuzilado — 16/12/76 — São Paulo — (PC do B)

23. Ângelo Cardoso da Silva
morto — abril de 1970 — Rio Grande do Sul — (M3G)
24. Ângelo Pezzuti da Silva — médico
exilado — morto (acidente de carro) — 11/9/75 —
França — (COLINA)
25. Antônio Alfredo Campos — camponês
morto em combate — desaparecido — 14/10/73 —
Araguaia
26. Antônio Benetazzo — estudante universitário
morto sob tortura — 30/10/72 — São Paulo
(MOLIPO)
27. Antônio Carlos Bicalho Lana — estudante secundário
morto sob tortura — 30/11/73 — São Paulo — (ALN)
28. Antônio Carlos Monteiro Teixeira — geólogo
morto sob tortura — desaparecido — 20/9/72 —
Araguaia — (PC do B)
29. Antônio Carlos Nogueira Cabral — estudante universi-
tário
morto sob tortura — 11/2/72 — São Paulo — (ALN)
30. Antônio Carlos Silveira Alves — estudante universitário
morto com acidente de arma — 1/4/64
31. Antônio Guilherme Ribeiro Ribas — estudante
morto — janeiro de 1974 — desaparecido — Araguaia
— informação dos moradores do local — (PC do B)
32. Antônio Henrique Pereira Neto — padre
morto sob tortura — 27/5/69 — Recife
33. Antônio Joaquim Machado — advogado
morto sob tortura — desaparecido — 15/2/71 — Rio
de Janeiro — (VAR-Palmares)
34. Antônio Marcos Pinto de Oliveira — estudante secundário
morto sob tortura — 29/3/72 — Rio de Janeiro
(VAR-Palmares)
35. Antônio de Pádua Costa — estudante universitário
desaparecido — 1974 — Araguaia — (PC do B)

36. Antônio Raymundo de Oliveira Lucena — operário assassinado — 20/10/70 — Atibaia, SP — (VPR)
37. Antônio Sérgio de Mattos — estudante universitário fuzilado — 23/9/71 — São Paulo — (ALN)
38. Antônio Teodoro de Castro — estudante universitário desaparecido — 25/12/73 (Dia de Natal!) — Araguaia — (PC do B)
39. Antônio dos Três Reis Oliveira — estudante universitário desaparecido — 10/5/70 — São Paulo — (ALN)
40. Ari de Abreu Lima da Rosa
morto sob tortura — novembro de 1970 — Rio Grande do Sul
41. Ari de Oliveira Mendes Cunha
morto — 1/4/64 — Rio de Janeiro
42. Ari da Rocha Miranda
morto em acidente com arma — junho de 1970 — São Paulo — (ALN)
43. Arildo Valadão — estudante universitário degolado — desaparecido — 24/11/73 — Araguaia (PC do B)
44. Armando Teixeira Frutuoso
morto sob tortura — desaparecido — 30/8/75 — Rio de Janeiro — (PC do B)
45. Arnaldo Cardoso Rocha — estudante assassinado — 15/3/73 — São Paulo — (ALN)
46. Arno Preiss — advogado fuzilado — 15/2/72 — Goiás — (MOLIPO)
47. Astrogildo Pascoal Vianna — portuário morto sob tortura — 14/4/64 — Rio de Janeiro
48. Augusto Soares Ferreira — gráfico morto — 1/4/64 — Governador Valadares, MG (membro do CGT)
49. Áurea Eliza Pereira — estudante universitária desaparecida — 1974 — Araguaia — (PC do B)

50. Aurora Maria Nascimento Furtado — estudante universitária
morta sob tortura — 10/11/72 — Rio de Janeiro
(ALN)
51. Aylton Adalberto Mortati — estudante universitário
morto sob tortura — desaparecido — 4/7/71 — São Paulo
(MOLIPO)
52. Benedito Gonçalves — metalúrgico
morto na repressão de uma greve — 20/8/79 — Minas
Gerais
53. Benedito Serra — camponês
morto — 18/4/64 — Belém
54. Bergson Gurjão Farias — estudante universitário
morto em combate — desaparecido — 8/5/73 — Araguaia
(PC do B)
55. Bernardino Saraiva — 2º sargento do Exército
assassinado — 14/4/64 — São Leopoldo
57. Carlos Alberto Soares de Freitas — sociólogo
desaparecido — 15/2/71 — Rio de Janeiro
(VAR-Palmares)
58. Carlos Eduardo Pires Fleury — estudante universitário
assassinado — 10/12/71 — Rio de Janeiro — (MOLIPO)
59. Carlos Lamarca — ex-capitão do Exército
morto em combate — 17/9/71 — Bahia — (MR-8)
60. Carlos Marighella — ex-deputado federal
assassinado — 4/11/69 — São Paulo — (ALN)
61. Carlos Nicolau Danielli — jornalista
morto sob tortura — 30/12/72 — São Paulo
(PC do B)
62. Carlos Roberto Zanirato — ex-soldado do Exército
morto — 25/6/69 — São Paulo — (VPR)
63. Carlos Schirner — comerciante
morto sob tortura — 5/5/64 — Belo Horizonte
64. Carmen Monteiro Sacomini
exilada — morta (acidente de carro) — abril de 1977
— França — (MR-8)

65. Catarina Helena Abi-Eçab
morta numa explosão de carro — novembro de 1968
— Vassouras
66. Célio Augusto Guedes — dentista
morto sob tortura — 15/8/71 — Rio de Janeiro — (PCB)
67. Celso Gilberto de Oliveira — corretor de imóveis
morto sob tortura — desaparecido — 26/12/70 — Rio de
Janeiro — (VPR)
68. Chael Charles Schreier — estudante universitário
morto sob tortura — 22/11/69 — Rio de Janeiro
(VAR-Palmares)
69. Cilon Cunha Brun — estudante universitário
desaparecido — 25/12/73 — (Dia de Natal!) — Araguaia
(PC do B)
70. Ciro Flávio Salazar e Oliveira — estudante universitário
morto em combate — desaparecido — 30/9/72
Araguaia — (PC do B)
71. Clóvis Dias Amorim — operário
morto em manifestação de rua — 23/10/68 — Rio de
Janeiro
72. Custódio Saraiva Neto — estudante secundário
desaparecido — 25/12/73 — (Dia de Natal!) — Araguaia
(PC do B)
73. Daniel José de Carvalho — torneiro mecânico
desaparecido — dezembro de 1973 — fronteira Brasil-
Argentina — (VPR)
74. Daniel Ribeiro Calado — operário metalúrgico
desaparecido — maio de 1974 — Araguaia — (PC do B)
75. David Capistrano da Costa — jornalista — ex-deputado
desaparecido no trajeto do Rio Grande do Sul para São
Paulo — 16/3/74 — (PCB)
76. David de Souza Meira — marítimo
morto em manifestação de rua — 1/4/68 — Rio de
Janeiro

77. Denis Antônio Casimiro — operário
morto sob tortura — desaparecido — 18/5/71 — São
Paulo — (VPR)
78. Dermeval da Silva Pereira — advogado
desaparecido — 1974 — Araguaia — (PC do B)
79. Devanir José de Carvalho — operário metalúrgico
morto sob tortura — 7/4/71 — São Paulo — (MRT)
80. Dilermano Melo do Nascimento — advogado
morto — suicídio após o interrogatório — 14/8/64
Rio de Janeiro
81. Dimas Antônio Casemiro — impressor gráfico
fuzilado — 17/4/71 — São Paulo — (MRT)
82. Dinaelza Santana Coqueiro — estudante universitária
desaparecida — 1974 — Araguaia — (PC do B)
83. Dinalva Oliveira Teixeira — geóloga
desaparecida — 1974 — Araguaia — (PC do B)
84. Divino Ferreira de Souza — camponês
fuzilado — desaparecido — 14/10/73 — Araguaia
(PC do B)
85. Domingos Inácio da Silva — camponês
morto — 1967 — Pernambuco
86. Dorival Ferreira — líder operário
assassinado — 3/4/70 — São Paulo — (ALN)
87. Durvalino Porfírio de Souza — camponês
desaparecido — 1966 — Goiás
88. Edgar Aquino Duarte — corretor de imóveis
morto sob tortura — desaparecido — junho de 1973
— São Paulo
89. Edson Luiz de Lima Souto — estudante
morto a tiros no Restaurante do Calabouço — 28/3/68
— Rio de Janeiro
90. Edson Neves Quaresma — ex-sargento da Marinha
assassinado — 5/12/70 — São Paulo — (VPR)

91. Edmur Péricles Camargo
desaparecido — dezembro de 1973 — fronteira Argentina-Brasil — (M3G)
92. Edu Barreto Leite — 3º sargento do Exército
morto — pulou ou foi jogado do 8º andar — 13/4/64
— Rio de Janeiro
93. Eduardo Antônio da Fonseca — estudante secundário
fuzilado — 23/9/71 — São Paulo — (ALN)
94. Eduardo Collier Filho — estudante universitário
desaparecido — 23/2/74 — Rio de Janeiro — (APML)
95. Eduardo Leite
morto sob tortura — 27/10/70 — São Paulo — (ALN)
96. Eiraldo Palha Freire
assassinado — 1/7/70 — Rio de Janeiro
97. Elenira Rezende de Souza Nazareth — estudante universitária
fuzilada — desaparecida — 8/9/72 — Araguaia
98. Elisa Ianni
1970
99. Elmo Corrêa — estudante universitário
desaparecido — 25/12/73 (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
100. Elson Costa
desaparecido — 15/1/75 — São Paulo — (PCB)
101. Emanuel Bezerra dos Santos — estudante
morto sob tortura — 4/9/73 — São Paulo — (PCR)
102. Eremias Delizoikov — estudante secundário
assassinado — 6/10/69 — Rio de Janeiro — (VPR)
103. Eudaldo Gomes da Silva — estudante universitário
morto sob tortura — 9/1/73 — Pernambuco — (VPR)
104. Evaldo Luiz Ferreira de Souza — ex-marinheiro
morto sob tortura — 9/1/73 — Pernambuco — (VPR)
105. Ezequias Bezerra da Rocha — geólogo
desaparecido — 11/3/72 — Pernambuco

106. Félix Escobar Sobrinho — servente de pedreiro desaparecido — outubro de 1971 — Rio de Janeiro (MR-8)
107. Fernando Augusto da Fonseca — estudante universitário morto sob tortura — 29/12/72 — Rio de Janeiro (PCBR)
108. Fernando Augusto de Santa-Cruz Oliveira — estudante universitário desaparecido — 23/2/74 — Rio de Janeiro — (APML)
109. Fernando Borges de Paula Ferreira — estudante universitário assassinado — 30/7/69 — São Paulo — (VAR-Palmares)
110. Fernando da Silva Lombo morto em manifestações de rua — 21/6/68 — Rio de Janeiro
111. Flávio de Carvalho Molina — estudante universitário morto sob tortura — 6/11/71 — São Paulo — (MOLIPO)
112. Francisco Chaves — operário naval morto em combate — desaparecido — 20/9/72 Araguaia — (PC do B)
113. Francisco Emanuel Penteado — estudante secundário morto — 15/3/73 — São Paulo — (ALN)
114. Francisco José de Oliveira fuzilado — 5/11/71 — São Paulo — (MOLIPO)
115. Francisco Moura Leite — lavrador desaparecido — 11/7/73 — Brasília
116. Francisco Seiko Okamo — operário metalúrgico assassinado — 15/3/73 — São Paulo — (ALN)
117. Frederico — camponês desaparecido — Araguaia
118. Frederico Eduardo Mayr morto — 25/2/72 — São Paulo — (MOLIPO)
119. Friederich Adolfo Rohmann — dentista morto — 4/11/69 — São Paulo

120. Gastone Lucia Beltrão Pereira da Silva — estudante universitária
fuzilada — 22/1/72 — São Paulo — (ALN)
121. Gelson Reicher — estudante universitário
fuzilado — 20/1/72 — São Paulo — (ALN)
122. Gerson Teodoro de Oliveira — operário-estudante
morto — 15/3/71 — Rio de Janeiro — (VPR)
123. Getúlio D'Oliveira Cabral — operário
morto sob tortura — 29/12/72 — Rio de Janeiro
(PCBR)
124. Gilberto Olímpio Maria — técnico industrial
morto — 25/12/73 — (Dia de Natal!) — Araguaia
— PC do B)
125. Gildo Macedo Lacerda — estudante universitário
morto sob tortura — 28/10/73 — Recife
126. Grenaldo de Jesus da Silva — ex-marinheiro
fuzilado — 30/5/72 — São Paulo
127. Guido Ledo dos Santos — operário metalúrgico
setembro de 1979 — Betim, MG
128. Guilherme Gomes Lund — estudante universitário
morto — 25/12/73 — (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
129. Hamilton Fernando Cunha — operário gráfico
assassinado — 8/2/69 — São Paulo — (VPR)
130. Hamilton Pereira Damasceno — Técnico CCPL
desaparecido — fevereiro de 1972 — Rio de Janeiro
— (ALN)
131. Helber José Gomes Goulart
morto sob tortura — 16/7/73 — São Paulo — (ALN)
132. Hércio Pereira Fortes — estudante universitário
morto sob tortura — 28/1/72 — São Paulo — (ALN)
133. Heleni Telles Pereira Guariba — professora universitária
desaparecida — 12/7/71 — Rio de Janeiro — (ALN)

134. Hélio Luís Navarro de Magalhães — estudante universitário
desaparecido — 14/1/74 — Araguaia — (PC do B)
135. Henrique Ornelas Ferreira Cintra — advogado
morto — 20/8/73 — Brasília
136. Hiram de Lima Pereira — jornalista
desaparecido — 15/1/75 — São Paulo — (PCB)
137. Hiroaki Torigoi — estudante universitário
morto sob tortura — 5/1/72 — São Paulo — (MOLIPO)
138. Honestino Monteiro Guimarães — ex-presidente da UNE
desaparecido — 10/10/73 — Rio de Janeiro — (APML)
139. Humberto Albuquerque Câmara Neto — estudante universitário
desaparecido — 8/10/73 — Rio de Janeiro — (APML)
140. Iara Iavelberg — psicóloga e professora universitária
morta sob tortura — 20/8/71 — Salvador — (MR-8)
141. Idalísio Soares Aranha Filho — estudante universitário
desaparecido — julho de 1972 — Araguaia — (PC do B)
142. Ieda Santos Delgado — advogada
desaparecida — 11/4/74 — São Paulo — (ALN)
143. Iris do Amaral
morta — atingida por disparos de agentes da repressão
— 1/2/72 — Rio de Janeiro
144. Ishiro Nagami
morto — explosão do carro — 8/2/69 — São Paulo
— (ALN)
145. Isis Dias de Oliveira
desaparecida — 13/4/73 — Rio de Janeiro — (ALN)
146. Ismael de Jesus da Silva — estudante secundário
morto sob tortura — 9/8/72 — Goiás — (PCB)
147. Issami Nakamura Okamo — assistente de laboratório
desaparecido — 14/5/74 — São Paulo — (ALN)
148. Itair José Veloso — operário de construção civil
desaparecido — 25/5/75 — Rio de Janeiro — (PCB)

149. Iuri Xavier Pereira — estudante secundário
assassinado — 14/6/72 — São Paulo — (ALN)
150. Ivan Motta Dias — estudante universitário
desaparecido — 15/5/71 — Rio de Janeiro — (VPR)
151. Ivan Rocha Aguiar — estudante secundário
morto em manifestação de rua — 1/4/64 — Recife
152. Jaime Petit da Silva — estudante universitário
desaparecido — 29/11/73 — Araguaia — (PC do B)
153. James Allen da Luz
morto em acidente de automóvel — 1972 — (VAR-
Palmares)
154. Jana Moroni Barroso — estudante universitária
desaparecida — janeiro de 1974 — Araguaia
(PC do B)
155. Jane Vanini — secretária
fuzilada — 6/12/74 — Chile — (MOLIPO)
156. Jarbas Pereira Marques
morto sob tortura — 9/1/73 — Pernambuco — (VPR)
157. Jayme Amorim Miranda — jornalista — advogado
desaparecido — 4/2/75 — Rio de Janeiro — (PCB)
158. Jean Henry Raya — (cidadão francês)
desaparecido — 21/11/73 — Rio de Janeiro
159. Jeová de Assis Gomes — estudante universitário
fuzilado — 9/1/72 — Goiás — (ALN)
160. João Alfredo — camponês
desaparecido — 29/8/64 — Paraíba — (LIGAS CAM-
PONESAS)
161. João Antônio Abi-Eçab — estudante universitário
morto em explosão de carro — novembro de 1968 — Rio
de Janeiro — (VPR)
162. João Aparecido — operário
infarto ao ser ameaçado de prisão — agosto de 1964
— São Paulo
163. João Barcellos Martins — médico
morto — 11/4/64 — Campos

164. João de Barros Carvalho — veterinário
morto — 1/4/64 — Belo Horizonte
165. João Batista Franco Drumond
assassinado — 16/12/76 — São Paulo
166. João Batista Rita — estudante secundário
morto sob tortura — desaparecido — 11/12/73 — Rio
de Janeiro — (M3G)
167. João Bosco Penido Burnier — padre
fuzilado — 12/10/76 — Mato Grosso
168. João Carlos Cavalcanti Reis — estudante universitário
mortalmente ferido pela repressão — 1969 — São Paulo
169. João Carlos Haas Sobrinho — médico
morto em combate — desaparecido — 30/9/72
Araguaia — (PC do B)
170. João Domingues da Silva — operário
assassinado — 23/9/69 — São Paulo — (VAR-Palmares)
171. João Frazão Dutra — funcionário do INPS
morto em passeata — 26/3/68 — Rio de Janeiro
172. João Gonçalves Moreira — lavrador
morto — 28/4/78 — Goiás
173. João Gualberto Calatrone — estudante secundário
desaparecido — 14/10/73 — Araguaia — (PC do B)
174. João Leonardo da Silva Rocha — professor
desaparecido — 1972 — Bahia — (MOLIPO)
175. João Lucas Alves — ex-sargento do Exército
morto sob tortura — fevereiro de 1969 — Belo Horizonte
— (COLINA)
176. João Massena Melo — operário metalúrgico
desaparecido — 3/4/74 — São Paulo — (PCB)
177. João Mendes Araújo — eletricitista
fuzilado — 24/1/72 — Recife — (ALN)
178. João Roberto Borges de Souza — estudante universitário
morto por tortura — 7/10/69 — Recife
179. Joaquim Alencar de Seixas — operário metalúrgico
morto sob tortura — 17/4/71 — São Paulo — (MRT)

180. Joaquim Câmara Ferreira — jornalista
desaparecido — morto por tortura — 26/10/70 — São Paulo — (ALN)
181. Joaquim Pires Cerveira — ex-major do Exército
morto sob tortura — desaparecido — 11/12/73 — Rio de Janeiro — (FLN)
182. Joaquinção — camponês
morto em combate — desaparecido — 1973 — Araguaia
183. Joceli Joaquim Macedo
morto — 21/2/79 — Rio Grande do Sul
184. Joel José de Carvalho — operário gráfico
desaparecido — dezembro de 1973 — fronteira Argentina-Brasil
185. Joel Vasconcelos dos Santos — estudante de contabilidade
desaparecido — 23/3/71 — Rio de Janeiro — (PC do B)
186. Joelson Crispim
assassinado — 23/4/70 — São Paulo — (VPR)
187. Jonas José Albuquerque Barros — estudante secundário
morto em manifestação de rua — 1/4/64 — Recife
188. Jorge Alberto Passo
desaparecido — 15/4/76 — Buenos Aires — (POC)
189. Jorge Aprígio de Paula — estudante secundário
morto — 2/4/68 — Rio de Janeiro
190. Jorge Leal Gonçalves Pereira — engenheiro
morto sob tortura — desaparecido — 20/10/70 — Rio de Janeiro — (APML)
191. Jorge Oscar Adur — padre
cidadão argentino — desaparecido — 26/6/80 — Buenos Aires
192. José Bartolomeu Rodrigues de Souza
morto — 29/12/72 — Rio de Janeiro — (PCBR)
193. José Benedito da Silva — trabalhador rural
morto — 8/6/70 — Palmares, PE
194. José Campos Barreto — operário metalúrgico
môrto — 17/9/71 — Bahia (VPR — MR-8)

195. José Carlos Guimarães — estudante secundário
assassinado pelo CCC — 3/10/68 — São Paulo
196. José Carlos Novaes Matta Machado — estudante universitário
morto sob tortura — 28/10/73 — Recife — (APML)
197. José Ferreira de Almeida — tenente coronel da PM
morto sob tortura — 8/7/75 — São Paulo
198. José Gomes Teixeira — ex-marítimo
morto sob tortura — 23/6/71 — Rio de Janeiro
(MR-8)
199. José Huberto Bronca Filho — operário metalúrgico
assassinado — 1974 — Araguaia — (PC do B)
200. José Idésio Brianesi
morto — 14/4/70 — São Paulo — (ALN)
201. José Inocência Barreto — camponês
morto — 5/10/72 — Escada, PE
202. José Júlio de Araújo — professor secundário
morto sob tortura — 18/8/72 — São Paulo — (ALN)
203. José Lavechia — sapateiro
desaparecido — dezembro de 1973 — fronteira Brasil-
Argentina (VPR)
204. José Leão
morto — 12/4/64 — Rio de Janeiro
205. José Lima Piauhy Dourado — fotógrafo
desaparecido — 25/12/73 — (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
206. José Manoel da Silva — ex-cabo da Marinha
morto sob tortura — 9/1/73 — Recife — (VPR)
207. José Manoel Mendes Nunes de Abreu — estudante universitário
morto em 23/9/71 — São Paulo — (ALN)
208. José Maurílio Patrício — estudante universitário
desaparecido — 1974 — Araguaia — (PC do B)

209. José Maximiniano de Andrade Neto — coronel da PM de São Paulo
morto sob tortura — agosto de 1975 — São Paulo
210. José Mendes de Sá Roriz — ex-combatente da FEB
desaparecido — 1973 — Rio de Janeiro
211. José Milton Barbosa — ex-sargento do Exército
assassinado — 5/12/71 — São Paulo — (ALN)
212. José Montenegro de Lima — estudante
desaparecido — 29/9/75 — São Paulo — (PCB)
213. José Porfírio de Souza — líder camponês
desaparecido — 7/7/73 — Goiânia — (PRT)
214. José Raimundo da Costa — ex-sargento da Marinha
morto sob tortura — 5/8/71 — Rio de Janeiro
215. José Roman — corretor de imóveis
desaparecido — 16/3/74 — entre Uruguaiana e São Paulo — (PCB)
216. José Roberto Arantes de Almeida — ex-aluno do ITA
fuzilado — 4/11/71 — São Paulo — (MOLIPO)
217. José Roberto Spiegner — estudante universitário
fuzilado — 17/2/70 — Rio de Janeiro — (MR-8)
218. José Sabino
morto — 1966 — Silva Jardim, RJ
219. José Soares dos Santos — mecânico
morto sob tortura — janeiro de 1977 — Paraná
220. José Sílton Pinheiro — estudante secundário
morto — 29/12/72 — Rio de Janeiro — (PCBR)
221. José de Souza — ferroviário
morto — 11/4/64 — Rio de Janeiro
222. José Toledo de Oliveira — bancário
morto em combate — desaparecido — 7/9/72 — Araguaia
— (PC do B)
223. José Wilson Lessa Sabag — estudante universitário
fuzilado — 3/9/69 — Rio de Janeiro — (ALN)

224. Juarez Guimarães de Brito — economista
fuzilado — 18/4/70 — Rio de Janeiro — (VPR)
225. Júlio Santana — camponês
morto — 14/12/77 — Pernambuco
226. Kleber Lemos da Silva — economista
morto sob tortura — desaparecido — julho de 1972
— Araguaia — (PC do B)
227. Labib Carneiro Abdul
morto — 1/4/64 — Rio de Janeiro
228. Lauriberto José Reyes — estudante universitário
fuzilado — 27/2/72 — São Paulo — (MOLIPO)
229. Libero Giancarlo Castiglia — operário metalúrgico
desaparecido — 25/12/73 — (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
230. Lígia Maria Salgado Nóbrega — estudante universitária
metralhada — 29/3/72 — Rio de Janeiro — (VAR-
Palmares)
231. Lincoln Bicalho Roque — sociólogo
morto sob tortura — 24/3/73 — Rio de Janeiro
(PC do B)
232. Lincoln Cordeiro Oest — ex-deputado federal
morto sob tortura — 30/11/72 — Rio de Janeiro
(PC do B)
233. Lourdes Maria Wanderley Pontes
morta sob tortura — 29/12/72 — Rio de Janeiro
(PCBR)
234. Lourival Paulino — camponês
morto sob tortura — desaparecido — 23/5/72 — Araguaia
(PC do B)
235. Lúcia Maria de Souza — estudante universitária
desaparecida — 24/10/72 — Araguaia — (PC do B)
236. Lucimar Brandão Guimarães
morto sob tortura — 31/8/70 — Belo Horizonte
(VAR-Palmares)

237. Lúcio Petit da Silva — engenheiro
desaparecido — 14/1/74 — Araguaia — (PC do B)
238. Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues — estudante
secundário
acidente com arma — 25/1/70 — Rio de Janeiro
(ALN)
239. Luiz Alberto Andrade de Sá e Benevides — bancário e
estudante universitário
assassinado — 8/3/72 — Caruaru, PE — (PCBR)
240. Luiz de Almeida Araújo — estudante universitário e
professor
desaparecido — 24/6/71 — São Paulo — (ALN)
241. Luiz Antônio Santa Bárbara — camponês
morto em combate — 28/8/71 — Bahia — (MR-8)
242. Luiz Carlos Augusto — escriturário
morto — manifestação de rua — 23/10/68 — Rio de
Janeiro
243. Luiz Paulo Cruz Nunes — estudante universitário
morto em manifestação de rua — 22/10/68 — Rio de
Janeiro
244. Luiz Eduardo da Rocha Merlino — jornalista
morto sob tortura — 20/7/71 — São Paulo — (POC)
245. Luiz Eurico Tejera Lisboa — estudante secundário
desaparecido — agosto de 1972 — São Paulo — (ALN)
246. Luiz Carlos de Almeida — físico
fuzilado — setembro de 1973 — Chile — (POLOP)
247. Luiz Fogaça Balboni — estudante universitário
fuzilado — 24/9/69 — São Paulo — (ALN)
248. Luiz Guilhardini — operário naval
morto sob tortura — 30/11/72 — Rio de Janeiro
(PC do B)
249. Luiz Hirata — estudante
morto sob tortura — dezembro de 1971 — São Paulo
— (AP)

250. Luiz Ignácio Maranhão Filho — ex-deputado federal,
advogado, jornalista
desaparecido — 3/4/74 — São Paulo — (PCB)
251. Luiz José da Cunha
fuzilado — 13/7/73 — São Paulo — (ALN)
252. Luiz Renato Farias Lago
desaparecido — 2/7/80 — Buenos Aires
253. Luiz Renê Silveira e Silva — estudante universitário
desaparecido — janeiro de 1974 — Araguaia
254. Luiza Augusta Garlippe — enfermeira
desaparecida — 25/11/73 — Araguaia
255. Luizão — camponês
desaparecido — Araguaia
256. Lyda Monteiro da Silva — secretária da OAB/RJ
explosão de carta-bomba — 27/8/80 — Rio de Janeiro
257. Manoel Aleixo da Silva — líder camponês
morto sob tortura — 29/8/73 — Ribeirão, PE — (PCR)
258. Manoel Fiel Filho — operário metalúrgico
morto sob tortura — 17/1/76 — São Paulo
259. Manoel Lisboa de Moura — estudante universitário
morto sob tortura — 4/9/73 — Recife — (PCR)
260. Manoel Raimundo Soares — ex-sargento do Exército
morto sob tortura — 13/8/66 — Porto Alegre
(MR-26)
261. Manoel Rodrigues Ferreira — estudante universitário
morto — 5/8/68 — Rio de Janeiro
262. Manoel Alves de Oliveira — sargento do Exército
morto — 8/5/64 — Rio de Janeiro
263. Manoel José Nurchiss — operário
desaparecido — 30/9/72 — Araguaia — (PC do B)
264. Manuel Tenório da Silva — agricultor
morto — 25/12/67 — Vicência, PE

265. Márcio Beck Machado — estudante universitário
assassinado — desaparecido — 17/5/73 — Goiás
(MOLIPO)
266. Marco Antônio Brás de Carvalho — operário metalúrgico
fuzilado — 28/1/69 — São Paulo — (ALN)
267. Marco Antônio Dias Batista — estudante secundário
— (15 anos de idade)
desaparecido — maio de 1970 — (VAR-Palmares)
268. Marcos Antônio da Silva Lima — ex-sargento do Exército
fuzilado — 13/1/70 — Rio de Janeiro — (PCBR)
269. Marcos Nonato da Fonseca — estudante secundário
assassinado em emboscada — 14/6/72 — São Paulo
— (ALN)
270. Margarida Maria Alves — rendeira
assassinada — 13/8/83 — Paraíba
271. Maria Ângela Ribeiro
morta — 21/6/68 — Rio de Janeiro
272. Maria Augusta Thomaz — estudante universitária
assassinada — 17/5/73 — Goiás — (MOLIPO)
273. Maria Auxiliadora Lara Barcelos
torturada — suicidou-se no exílio — Alemanha — 1/5/76
— (VAR-Palmares)
274. Maria Célia Corrêa — estudante universitária
desaparecida — janeiro de 1974 — Araguaia
(PC do B)
275. Maria Lúcia Petit da Silva — professora primária
morta em combate — desaparecida — 16/6/72
Araguaia — (PC do B)
276. Maria Regina Marcondes Pinto — estudante universitária
desaparecida — 10/4/76 — Buenos Aires
277. Maria Regina Lobo de Figueiredo — professora de
filosofia
morta sob tortura — 3/4/72 — Rio de Janeiro
278. Mariano Joaquim da Silva — lavrador — sapateiro
desaparecido — 31/5/71 — Rio de Janeiro
(VAR-Palmares)

279. Marilena Villas-Boas Pinto — estudante universitária
morta sob tortura — 3/4/71 — Petrópolis — (MR-8)
280. Mário Alves de Souza Vieira — jornalista
morto sob tortura — desaparecido — 16/1/70 — Rio de
Janeiro — (PCBR)
281. Mário de Souza Prata — estudante universitário
morto sob tortura — 1/4/71 — Rio de Janeiro — (MR-8)
282. Marivaldo da Silva — camponês
morto 8/12/78 — Pernambuco
283. Maurício Grabois — ex-deputado federal — jornalista
desaparecido — 25/12/73 (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
284. Maurício Guilherme da Silveira — estudante secundário
morto — 15/3/71 — Rio de Janeiro — (VPR)
285. Mauro Antônio da Silva — camponês
morto — 8/12/78 — Pernambuco
286. Merival Araújo — estudante
morto sob tortura — 7/5/73 — Rio de Janeiro — (ALN)
287. Miguel Pereira dos Santos — estudante secundário
morto em combate — desaparecido — 20/9/72
Araguaia — (PC do B)
288. Milton Palmeira de Castro — operário metalúrgico
morto — 12/4/67 — Juiz de Fora — (MNR)
289. Miquéias Gomes de Almeida
desaparecido — 28/1/66 — Goiás — (PC do B)
290. Miriam Lopes Verbena
assassinada — 8/3/72 — Caruaru, PE — (PCBR)
291. Napoleão Felipe Biscaldi — funcionário aposentado
morto — 27/2/72 — São Paulo
292. Nelson José de Almeida
fuzilado — 11/4/69 — Teófilo Otoni, MG
(CORRENTE)
293. Nelson de Lima Piauhy Dourado — ex-funcionário da
Petrobrás
morto em combate — desaparecido — 2/1/74
Araguaia — (PC do B)

294. Nelson de Souza Kohl
desaparecido — 15/9/73 — Chile — (POC)
295. Nestor Veras — agricultor
desaparecido — abril de 1975 — Belo Horizonte — (PCB)
296. Newton de Oliveira — gráfico
morto — 1/9/64 — Rio de Janeiro — (PCB)
297. Nicolau «Vinte e Um» — camponês
fuzilado — janeiro de 1971 — Canindé, CE
298. Nilda Carvalho Cunha — estudante secundária
morta sob tortura — 14/11/71 — Salvador — (MR-8)
299. Nilson Medeiros de Andrade — lavrador
morto — 28/4/78 — Goiás
300. Nilton Rosa da Silva
morto em manifestação de rua — setembro de 1973
— Chile — (MIR)
301. Norberto Armando Habeger — jornalista — (cidadão
argentino)
desaparecido — 31/7/78 — Rio de Janeiro
302. Norberto Nehring
morto sob tortura — 24/4/70 — São Paulo — (ALN)
303. Odijas Carvalho de Souza — estudante universitário
morto sob tortura — 8/2/71 — Pernambuco — (PCBR)
304. Olavo Hansen — estudante universitário
morto sob tortura — 9/5/70 — São Paulo — (PORT)
305. Orocílio Martins Gonçalves — operário de construção civil
assassinado em repressão de greve — agosto de 1979
— Belo Horizonte
306. Orlando Momenté — operário
desaparecido — 30/12/73 — Araguaia — (PC do B)
307. Orlando Rosa Bonfim Júnior — jornalista e advogado
desaparecido — 8/10/75 — Rio de Janeiro — (PCB)
308. Ornalino Cândido da Silva — lavador de carros
morto em manifestação de rua — 1/4/68 — Goiânia

309. Oswaldo Orlando da Costa — técnico de motores
desaparecido — abril de 1974 — Araguaia — (PC do B)
310. Oswaldo Pinheiro do Amaral
morto — 3/11/72 — São Paulo
311. Otávio Soares Ferreira
morto — 1/4/64 — Governador Valadares, MG
312. Otoniel Campos Barreto — camponês
morto em combate — 28/8/71 — Bahia — (MR-8)
313. Paulina Reichstul
morta sob tortura — 9/1/73 — Paulista, PE — (VPR)
314. Paulo César Botelho Massa — ex-funcionário do Banco
do Brasil
desaparecido — 30/1/72 — Rio de Janeiro — (ALN)
315. Paulo Costa Ribeiro Bastos — engenheiro
desaparecido — 14/7/72 — Rio de Janeiro — (MR-8)
316. Paulo Mendes Rodrigues — economista
desaparecido — 25/12/73 (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
317. Paulo Roberto Pereira Marques — bancário
desaparecido — 25/12/73 (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
318. Paulo Stuart Wright — ex-deputado estadual por Santa
Catarina
desaparecido — 2/9/73 — São Paulo — (APML)
319. Paulo de Tarso Celestino da Silva — advogado
desaparecido — 12/7/71 — Rio de Janeiro — (ALN)
320. Paulo Torres Fernandes Gonçalves — estudante secundário
desaparecido — 26/3/69 — Rio de Janeiro
321. Pedro Alexandrino Oliveira Filho — estudante universitário
desaparecido — 1974 — Araguaia — (PC do B)
322. Pedro Domiense
morto — 8/5/64 — Salvador

323. Pedro Inácio de Araújo — camponês
desaparecido — 7/9/64 — João Pessoa
324. Pedro Jerônimo de Souza — comerciário
morto sob tortura — 17/9/75 — Fortaleza — (PCB)
325. Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar — jornalista
fuzilado — 16/12/76 — São Paulo — (PC do B)
326. Raimundo Eduardo da Silva — operário metalúrgico
morto sob tortura — 5/1/71 — São Paulo — (AP)
327. Raimundo Ferreira Lima — camponês
assassinado — 29/5/80 — Pará
328. Raimundo Gonçalves Figueiredo
fuzilado — 27/4/71 — Recife — (VAR-Palmares)
329. Ramires Maranhão do Valle — estudante
assassinado — desaparecido — 27/10/71 — Rio de
Janeiro — (PCBR)
330. Ranúzia Alves Rodrigues — enfermeira
assassinada — 27/10/73 — Rio de Janeiro — (PCBR)
331. Raul Amaro Nin Ferreira — engenheiro
morto sob tortura — 12/8/71 — Rio de Janeiro
332. Reinaldo Silveira Pimenta — estudante de engenharia
assassinado — 27/6/69 — Rio de Janeiro — (MR-8)
333. Roberto Cieto
morto sob tortura — 4/11/69 — Rio de Janeiro
(MAR)
334. Roberto Lanari — engenheiro
morto sob tortura — setembro de 1971 — Rio de Janeiro
335. Roberto Macarini
morto sob tortura — 30/4/70 — São Paulo — (VPR)
336. Rodolfo de Carvalho Troiano — estudante secundário
desaparecido — 1974 — Araguaia — (PC do B)
337. Ronaldo Mourth Queiroz — estudante universitário
fuzilado — 15/3/73 — São Paulo — (ALN)
338. Rosalindo Souza — advogado
desaparecido — setembro de 1973 — Araguaia
(PC do B)

339. Rubens Beirodt Paiva — ex-deputado federal desaparecido — 20/1/71 — Rio de Janeiro
340. Rudolfo Lunkenbein — padre morto — 15/7/76 — Mato Grosso
341. Rui Carlos Vieira Berbet — estudante universitário desaparecido — 1971 — (MOLIPO)
342. Ruy Frazão Soares — estudante universitário desaparecido — 27/5/74 — Pernambuco — (PC do B)
343. Ruy Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter — jornalista e ex-seminarista morto — 16/4/72 — São Paulo — (PORT)
344. Sabino — camponês morto em acidente com granada do Exército — 17/8/72 — Araguaia
345. Santo Dias da Silva — operário metalúrgico assassinado em piquete de greve — 30/10/79 — São Paulo
346. Sebastião Gomes da Silva — lavrador fuzilado — abril de 1969 — Cachoeira de Macacu, RJ
347. Sebastião Lopes morto — novembro de 1977 — Pernambuco
348. Sérgio Correia morto — explosão de carro — setembro de 1969 — São Paulo — (ALN)
349. Sérgio Landulfo Furtado — estudante universitário morto sob tortura — desaparecido — 10/7/72 — Rio de Janeiro — (MR-8)
350. Severino Elias de Melo — comerciante morto — 30/7/65 — Galeão, Rio de Janeiro
351. Severino Vianna Calu — ex-sargento da PM morto sob tortura — abril de 1969 — Rio de Janeiro — (COLINA)
352. Sidney Fix Marques dos Santos — programador da IBM fuzilado — 15/2/76 — Buenos Aires — (PORT)
353. Silvano Soares dos Santos — agricultor morto sob tortura — março de 1965 — Rio Grande do Sul

354. Simão Cristino — índio bororo
morto — 15/7/76 — Mato Grosso
355. Soledad Barret Viedma
morta sob tortura — 9/1/73 — Paulista, PE — (VPR)
356. Sônia Maria de Moraes Angel Jones
morta sob tortura — desaparecida — 30/11/73 — São Paulo — (ALN)
357. Stuart Edgard Angel Jones — estudante universitário
morto sob tortura — desaparecido — 14/5/71 — Galeão, Rio de Janeiro — (MR-8)
358. Suely Yomiko Kanayama — professora
fuzilada — desaparecida — 1974 — Araguaia (PC do B)
359. Telma Regina Cordeiro Corrêa — estudante universitária
desaparecida — 1974 — Araguaia — (PC do B)
360. Terezinha Viana de Jesus — economista
exilada em 1964 — suicídio — 2/2/78 — Amsterdã (Holanda)
361. Thomaz Antônio da Silva Meireles Neto — sociólogo
desaparecido — 7/5/74 — Rio de Janeiro
362. Tito de Alencar Lima — frade dominicano
torturado — suicidou-se na França — 7/8/74
363. Tobias Pereira Júnior — estudante universitário
desaparecido — 25/12/73 (Dia de Natal!) — Araguaia — (PC do B)
364. Túlio Roberto Cardoso Quintiliano — engenheiro
fuzilado — 12/9/73 — Chile — (PCBR)
365. Uiraçu Assis Batista — estudante secundário
desaparecido — dezembro de 1973 — Araguaia (PC do B)
366. Valdir Sales Sabóia — ex-soldado da PM/RJ
morto sob tortura — 29/12/72 — Rio de Janeiro (PCBR)
367. Valdir da Silva
morto sob tortura — outubro de 1971

368. Valmir de Jesus Carvalho Meira
morto — 21/7/72 — Rio de Janeiro
369. Vandick Reidner Pereira Coqueiro — estudante universitário
desaparecido — 25/12/73 (Dia de Natal!) — Araguaia
— (PC do B)
370. Virgílio Gomes da Silva — operário
morto sob tortura — desaparecido — 29/9/69 — São Paulo — (ALN)
371. Vitorino Alves Moitinho — estudante
desaparecido — 27/10/73 — Rio de Janeiro — (PCBR)
372. Vladimir Herzog — jornalista e professor universitário
morto sob tortura — 25/10/75 — São Paulo
373. Walquíria Afonso da Costa
morta sob tortura — desaparecida — 1974 — Araguaia
— (PC do B)
374. Waltair Bolzan — seminarista
morto em 1972 — Rio Grande do Sul
375. Walter Kenneth Nelson Fleury
desaparecido — 9/8/72 — Buenos Aires
376. Walter Ribeiro Novais — salva-vidas
desaparecido — 12/7/71 — Rio de Janeiro — (VPR)
377. Walter de Souza Ribeiro — jornalista
desaparecido — 12/4/74 — São Paulo — (PCB)
378. Wânio José de Mattos — ex-capitão da PM
morto em outubro de 1973 — Chile — (VPR)
379. Wilson Silva
desaparecido — 22/4/74 — São Paulo — (ALN)
380. Wilson Soares Ferreira
morto — 1/4/64 — Governador Valadares, MG
381. Wilson de Souza Pinheiro — Presidente do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais
assassinado — 21/7/80 — Acre — (PT)

382. Wilton Ferreira
fuzilado em sua casa — 30/7/72 — Rio de Janeiro
(VAR-Palmares)
383. Yoshitame Fujimore
assassinado — 5/12/70 — (VPR)
384. Zuleika Angel Jones — figurinista
morta em suspeito acidente de carro — 14/4/76 — Rio
de Janeiro

(esta lista não se esgota aqui — a pesquisa continua)



MATRIZ

PETRÓPOLIS

R. Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
25689 Petrópolis, RJ
Tel.: (0242)43-5112

FILIAIS

RIO DE JANEIRO

R. Senador Dantas, 118-1
20031 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021)220-6445

R. Joaquim Palhares, 227
Estácio de Sá
20260 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021)273-3196

SÃO PAULO

R. Senador Feijó, 158 e 168
01006 São Paulo, SP
Tels.: (011)35-7144
e 36-2288

R. Haddock Lobo, 360
01414 São Paulo, SP
Tel.: (011)256-0611

BRAGANÇA PAULISTA

Av. São Francisco de
Assis, 218
12900 Bragança Paulista, SP
Tel.: (011)433-3675

R. Cel. Teófilo Leme, 1055
12900 Bragança Paulista, SP
Tel.: (011)433-3675

BELO HORIZONTE

R. Tupis, 85, Loja 10
30190 Belo Horizonte, MG
Tels.: (031)273-2538 e
226-5383

R. Aimorés, 1583
30140 Belo Horizonte, MG
Tels.: (031)222-4152 e
226-6838

JUIZ DE FORA

R. Espírito Santo, 963
36013 Juiz de Fora, MG
Tel.: (032)211-8061

PORTO ALEGRE

R. Ramiro Barcelos, 390
90210 Porto Alegre, RS
Tel.: (0512)21-6522

R. Riachuelo, 1280
90010 Porto Alegre, RS
Tel.: (0512)26-3911

BRASÍLIA

CLR/Norte, Q. 704
Bloco A, N. 15
70750 Brasília, DF
Tel.: (061)223-2436

RECIFE

R. dos Coelhos, 485
50070 Recife, PE
Tel.: (081)221-4100

R. da Concórdia, 167
50020 Recife, PE
Tel.: (081)224-3924

CURITIBA

R. Alferes Póli, 52
80230 Curitiba, PR
Tel.: (041)233-1392

R. Voluntários da Pátria, 39
80020 Curitiba, PR
Tel.: (041)223-6059

FORTALEZA

Av. Tristão Gonçalves, 1158
60015 Fortaleza, CE
Tel.: (085)231-9321

R. Major Facundo, 730
60025 Fortaleza, CE
Tel.: (085)221-4877

SALVADOR

R. Carlos Gomes, 135
Edif. Bela Center, Loja 02
40110 Salvador, BA
Tel.: (071)241-0045

CUIABÁ

Av. Getúlio Vargas, 381
78025 Cuiabá, MT
Tels.: (065)322-6809 e
322-6967

A tortura é um crime que lesa a humanidade, e cada vez que uma pessoa é torturada, degradada e aviltada na sua condição de ser humano, a sociedade como um todo é igualmente atingida. Tais crimes não prescrevem nunca.

Nas décadas de 60 e 70, o regime político vigente adotou a tortura como norma de conduta para impedir que seus opositores políticos se manifestassem. Para tanto teve que criar leis brutais que silenciassem a todos — a imprensa, os sindicatos, o Congresso Nacional, enfim, toda a sociedade. Muitas dessas leis, conhecidas como "entulho autoritário" continuam vigentes. É o caso da Lei de Segurança Nacional. O fim de todas elas é uma exigência básica para falarmos em democracia.

Em 1979, ainda sob a ditadura militar, por pressão da sociedade, foi concedida uma *anistia*, que não foi ampla, geral nem irrestrita, como se exigia, mas sim o instrumento que as classes dominantes usaram para deixar na impunidade os torturadores. A eles a anistia também deveria ser aplicada.

Acontece que a anistia é esquecimento, destina-se aos vencidos, logo não se aplica nem se refere aos que a estão concedendo. Mesmo que assim fosse, a anistia se refere aos crimes políticos, e tortura não é um crime político. É crime comum.

Temos em nossas mãos a bandeira dos direitos inquestionáveis do homem. Nas mãos dos nossos inimigos está a bandeira do arbítrio, do ódio à democracia. Na luta, nós venceremos. TORTURA NUNCA MAIS!

«O êxito do **I Seminário do grupo tortura nunca mais** foi de grande importância para a nossa caminhada. Por isso a publicação das conferências, debates e conclusões do seminário é muito mais que o registro de momentos de grande emoção. É a transcrição da verdade histórica. É a obtenção, pela permanência da palavra escrita, do testemunho sobre uma época sombria. Acreditamos que um livro como este permaneça e com ele a esperança. Esperança de que, em época não muito longínqua, o capítulo **tortura** seja banido das páginas da história do Brasil e — como sonhar sempre é permitido — também da história da humanidade.»

Grupo tortura nunca mais

